



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO TOCANTINS

# RELATÓRIO DE GESTÃO

2012



**Relatório de Gestão Exercício 2012**  
Ministério Público do Estado do Tocantins

**Vera Nilva Álvares Rocha Lira**  
Procuradora-Geral de Justiça

**José Maria da Silva Júnior**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**José Kasuo Otsuka**  
Chefe de Gabinete

**Equipe Técnica:**

**José Maria Teixeira**  
Diretor-Geral

**João Ricardo de Araújo Silva**  
Chefe do Dep. de Planejamento e  
Gestão

**João da Silva Macedo**  
Analista - Ciências Econômicas

**Fáustone Bandeira Morais Bernardes**  
Auxiliar Ministerial

## SUMÁRIO

1. Identificação do Órgão.....	9
2. Sinopse das realizações no exercício de 2011.....	10
2.1 Destaques na Atuação Finalística.....	10
2.2 Outros Destaques .....	24
3. Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO.....	27
3.1 Da Estratégia.....	28
3.2 Da Competência Legal.....	29
3.3 Das Atribuições.....	29
3.4 Da Organização.....	34
4. Programa 1030: Justiça.....	34
4.1 Apresentação.....	34
4.2 Indicadores.....	34
4.3 Resumo da Execução Orçamentária.....	39
4.4 Ações.....	41
4.4.1 Ação 1017: Aparentamento das Unidades do Ministério Público.....	41
4.4.2 Ação 1064: Construção de Promotorias de Justiça.....	44
4.4.3 Ação 1098: Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPE .....	49
4.4.4 Ação 1182: Reforma e Ampliação de Unidades do Ministério Público.....	54
4.4.5 Ação 1188: Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público .....	56
4.4.6 Ação 2012: Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do Ministério Público.....	57
4.4.7 Ação 2154: Gerenciamento das Ações de Planejamento e dos Programas de Qualidade na Gestão do MPE.....	64
4.4.8 Ação 2177: Implementação e Manutenção das Ações de Segurança Institucional.....	66
4.4.9 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público.....	69
4.4.10 Ação 2250: Realização das Ações da Diretoria de Inteligência.....	71
4.4.11 Ação 2251: Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas...74	
4.4.12 Ação 2252: Realização das Ações de Comunicação do Ministério Público.....	77
4.4.13 Ação 2253: Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial.....	79
4.4.14 Ação 1165: Realização de Concursos para Membros e Servidores do Ministério	

Público.....	92
5. Programa 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público.....	94
5.1 Apresentação.....	94
5.2 Resumo da Execução Orçamentária.....	95
5.3 Ações.....	98
5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos.....	98
5.3.2 Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores.....	104
5.3.3 Ação 2333: Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais.....	105
5.3.4 Ação 2418: Manutenção de Serviços de Transportes .....	114
5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos Serviços da Área de Saúde do Ministério Público.... .....	117
5.3.6 Ação 6015: Concessão de Direitos a Membros e Servidores do Ministério Público .....	120
5.3.7 Ação 2380: Manutenção de Serviços de Informática.....	121
6. Planejamento Estratégico 2010 - 2018.....	124
7. Gespública - Atividades 2010.....	129
8. Situação dos Projetos.....	137

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Identificação do Órgão.....	9
Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	29
Figura 3.4.2 – Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.....	32
Quadro 4.1 – Programa Justiça.....	34
Tabela 4.3.1 Metas 2012 - 2015.....	34
Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos.....	39
Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	40
Quadro 4.4.1 – Resumo da ação.....	41
Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2012 em (R\$).....	42
Quadro 4.4.2 – Resumo da ação.....	44
Tabela 4.4.2.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Taguatinga.....	46
Tabela 4.4.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Arraias.....	47
Tabela 4.4.2.3 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Natividade.....	47
Tabela 4.4.2.4 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Guaraí.....	48
Tabela 4.4.2.5 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Peixe.....	49
Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação.....	49
Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2012. .....	51
Quadro 5.4.4 – Resumo da ação.....	54
Quadro 4.4.5 – Resumo da ação.....	56
Quadro 4.4.6 – Resumo da ação.....	57
Quadro 4.4.6.1 – Resumo de eventos de capacitação.....	62
Quadro 4.4.7 – Resumo da ação.....	64
Quadro 4.4.8 – Resumo da ação.....	67
Quadro 4.4.9 – Resumo da ação.....	69
Tabela 4.4.9.1 – Atividades da Corregedoria-Geral do Ministério Público no ano de 2012 .....	70
Tabela 4.4.9.2 – Promotorias correicionadas em 2012.....	70
Quadro 4.4.10 – Resumo da ação.....	71
Quadro 4.4.10.1 – Resumo das atividades realizadas.....	73
Quadro 4.4.11 – Resumo da ação.....	74
Quadro 4.4.11.1 – Resumo de atividades Gaeco, em 2011-2012.....	75

Quadro 4.4.12 – Resumo da ação.....	77
Tabela 4.4.12.1 – Publicações na mídia por área de atuação em 2012.....	78
Tabela 4.4.12.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO em 2012.....	79
Tabela 4.4.12.3 – Publicações.....	79
Quadro 4.4.13 – Resumo da ação.....	80
Figura 4.4.13 – Processos de 1ª instância devolvidos ao Judiciário com manifestação	81
Tabela 4.4.13.1 – Realizações Caop da Mulher.....	83
Tabela 4.4.13.2 – Estabelecimentos visitados área consumidor.....	84
Tabela 4.4.13.3 – Termos e autuações área consumidor.....	84
Tabela 4.4.13.4 – Demonstrativos das ações por cidade.....	85
Tabela 4.4.13.5 – Realizações Caop Consumidor.....	86
Tabela 4.4.13.6 – Outras autuações realizadas com órgão parceiros.....	87
Tabela 4.4.13.7 – Outras autuações realizadas CAOMA.....	89
Quadro 4.4.14 – Resumo da ação.....	92
Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).....	94
Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação (em R\$).....	96
Tabela 5.2.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	96
Quadro 5.3.1 – Resumo da ação.....	96
Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2012.....	96
Tabela 5.3.1.2 – Movimentação de servidores 2009 a 2012.....	100
Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio em 31/12/2012.....	101
Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos efetivos por nível de escolaridade 2012.....	101
Tabela 5.3.1.4 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009/2012.....	102
Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2012.....	102
Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2012.....	103
Tabela 5.3.1.7 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF.....	103
Quadro 5.3.2 – Resumo da ação.....	104
Quadro 5.3.3 – Resumo da ação.....	105
Tabela 5.3.3.1 – Comparativo de despesas 2010 -2012 (em R\$).....	106
Tabela 5.3.3.2 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2012 (em R\$).....	106
Tabela 5.3.3.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2012...	107
Tabela 5.3.3.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.....	108
Tabela 5.3.3.5 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de	

ARP.....	109
Tabela 5.3.3.6 – Pregões realizados em 2012.....	110
Tabela 5.3.3.7 – Despesas por modalidade de contratação.....	114
Quadro 5.3.4 Resumo da ação.....	115
Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços de transportes 2010 – 2012.....	115
Quadro 5.3.4.2 – Frota de veículos MPE-TO.....	117
Quadro 5.3.5 – Resumo da ação.....	118
Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional.....	119
Tabela 5.3.5.2 – Quantidade de atendimentos.....	120
Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos.....	120
Quadro 5.3.6 – Resumo da ação.....	121
Quadro 5.3.7 – Resumo da ação.....	121
Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2012.....	122
Tabela 5.3.7.2 – Comparativo de processos de segurança, em 2010-2012.....	122
Figura 6.1 – Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	124
Quadro 6.1 – Indicadores estratégicos do Ministério Público.....	125
Quadro 7.1 – Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins.....	129
Quadro 8.1 – Situação dos Projetos.....	137
Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de Recursos.....	138

## APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de Prestação de Contas do Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2012, apresentando os resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como, demonstra a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à sua disposição.

A sua elaboração foi balizada pelas orientações constantes da Instrução Normativa nº 006/2003, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e tem por aspiração não somente cumprir a obrigação legal de prestar contas, mas, acima disto, evidenciar todo o processo de gestão do órgão neste período.

Desta forma, iremos destacar nossa atuação finalística, que em 2012 superou todas as expectativas em número de ações, assim como a gestão institucional, com especial foco nos programas de busca pela excelência na Gestão e de Planejamento Estratégico.

O Relatório ora apresentado mantém a estrutura que vem sendo utilizada pelo órgão, e traz os seguintes tópicos: 1-Identificação do Órgão, 2-Sinopse das realizações no exercício 2012, 3-Estratégia, Competência, Atribuição e Organização do MPE-TO, 4-Programa 1030: Justiça, 5-Programa 1058: Gestão e Manutenção, 7-Planejamento Estratégico 2010-2018, 8-Gespública - Atividades 2012, 8-Situação dos Projetos, e 9-Considerações Finais.

Palmas, 20 de fevereiro de 2013.

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora-Geral de Justiça

## 1 IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO

Quadro 1 – Identificação do Órgão

<b>Nome completo da unidade e sigla:</b>	<b>PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ</b>
<b>Natureza jurídica:</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:</b>	<b>LEI COMPLEMENTAR nº 12/1996 (REVOGADA PELA LEI nº 51, DE 2 DE JANEIRO DE 2008) Publicado no Diário Oficial nº 2.562</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>01.786.078/0001-46</b>
<b>Nome e código no SIAFEM:</b>	<b>PGJ</b>
<b>Código da Unidade Gestora:</b>	<b>070100</b>
<b>Endereço completo da sede:</b>	<b>202 N CONJ. 03 AV. TEOTÔNIO SEGURADO C/ AV. LO 04 – CEP 77.020-494</b>
<b>Endereço da página institucional na internet:</b>	<b><a href="http://www.mp.to.gov.br">www.mp.to.gov.br</a></b>
<b>Função de governo predominante:</b>	<b>Essencial à Justiça</b>
<b>Tipo de atividade:</b>	<b>Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis</b>

## 2 SINOPSE DAS REALIZAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2012

### 2.1 DESTAQUES NA ATUAÇÃO FINALÍSTICA

#### JANEIRO

---

Blog especializado acompanha trabalho do MPE que garante qualidade da carne

---

MPE prossegue com vistorias em frigoríficos do Estado

---

Cesaf divulga 7ª Revista Jurídica e inscreve artigos para próxima edição

---

MPE constata que frigorífico de Araguaína continua fora dos padrões

---

MPE ganha mais força de atuação com a Lei que institui o Sinase

---

Solicitação de diárias

A Procuradoria Geral de Justiça, por meio do chefe de gabinete, Promotor de Justiça Célio Sousa Rocha, ressalta, no ofício circular nº 001/2012, que a disponibilização de diárias em caso de deslocamento de integrantes desta Instituição, deve ser solicitada com antecedência para análise e autorização do Procurador Geral de Justiça.

---

MPE intervém para criação do S.I.M nas cidades tocantinenses

Ministério Público Estadual (MPE) foi procurado pela Secretaria Estadual de Agricultura (Seagro) para intervir junto aos municípios tocantinenses com vistas à criação do Serviço de Inspeção Municipal (S.I.M).

---

Comissão do CNPG tem primeiro encontro do ano

O chefe de gabinete da Procuradoria Geral de Justiça, Promotor de Justiça Célio Sousa Rocha, esteve em Brasília entre os dias 17 e 18, participando da VIII Reunião da Comissão de Acompanhamento de Processos nos Tribunais Superiores do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça (CNPG). Na pauta do encontro estavam as reuniões da comissão durante o ano de 2012, a apresentação do link da Comissão instalado na página do CNPG, o repasse de informações sobre a intimação eletrônica do MP pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), além da eleição das causas que devem receber atuação do CNPG junto ao STJ e STF.

---

Prorrogado o prazo para envio de sugestões sobre os critérios de promoção e remoção

---

#### FEVEREIRO

---

Prorrogado o prazo para envio de sugestões sobre os critérios de promoção e remoção

---

MPE acompanha providências para o Sistema Prisional do TO

---

Ouvidoria do MPE encaminha à Sefaz denúncia de sonegação fiscal

---

---

Tabelas unificadas: Comitê Gestor faz balanço

---

MPE recebe doação de terreno para construção de Promotoria em Natividade

---

Professores da rede pública de ensino são capacitados para o Projeto Conheça o MP

---

Ato normatiza utilização e guarda de veículos do MPE

---

Cesaf disponibiliza inscrições para curso de pós-graduação

O Ministério Público Estadual (MPE), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), firmou parceria com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia de Tocantins (Adesgto) a fim de garantir descontos aos integrantes interessados em se matricular no Curso de Especialização em Políticas e Estratégias (Cepe)

---

Acordo de Cooperação entre MPE e instituições viabiliza a implantação do Programa Propriedade Rural

---

Solicitação do Cesaf

Em virtude da realização da oficina prática “Atos Proibidos ao Poder Público no Período Eleitoral”, no dia 23 de março, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) do Ministério Público Estadual (MPE), solicita aos membros e servidores interessados em participar da oficina, que encaminhem ao Cesaf eventuais dúvidas e questionamentos sobre a matéria

---

Proposta do PCCR é apresentada ao Colégio de Procuradores

---

Revendedoras de gás firmam TAC com MPE e se comprometem a regularizar transporte de GLP

---

Força-tarefa Pró-consumidor define agenda deste semestre

---

Gespública: MPE reinicia atividades como âncora do Programa no Estado

---

Em virtude de parceria estabelecida entre o Ministério Público Estadual (MPE), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT), membros e servidores desta Instituição terão, conforme o número de interessados oriundos do MPE, descontos de 10% (se até 10 membros e/ou servidores inscritos) ou 20% (se acima de 10 membros e/ou servidores inscritos) nas mensalidades do curso de Especialização Lato Sensu em Direito Administrativo, com início previsto para o mês de março.

---

O Procurador Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, declarou ponto facultativo no âmbito do Ministério Público Estadual (MPE), no dia 20 de fevereiro (segunda-feira). Determinou ainda que o horário de expediente no dia 22 (quarta-feira) será das 14h às 18h. Durante o fim de semana e o recesso o MPE funcionará em regime de plantão, com servidores e Promotores plantonistas em todas as comarcas. O ato 013/2012 já está disponível na intranet da página do MPE.

---

MP está entre as três instituições mais confiáveis do Brasil, aponta pesquisa da FGV

---

---

MPE assina parceria com Adesg

---

Curso de capacitação sobre Programa Propriedade Legal terá início nesta quarta

---

## MARÇO

---

Corrupção no TO será destaque no Fantástico

---

Morte adolescente: MPE investiga suposta negligência no HGP

---

Corrupção no Tocantins chama atenção do Brasil

---

FOCCO é parceiro em encontro com gestores municipais

---

MPs e Defensoria cobram formação da Rede de Atenção Psicossocial

---

Carta Manifesto é assinada em encontro de gestores

Representantes das instituições que compõem o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO-TO) assinaram na manhã desta terça-feira, 06, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carta Manifesto a favor da implementação das equipes de transição nos municípios após o resultado das eleições.

---

Mulheres do MPE têm programação especial no dia 8 de março

---

GECEP propõe interdição parcial da CPP

A 1ª reunião do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (GECEP) do Ministério Público Estadual (MPE) realizada nos dias 05, 06 e 07 de março definiu diretrizes e ações que nortearão os trabalhos do grupo. Criado por resolução da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) em dezembro de 2011, o grupo atuará junto às Polícias Civil e Militar, na busca pela adequação da segurança pública e ideal aparelhamento estrutural das polícias. Na ocasião, foram discutidos os procedimentos que serão adotados no cumprimento das metas delineadas.

---

CNPG discute morosidade na tramitação de processos

---

Instituído no MPE grupo de trabalho para valoração do meio ambiente

---

PGJ prestigia posse de membro como Secretário de Estado

Na tarde desta quinta-feira, 8, o Procurador Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, acompanhado do Corregedor Geral do Ministério Público, Procurador de Justiça João Rodrigues Filho, dos Procuradores de Justiça José Maria da Silva Júnior e Marco Antônio Bezerra e dos Promotores de Justiça Célio Sousa Rocha, Kátia Chaves Gallieta, Fábio Lang e Edson Azambuja, prestigiou a posse do Promotor de Justiça Nilomar dos Santos Farias como novo Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado. A solenidade aconteceu no Palácio Araguaia e contou também com a presença de servidores do Ministério Público Estadual (MPE).

---

8 de Março: PGJ anuncia criação do Núcleo da Mulher

---

---

Subprocuradora Geral de Justiça é homenageada

Uma homenagem especial foi prestada nesta terça-feira, 8, à Subprocuradora Geral de Justiça, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, pelo Grupo de Apoio à Mulher (Gam) por contribuir e incentivar a criação da entidade.

---

Membros do MPE integram comissão de sindicância do CNMP

---

Kátia Gallieta assume coordenação do Gaeco

---

Dispensa indevida de licitação leva MPE a denunciar Prefeito de Formoso do Araguaia

---

Promotoria de Justiça de Guaraí é arrombada

---

Atividades de capacitação do Gespública serão gerenciadas pela UFT

---

Inscrições abertas para Fórum da UFT

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF) firmou parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), possibilitando a participação membros e servidores no Fórum Cidades Sustentáveis: Palmas em Foco, que acontecerá no dia 15 de março, no auditório do Cuíca, campus de Palmas. Os interessados podem se inscrever no endereço [www.uft.edu.br/palmasemfoco](http://www.uft.edu.br/palmasemfoco) ou no [www.justocantins.com.br](http://www.justocantins.com.br). Os participantes receberão certificados.

---

Cesaf recebe até o dia 30 de março artigos para a 8ª Revista Jurídica

---

Caop promove capacitação sobre direitos da mulher

---

Por intermédio do MPE, Seplam adere ao Gespública

---

Núcleo de Excelência em Gestão visita Naturatins

---

MPE se reúne com Secretário e cobra soluções dos problemas na saúde do Estado

---

MPE determina à Câmara extinção do mandato do Prefeito de Abreulândia

---

MPE aguarda julgamento de recurso contra terceirização da saúde

---

Membros receberão Certificação Digital

---

Oficina "Atos proibidos ao Poder Público no Período Eleitoral" acontece nesta sexta, 23

---

PGJ contesta decisão do TJ que suspende liminar para recuperação de estrada

---

Gespública recebe adesão do Naturatins

---

MPE recomenda interdição de frigoríficos que descumpriram TAC

---

MPE nomeia perito para verificar infrações em hospitais

---

MPE lança projeto Conheça o MP na rede pública de ensino

---

Condutas vedadas no período eleitoral são tema de discussão no MPE

---

---

Delegacia de Araguaína: MPE requisita informações à Secretaria de Segurança

---

Lançado Projeto "Conheça o Ministério Público"

---

MPE vai recorrer da decisão do TJ que suspende liminar das UTIs

---

Análises contábeis estão suspensas pelo Caop

O coordenador do Centro Operacional de Atendimento às Promotorias de Justiça (Caop) do Patrimônio Público, Procurador de Justiça Marco Antônio Alves Bezerra, pede a compreensão dos colegas Promotores de Justiça quanto à interrupção temporária no envio de procedimentos para análise contábil/jurídica.

---

Corregedoria do MPE divulga produtividade de membros

---

Cesaf abre inscrições para Mestrado e Doutorado em Lisboa e Roma

---

MPE TO preside comissão nacional de saúde

---

### **ABRIL**

---

Proposta do PCCR do MPE é aprovada

---

Colégio de Procuradores realiza eleições para coordenadores de Caops

---

Proposta do PCCS do MPE é aprovada

---

Edital para concurso do MPE será publicado nesta quarta-feira

---

MPE constata falhas no controle da hanseníase no TO

---

Inscrições do concurso do MPE iniciam nesta terça-feira, 10

---

MPE questiona gastos com folha de pagamento no Seminário da Saúde

---

4º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional da ABCD

---

Fundação Universa faz entrega oficial do PCCR

---

Eleição para coordenadores dos Caops é adiada

---

Sede do MPE em Araguaína é interditada

---

MPE participa de reunião do Comitê de Saúde instituído pelo CNJ

---

MPE retoma fiscalização em estabelecimentos no interior do Estado

---

Oficina "Erradicação dos Lixões" é adiada

---

Concurso vai premiar as melhores reportagens sobre o Ministério Público

---

Excelência em Gestão: Instituições serão certificadas nesta quinta, 19

---

Caops têm novos coordenadores

---

---

Violência doméstica será tema de seminário no MPE

---

MPE assume oficialmente ancoragem do Gespública e faz adesão de novas instituições

---

Integrantes do Focco se reúnem novamente no MPE

---

Conheça o MP: PGJ recebe estudantes da rede municipal

---

Projeto de Lei do PCCR é entregue na Assembleia para apreciação

---

MPE investiga supostas irregularidades na Secretaria de Segurança Pública

---

Cesaf viabiliza vagas para o Seminário de Direito e Diversidade Sexual

---

Prefeitos de Gurupi, Araguatins e Crixás são denunciados novamente pelo MPE

---

PCCR é aprovado pela AL

---

MPE realiza Seminário de Combate à Violência Doméstica

---

MPE pede adequação dos Centros Socioeducativos

---

## MAIO

---

MPE sedia nova etapa do Gespública

---

Lei que institui o PCCR do MPE é sancionada

---

Atuação do MPE é destaque no curso de "Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro"

---

Operação Pró-Consumidor apreende mais de 6,5 toneladas de produtos

---

MPE cria SIC e cobrará o cumprimento da Lei

---

ATMP defende atuação de Promotores de Justiça no caso Unirg

---

Divulgada concorrência para concurso do MPE

---

Alunos do Cem Tiradentes visitam MPE

---

Cerca de 80 estudantes do Centro de Ensino Médio Tiradentes visitaram nesta segunda-feira, 21, a sede do Ministério Público Estadual (MPE).

---

Copese divulga locais de provas do MPE

---

Gestão da saúde no Tocantins é apurada pelo MPE

---

---

Nota concurso

O Ministério Público Estadual (MPE) alerta aos candidatos inscritos no Concurso do Público do Quadro Administrativo da Instituição para que confirmem se seus nomes com os respectivos locais de prova constam na lista divulgada, no último dia 20, pela Comissão Permanente de Seleção (Copese), empresa contratada para a realização do concurso.

---

MPE institui Comissão de Enfrentamento às Drogas

---

MPE retifica itens no edital do concurso público

---

Resultado do concurso deve ser divulgado dia 5 de junho

---

Cesaf é parceiro no III Fórum Estadual do Judiciário para Saúde

---

Parceria do MPE com DPVAT reduz fraudes no seguro

---

MPE inaugura sala de atendimento ao cidadão

---

Gaeco recebe visita de equipe da Secretaria de Segurança Pública

---

Membros do Ministério Público de todo o país se reúnem em Palmas

---

Carta defende atuação investigatória do MP e controle externo da atividade policial

---

PEC 37 em destaque na reunião da Comissão de Processos de Interesse do MP

---

Nota do MPE às declarações dos vereadores de Palmas

---

Atuação do MP em discussão no Tocantins

---

Código de Ética em debate no encontro de Corregedores-Gerais do MP

---

## **JUNHO**

---

PGJ do Tocantins é homenageado pelo CNPG

---

Encontro do CNPG encerra com convocação para reunião extraordinária

---

MPE premiará vídeos produzidos por alunos da rede pública de ensino

---

CNPG lança Manual Nacional do Controle Externo da Atividade Policial

---

Última chamada para as inscrições para o I Prêmio CNPG de Jornalismo

---

Lançado edital para concurso de Promotor de Justiça Substituto

---

Publicado resultado do concurso do MPE

---

Dever funcional dos membros

---

MPE detecta desrespeito ao consumidor durante fiscalização em hipermercado

---

---

CNPG participa, em Macapá, de ato de apoio à PGJ do Amapá

---

Nota técnica pela não extensão do foro por prerrogativa de função

---

Em cumprimento à “Meta 2”, 255 acusados de homicídio foram denunciados

---

Comissão da Câmara pede vista do relatório da PEC 37

---

Prepare-se vem aí o II Arraiá do MP

---

TCE adere ao Gespública

---

MPE flagra medicamentos de distribuição gratuita sendo comercializados em Pedro Afonso

---

PGJ participa de debate sobre Ficha Limpa

---

TCE assume compromisso para gestão de excelência

---

MPE recorre ao STJ de decisão que livrou Estado de recuperar rodovias

---

FOCCO discute fraudes em concursos e eleições

---

MPE recebe doação de terrenos em Porto Nacional e Pedro Afonso

---

Promotorias de Justiça recebem equipamentos de informática

---

CNMP lança Banco de Projetos nesta terça

---

MPE e MPF fazem recomendação à Sesau

---

Informações de processos que tramitam no STJ podem ser solicitados via PGR

---

Oficina de reciclagem é realizada no MPE

---

MPE se reúne com revendedores de gás de Natividade e região

---

MPE recomenda ao Detran mais rigor para o credenciamento de CFC's

---

## **JULHO**

---

Detran tem até 31 de dezembro para cumprir recomendação do MPE

---

Inscrições para novos coordenadores de Caops

---

Prefeito de Centenário é denunciado pelo MPE

---

Operação Pró-consumidor em Miranorte tem apreensão recorde

---

Após notificação, hipermercado disponibiliza informações ao MPE

---

Despesas com diárias no MPE e previsão orçamentária para 2012

---

Fiscalização apreende 11 toneladas de produtos em Pedro Afonso

---

---

Repercussão da atuação do MPE no caso Delta

---

Prefeito de Figueirópolis é novamente denunciado pelo MPE

---

Ministério Público do TO divulga remuneração dos membros e servidores

---

## **AGOSTO**

---

Cesaf publica o 8º número da Revista Jurídica e abre inscrições para próxima edição

---

Os integrantes do Ministério Público Estadual se solidarizam com o servidor Ricardo Azevedo Mamédio de Sousa pelo falecimento do seu pai, Joaquim Mamédio de Sousa, 58 anos, ocorrido na nesta segunda-feira, 06, em Imperatriz.

---

Aposentadoria para servidores públicos é tema de capacitação no MPE

---

MPE homenageia os pais com sessão de cinema

---

CNPG e Conamp se reúnem no Senado para discutir a PEC da impunidade

---

Provas para Promotor de Justiça Substituto do MPE têm início neste sábado

---

Abertas as inscrições para ciclo de debates sobre Direito Penal

---

Secretaria de Diretos Humanos e UNB iniciam Formação para Operadores do Sinase

---

Concursos municipais são tema de reunião do Focco

---

I Congresso Internacional acontece quinta e sexta no Rio de Janeiro

---

Implantação do Gespública é tema de reunião entre MPE e TCE

---

Reunião Colégio de Procuradores

terá como pauta a administração dos recursos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.

---

MPE, Defensoria e Estado assinam TAC para tratamento de dependentes químicos

---

Concurso de vídeo do MP tem inscrições prorrogadas

---

Cesaf recomenda Fórum para discussão de Direito Médico e a Judicialização da Saúde

---

Inscrições abertas para o "I Congresso Tocantinense de Direito Eleitoral"

---

Artigo do PGJ compõe livro do CNPG

---

Encontro discute proteção da sociedade, dignidade humana e sistema prisional

---

MPE e PRF firmam cooperação para agilizar procedimentos de fiscalizações

---

Colégio de Procuradores manifesta apoio às investigações sobre gestão do IGEPREV

---

TAC para tratamento de dependentes químicos

---

---

CNMP regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Ministério Público

---

Frente de Combate à Corrupção do CNPG apresenta plano de ação e busca parceria para divulgação de campanha

---

Cesaf convida integrantes do MPE a encaminhar artigos para Revista Jurídica

---

PGJ pede providências quanto à Lei que altera o Plano Diretor de Palmas

---

MPE solicita mais fiscalização no transporte de gás de cozinha

---

## **SETEMBRO**

---

MPE participa de discussão sobre a Rede de Atenção Psicossocial do Tocantins

---

Cesaf abre inscrições para oficina sobre análise de documentação

---

Cesaf informa abertura de vagas no Curso de Iniciação Científica para Formação de Pesquisadores

---

MPE divulga resultado provisório do concurso de Promotor de Justiça Substituto

---

Atuação conjunta do MPF, MPE/TO, DPU e DPE instaura procedimento para averiguar atenção básica à saúde

---

MPE quer responsabilizar criminalmente a Prefeita de Pindorama

---

Membro do MPE lança livro sobre Direito Eleitoral voltado para concursos

---

MPE apoia campanha contra a PEC 37

---

Concurso Promotor de Justiça Substituto: MPE publica edital com novo prazo para interposição de recursos

---

Formalidade na revenda de GLP aumenta em 115% em dois anos

---

Prefeito de Santa Rosa é denunciado à Justiça por burlar processo licitatório

---

Ouvidoria do Ministério Público está sob nova direção

---

Cesaf disponibiliza material complementar para o curso de "Análise de Documentação"

---

Divulgada a relação de vencedores do concurso de vídeo

---

Formada Comissão Eleitoral para escolha do novo PGJ

---

BB passa a processar a folha de pagamento do MPE

---

Defensoria e Ministério Público ingressam com ACP para tratamento neurológico

---

CNPG lança campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes

---

Mutirões do Judiciário para cumprir metas nacionais são tema de reunião

---

---

Têm início as inscrições para PGJ

---

MPE participa de discussão sobre municipalização da saúde prisional

---

MPE divulga resultado final do concurso de membros

---

## **OUTUBRO**

---

Comissão publica edital que regulamenta eleição para PGJ

---

Cargo de Procurador-Geral de Justiça já tem inscrito

A Subprocuradora-Geral de Justiça do Ministério Público Estadual (MPE), Vera Nilva Álvares Rocha Lira, encaminhou à Assessoria de Comunicação cópia do seu requerimento de inscrição ao cargo de Procuradora-Geral de Justiça.

---

Promotorias do Consumidor recebem reforço com doações de equipamentos

---

Cargo de Procurador-Geral tem segundo inscrito

Titular da 8ª Procuradoria de Justiça, José Demóstenes de Abreu, encaminhou à Comissão Eleitoral requerimento de inscrição como candidato ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado para o biênio 2013/2014. Declarou estar em pleno exercício de suas funções, não respondendo a nenhum procedimento administrativo, exigências para o cargo. O documento foi protocolado nesta terça-feira, 02, por volta das 16h.

---

Leila Magalhães também concorre à Procuradoria-Geral

Procuradora-Geral de Justiça entre os anos de 2006 e 2008, Leila da Costa Vilela Magalhães registrou, na manhã desta quarta-feira, 3, candidatura visando seu retorno ao comando do Parquet tocantinense

---

Três protocolaram requerimento para concorrer ao cargo de PGJ

Três Procuradores de Justiça encaminharam requerimento de inscrição para a Comissão Eleitoral responsável pela condução do processo eleitoral de formação da lista tríplice destinada à nomeação do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2013-2014. O prazo encerrou-se às 18h desta quarta-feira, 03.

---

Convocados em concurso de membros devem cumprir prazos do edital

---

Processo Eleitoral para o Cargo de PGJ: Edital lista de candidatos, Edital lista de eleitores e Ata

---

Gespública: UFT apresenta resultados da autoavaliação ao NEGP

---

MPE realiza 3ª edição da Semana da Saúde

---

MPE orienta para que sejam formadas equipes de transição nos municípios

---

Semana da Saúde é marcada por música e humor

---

Justiça determina ao Estado que garanta tratamento neurológico a pacientes

---

Operação Pró-Consumidor do MPE prossegue com fiscalizações no interior

---

---

Instituições de Ensino Superior devem se credenciar para o Programa de Estágio do MPE

---

Promotor lança livro para concursos nesta quinta, 18

---

Teste de votação virtual para PGJ acontece nesta quinta, 18

---

Palestra: Combate ao Crime Organizado abriu seminário criminal

---

Doações de leite para instituição social podem ser feitas até sexta-feira

---

Eleição da ATMP acontece nessa sexta-feira

---

MPE divulga resultados provisórios de uma das etapas do concurso para Promotor de Justiça Substituto

---

MPE entrega leite arrecadado em campanha solidária

---

Oswaldo Trigueiro é novo presidente do CNPG

---

Núcleo do Gespública visita UFT

---

Comemorações do Dia do Servidor têm início no MPE

---

CSMP convoca Promotor de Justiça para ocupar 10ª Procuradoria de Justiça

---

MPE recomenda aos órgãos competentes fiscalizações em mototáxis e motofretes

---

Ministérios Públicos dos Estados podem atuar no STJ

---

MPE divulga resultado de etapas do concurso de membros e convoca para prova oral

---

Eleição para PGJ acontece nesta terça-feira, 30

---

MP's e DP'S vão investigar gestão nos hospitais do TO

---

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Procedimento Administrativo nº 0.00.000.001260/2012-44, concedeu, nesta terça-feira, 30, liminar para suspender a Prova Oral do Concurso de Promotor Substituto do Ministério Público do Tocantins.

---

Vera Nilva encabeça lista tríplice do MPE

---

Reunião do FOCCO discute projetos para 2013

---

Ex-governador encabeça lista de gestores alvo de Ação Civil Pública por fraudes em obras

---

Conselho Superior tem candidatura única

---

Inscrições abertas para lista sêxtupla do STJ

---

Assessora de Cerimonial do MPE integra diretoria do Sindicato Nacional

---

---

Estudantes vencedores do concurso de vídeo serão premiados

---

## **NOVEMBRO**

Ministério Público encerra projeto Conheça o MP premiando vídeos participantes

---

Em novo pleito, Conselho elege José Maria para vaga de Procurador de Justiça

---

PGJ entrega lista tríplice ao Governador

---

Ponto eletrônico passa a funcionar a partir da próxima segunda-feira, 05

---

Asamp realiza assembleia extraordinária na próxima terça, 6

---

Vera Nilva é escolhida nova Procuradora-Geral de Justiça

---

Marco Antônio é reeleito para o Conselho Superior

---

José Maria é novamente empossado no cargo de Procurador de Justiça

---

Colégio de Procuradores abre inscrições para Corregedor-Geral

---

Estado terá que disponibilizar mais 15 leitos de UTI

---

Prorrogado prazo para o envio de teses do 5º Congresso Virtual do MP

---

Membro do Ministério Público Estadual se aposenta

---

Prefeitos das 5 maiores cidades são apresentados ao Gespública

---

MPE entrega sede definitiva da Promotoria de Justiça de Taguatinga

---

Policiais Rodoviários são capacitados para confecção de Termos Circunstanciados e Boletins de Ocorrência

---

Conte até 10: campanha conta com a presença de parceiros e representantes do Sistema de Justiça e da sociedade

---

MPE apresenta Gespública a prefeitos eleitos de Palmas, Porto e Paraíso

---

O Secretário Substituto do Colégio de Procuradores de Justiça, Ricardo Vicente da Silva, comunica, a todos os interessados, a inscrição da Procuradora de Justiça Angélica Barbosa da Silva à eleição de Corregedor-Geral do Ministério Público, para o biênio 2012/2014.

---

Inaugurada sede das Promotorias de Justiça de Taguatinga

---

Violência doméstica é tema de palestra em escola da capital

---

Angélica Barbosa da Silva é eleita Corregedora-Geral do Ministério Público

---

Asamp nomeia associados para comissão eleitoral

---

---

MPE participa da Semana de Combate à Violência Contra a Mulher

---

Abertas as inscrições para eleições da ASAMP

---

Fórum de Pium recebe nome da Procuradora Sônia Maria Pinheiro

---

Time do MP participa de campeonato de futebol

---

Tocantins lança campanha que visa reduzir homicídios por motivos fúteis

---

Campanha natalina do MPE beneficia crianças e adolescentes

---

Colégio de Procuradores rejeita proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo

---

José Omar recebe homenagem por sua atuação na Ouvidoria do MP-TO

---

Tocantins se mobiliza na campanha de redução de homicídios

---

Seleção brasileira heptacampeã de futsal adere à campanha Conte até 10

---

Procuradores vão à Assembleia Legislativa discutir orçamento de 2013

---

Biblioteca Cidadã é inaugurada nesta sexta, 30

---

Ponto eletrônico entra definitivamente em funcionamento

---

Gaeco investiga envolvimento de policiais militares em grupo de extermínio

---

## **DEZEMBRO**

---

Discursos de despedida marcam a última sessão do Colégio de Procuradores

---

MPE tem novo Ouvidor-Geral

---

PGJ faz entrega de notebooks para membros

---

Pró-consumidor do MPE empreende fiscalizações na região do Jalapão

---

Fraude de R\$ 8 milhões em obras motiva nova ação na Justiça contra ex-governador

---

MPE entrega sede definitiva da Promotoria de Justiça de Natividade

---

Membro do MP em Araguaína recebe troféu Profissional do Ano 2012

---

Entidades do TO se unem e expõem seus trabalhos

---

Caop da Mulher orienta sobre aborto no Hospital e Maternidade Dona Regina

---

Mudança de horário na entrega dos notebooks

---

Notebooks: Mais condições de trabalho aos membros

---

Conselho Superior aprova requerimento para reabertura de edital de remoção

---

---

Sede própria da Promotoria de Justiça de Arraias será inaugurada nesta terça

---

MPE participa da Mobilização pelo Dia Internacional Contra a Corrupção

---

Promotorias de Justiça de Porto Nacional ganham nova sede

---

Reaberto prazo de inscrições para remoção ou promoção

---

Membros e servidores são convidados para a posse da nova PGJ

---

Ciclo de Palestras do MPE será seguido de almoço

---

CESAF disponibiliza palestra do I Seminário Criminal do Ministério Público do Tocantins on line

---

Promotorias de Justiça de Arraias têm sede própria

---

Combate à venda ilegal de GLP será reforçada em Araguaína

---

PGJ encerra maratona de inaugurações de obras em Peixe

---

Alteração no uso do solo com intuito de beneficiar particulares leva MPE a denunciar criminalmente Raul Filho e Ivory de Lira

---

Delta: Prefeito de Palmas, Carlinhos Cachoeira e outros são denunciados

---

Nova Corregedora é empossada no MPE

---

Vera Nilva assume o comando do Ministério Público

---

## **2.2 OUTROS DESTAQUES**

Membros do MP TO discutem ações do CNPG para 2012

---

Promotoria de Justiça de Miranorte será entregue nesta terça-feira, 13, o investimento foi de R\$ 770 mil

---

Obra com tema inédito é lançado por Promotor de Justiça

---

MPE realiza Ciclo de Eventos nesta quarta-feira, uma vasta programação foi preparada para integrantes do MPE

---

Livro de autoria do Promotor de Justiça Felício Soares "Manual sobre Armas de Fogo" será lançado no dia 9

---

Apresentação de Coral encanta integrantes do MPE

---

Membros do MPE participam do XIX Congresso Nacional do MP

---

Congresso discute comunicação, gestão e tecnologia da informação, evento contou com a participação de seis integrantes do MPE

---

---

Procurador Geral prestigia posse do novo presidente do CNPG

---

I Semana da Saúde do MPE tem início nesta segunda-feira, 17

---

Obras da Promotoria de Arraias terão início no próximo mês, investimento é de aproximadamente R\$ 1.250.000,00

---

Cesaf oferece curso de reforma ortográfica, curso terá carga horária de 20h

---

PGJ recebe troféu Personalidade Mais Importante do Tocantins

---

MPE recebe doação de terreno para construção de Promotoria em Guaraí

---

Novos Veículos integram a frota da PGJ, no total já foram adquiridos 15 veículos

---

Novas regras para viagens de integrantes do MPE

---

Entrevista: PGJ fala da atuação do MPE em Portal Jurídico JusTocantins

---

Setor de saúde do MPE prossegue com imunização

---

Clenan Renaut prestigia posse do PGJ da Paraíba

---

Athenas tem grande aceitação em Mostra do CNMP, compatibilidade com o Arquimedes foi destacada

---

Paraná tem primeira sede totalmente projetada e executada pelo MPE

---

Em tempo recorde, MPE entrega obra da Promotoria de Justiça de Paraná, sete meses foi o tempo de construção

---

Gespública do MPE é apresentado ao Tribunal de Justiça

---

Cesaf recebe artigos para 7ª Revista Jurídica

---

CPP de Dianópolis recebe equipamentos do MPE

---

Athenas é apresentado em Mostra de Sistemas do CNMP. Sistema está entre os 21 selecionados para a Mostra

---

PGJ renova frota de veículos das Promotorias de Justiça

---

MPE recebe doação da Receita Federal

---

MPE institui a "Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado"

---

Sede das Promotorias de Justiça em Tocantinópolis leva o nome de juiz fundador da Comarca

---

MPE publica 6ª edição da Revista Jurídica

---

Arraiá do MP será nesta sexta, 17

---

---

A convite do MPE, Defensoria Pública integra gerência do Gespública

---

Servidores do MPE participam de curso sobre Licitações

---

MPE faz doação de mobiliários à Prefeitura de Palmas

---

Emoção marca homenagem ao Procurador de Justiça Cesar Zaratini. Após 22 anos, ele deixa o MPE-TO

---

Brigadistas da PGJ recebem certificado

---

Ministério Público assume ancoragem do Gespública

---

Ato normatiza utilização de serviços de tecnologia da informação no MPE

---

Controle de queimadas contará com participação do MPE, 22 instituições integram o Programa

---

MPE participa do I Encontro Nacional sobre Controle Externo

---

Auxílio-alimentação é reajustado

---

Procurador Geral discute plano de saúde em reunião com parlamentares e sindicalistas

---

Aprovada implantação de auxílio creche no MPE

---

Inscritos em curso de Aprendizagem Virtual devem efetuar matrícula

---

Gespública é apresentado em Maceió, Chefe do Planejamento faz explanação sobre o programa em Reunião do CDEMP

---

Membros do MPE participarão do Planejamento Nacional do MP

---

No ar, novo portal do MPE-TO mostra layout simples e moderno com HTML5 de última geração

---

Estagiários são recepcionados no MPE

---

MPE sedia reunião estadual do Gespública

---

Convênio firmado com a Caixa garante crédito imobiliário a integrantes do MPE

---

### 3. ESTRATÉGIA, COMPETÊNCIA, ATRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO MPE-TO

#### 3.1 DA ESTRATÉGIA

##### **Missão:**

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

##### **Visão:**

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

##### **Valores:**

- Confiável
- Eficaz
- Fiscal da Lei
- Popular
- Independente
- Acessível
- Humanizado
- Transparente

### 3.2 DA COMPETÊNCIA LEGAL

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu que as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins são:

- promover, privativamente, a ação penal pública;
- zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- exercer o controle externo da atividade policial;
- requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades

públicas; defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

### **3.3 DAS ATRIBUIÇÕES**

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou, devidamente, estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

- Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);
- Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

### **3.4 DA ORGANIZAÇÃO**

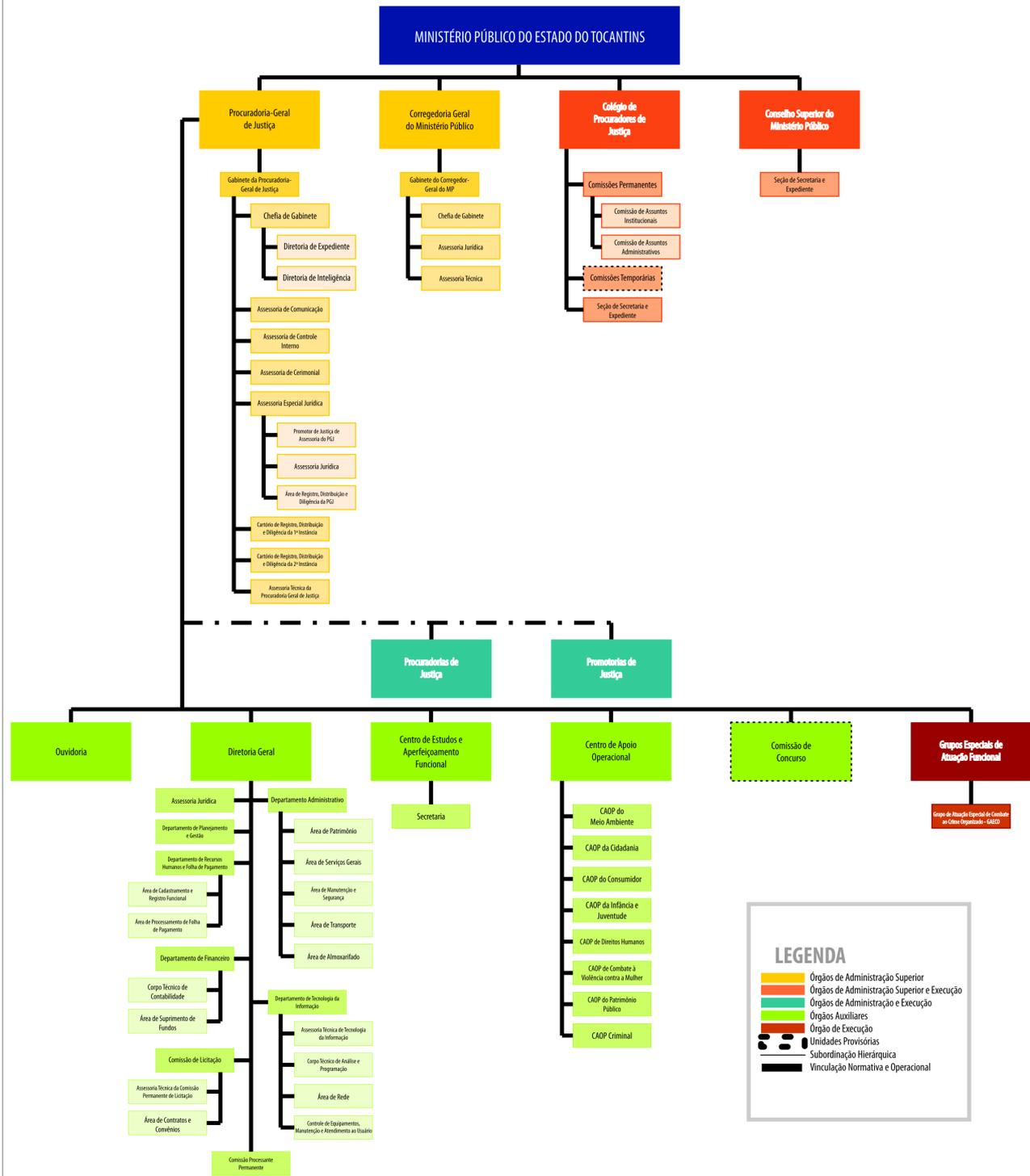
O ano de 2011 também foi importante no contexto da administração organizacional do Ministério Público, pois, através do Ato nº 111/2011, o Procurador-Geral de Justiça aprovou o Organograma e tornou clara a ordem hierárquica da instituição.

Cabe ressaltar que o Organograma apresentado é fruto do Trabalho da Comissão de Revisão do Regimento Interno do MPE/TO, colocado em prática através do design gráfico da Assessoria de Comunicação.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins em vigor, construído com base na legislação vigente:

Figura 3.4.1 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins

# ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

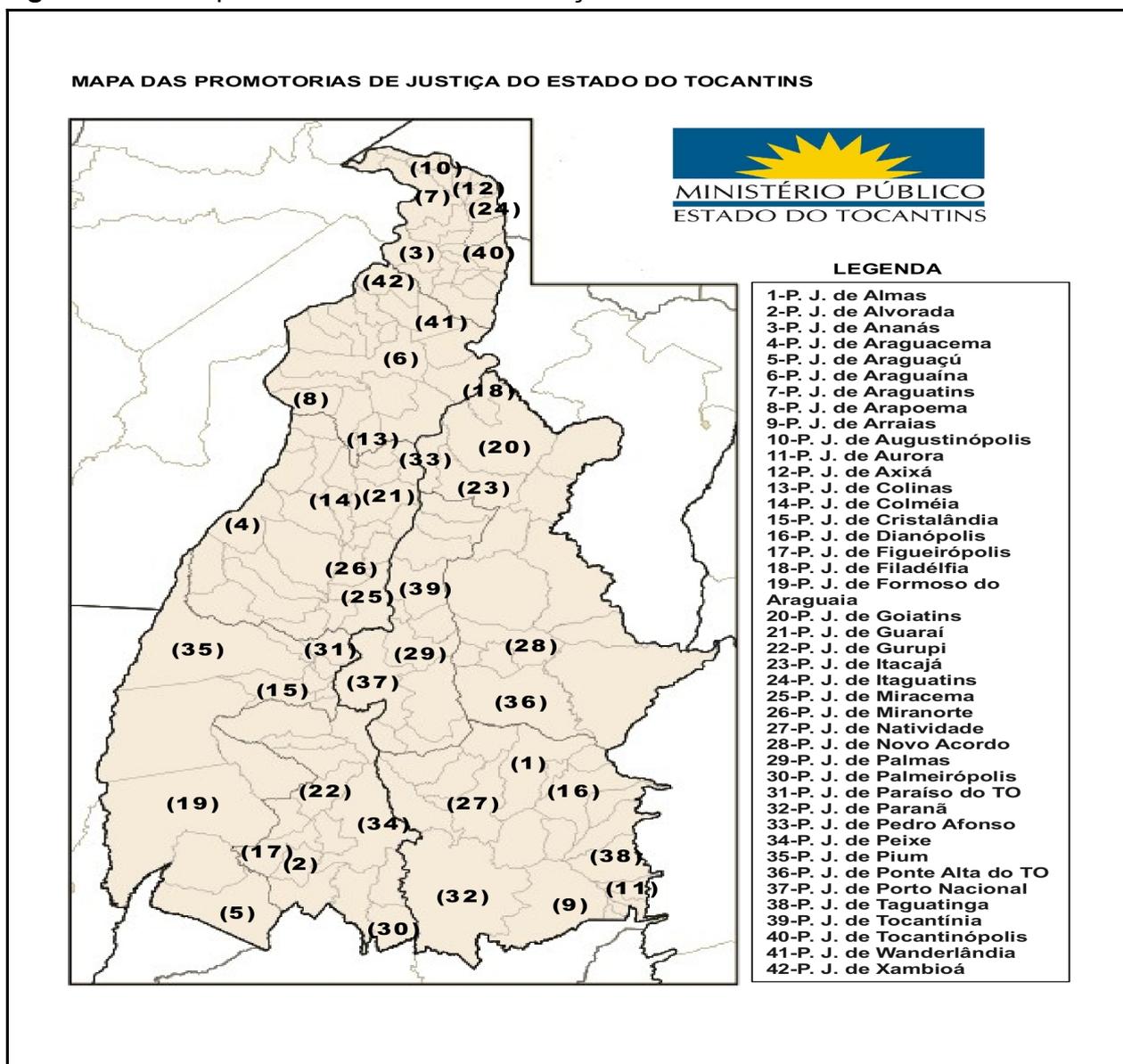




A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos Membros. Funcionam também, no prédio, as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51 e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no interior do Estado do Tocantins:

**Figura 3.4.2** Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Cível e Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

## 4. PROGRAMA 1030: Justiça

O novo formato de planejamento instituído pelo Plano Plurianual 2012-2015, que trouxe nova estrutura de Programa Temático e Iniciativas, substituindo o antigo binômio Programa e Ações Orçamentárias, foi vantajoso para este Ministério Público do Estado do Tocantins à medida que possibilitou o alinhamento de nosso Planejamento Estratégico 2010-2018 ao instrumento de gestão da estratégia quadrienal.

Neste sentido, o Programa Temático Justiça, no que tange ao Ministério Público do Estado do Tocantins, tem seu objetivo definido no quadro 4.1, adiante elencado.

Quadro 4.1 – Programa Justiça

<b>4.1 APRESENTAÇÃO</b>			
<b>DENOMINAÇÃO:</b>	<b>Justiça</b>		
<b>Objetivo</b>	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas públicas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e deficientes, além do combate à criminalidade, exploração sexual infanto juvenil, violência doméstica, aos crimes eleitorais, aos crimes contra os consumidores e aos desvios de recursos públicos		
<b>Público-Alvo</b>	Membros, Servidores e Sociedade tocaninense		
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Inicial: R\$ 11.064.400,00</b>	<b>Autorizada: R\$ 11.773.054,00</b>	
<b>4.2 INDICADORES</b>			
Indicador	Resultado 2011	Índice desejado 2012	Resultado 2012
Ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	119.288	123.000	140.754

Tabela 4.3.1 Metas 2012 - 2015

Descrição da meta	Regionalização	2012 (A)	2013-2015	Realizado (B)	% (B/A)
Ações de combate a criminalidade (unidade)	Estadual	115.000	390.000,00	52.713	46

Ações de combate a exploração sexual infanto juvenil (unidade)*	Estadual	60	120	-	0
Ações de combate a violência doméstica (unidade)	Estadual	2.556	8.734	4.760	186
Ações de combate ao crime organizado (unidade)	Estadual	192	636	227	118
Ações de conscientização político eleitoral (unidade)*	Estadual	60	88	-	0
Ações de conservação e preservação do meio ambiente (unidade)	Estadual	176	792	4.316	2.452
Ações de cumprimento dos direitos humanos (unidade)	Estadual	14	54	4	29
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Estadual	70	270	258	369
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde (unidade)	Estadual	190	630	1.320	695
Ações de fiscalização da execução da política pública de educação (unidade)	Estadual	470	2.820	236	50
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico (unidade)*	Estadual	70	240	-	-
Ações de fiscalização das penas e das medidas de segurança (unidade)	Estadual	550	2.250	4.375	795
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos (unidade)	Estadual	400	1.320	3.291	823
Ações de fiscalização eleitoral (porcentagem)	Estadual	26.400	26.400	8.000	30
Adequar e manter adequadas as ações de comunicação (porcentagem)	Estadual	100	100	66	66
Atuação social relativa ao direito do consumidor (unidade)	Estadual	176	792	381	216
Garantir a realização da adequação da segurança institucional (porcentagem ) *	Estadual	65	100	-	-
Garantir infraestrutura física adequada ao Ministério Pública (porcentagem)	Estadual	45	100	45,7	100

Medidas sócio educativas e das medidas de proteção	Estadual	470	2820	1.686	400
Número de pontos a ser alcançado na avaliação do Programa Gespública (unidade)	Estadual	350	1850	209	60
Percentual de sistemas de tecnologia da informação do Ministério Público integrado (porcentagem )	Estadual	61	213	65,58	108
Reduzir a rotatividade de servidores e membros ao percentual desejado (porcentagem )	Estadual	2	3	3,08	65
Sedes de promotorias a serem construídas (porcentagem )	Região Administrativa Dianópolis	0	100	-	-
	Região Administrativa Goiatins	0	100	-	-
	Região Administrativa Gurupi	0	100	99,31	99,31
	Região Administrativa Arraias	80	0	84,35	105
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	0	100	-	-
	Região Administrativa Taguatinga	80	0	96,35	120
	Região Administrativa Guaraí	100	100	47,85	48
	Região Administrativa Augustinópolis	0	100	-	-
	Região Administrativa Pedro Afonso	0	100	-	-
	Região Administrativa Natividade	100	0	99,36	99
	Região Administrativa Palmas	100	80	-	-

	Região Administrativa Xambioá	0	100	-	-	
Sedes de promotorias a serem reformadas (unidade)	Região Administrativa Taguatinga	1	0	-	-	
	Região Administrativa Arraias	1	0	-	-	
	Região Administrativa Paraíso do Tocantins	0	1	2	200	
	Região Administrativa Goiatins	0	1	-	-	
	Região Administrativa Gurupi	0	1	-	-	
	Região Administrativa Dianópolis	0	1	1	100	
	Região Administrativa Palmas	1	0	-	-	
	Região Administrativa Xambioá	0	1	-	-	
	Região Administrativa Natividade	1	0	-	-	
	Região Administrativa Guaraí	1	0	1	100	
	Região Administrativa Augustinópolis	0	1	-	-	
	Região Administrativa Pedro Afonso	0	1	-	-	
	Somatório das ações de controle externo da atividade policial (unidade)	Estadual	1.000	4.250	1.239	124
	Somatório do total de ações dos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (unidade)	Estadual	130.000	470.200	140.754	108
Total de horas de capacitação por membros e servidores (unidade)	Estadual	19	69	15,20	80	

Total de parcerias estratégicas a serem implementadas (unidade)	Estadual	23	99	28	122
---	----------	----	----	----	-----

\* O sistema de coleta de dados não conseguiu mensurar os dados relativos a ação no período.

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão e PPA 2012 – 2015

Para alcançar o objetivo em sua totalidade foram propostas iniciativas estratégicas, metas e indicadores, que foram construídos seguindo a metodologia utilizada em nosso Planejamento Estratégico, em meados de 2010, pela metodologia do BSC – Balanced Scorecard.

O item 4.2 traz esses indicadores e metas do Programa Justiça, bem como o resultado das iniciativas postas em prática no ano de 2012, de onde podemos analisar que o Ministério Público executou volume de ações muito superior ao estimado.

Tal situação se deve aos incansáveis esforços no sentido de ampliar o volume de ações finalísticas do órgão, sem que isso tenha como reflexo o aumento de gastos.

Entretanto, veremos na análise completa deste relatório, além do aumento do volume de ações, maiores investimentos em melhoria da infraestrutura física e tecnológica. Assim, temos mais prédios próprios e em condições melhores de trabalho, porém, temos, como consequência uma carga maior de despesas correntes para manutenção e gestão.

Cabe ressaltar aqui o volume de investimentos realizados para construção de novas promotorias de justiça, aparelhamento das unidades, estruturação do setor de tecnologia da informação e renovação da frota, todos de suma relevância para o órgão e que tem proporcionado um retorno à sociedade em número de ações que reflete claramente o aspecto positivo destas ações.

Outro fator de relevância para o alcance e superação das metas institucionais é a qualificação e ampliação do quadro de servidores, através das ações de aperfeiçoamento funcional e de realização de concursos públicos, esta última, do Programa de Gestão, mas que tem impacto profundo no volume de ações.

Os resultados alcançados pelo órgão poderiam ser ainda melhores, caso não houvesse a frustração das receitas estaduais, cujo surgimento obrigou este órgão a contingenciar recursos da fonte 0100, de Recursos do Tesouro, na ordem de R\$ 2,5 milhões.

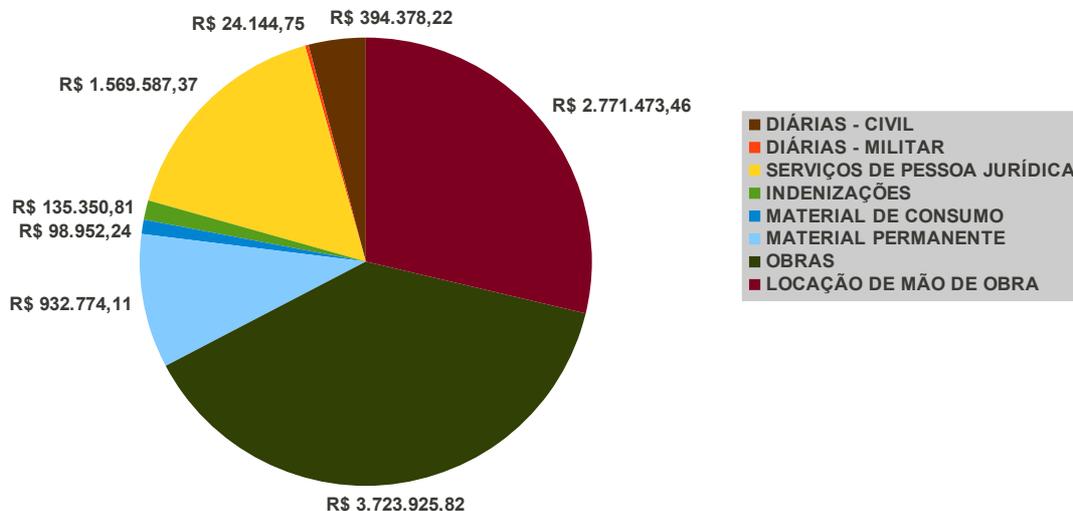
Outro recurso não realizado na forma prevista foi o recurso oriundo da contratação de empresa para processamento da folha de pagamentos, que inicialmente previsto como receita de doação, quando de sua realização, por entendimento da Secretaria de Tesouro Nacional, foi contabilizado como receita patrimonial, portanto, Recursos do Tesouro, além de ter sido finalizado o processo licitatório em valor menor que o previsto.

O corte necessário impactou principalmente as ações de investimento e, em maior grau, a construção de novas unidades do Ministério Público, porém, não chegou a inviabilizar o cumprimento das metas.

Por sua vez, a análise das metas do Programa mostraram que ano a ano o órgão evolui fortemente no volume de atuação e na qualificação do seu quadro de indicadores, no entanto, resta a dificuldade para a mensuração efetiva de alguns indicadores, cujos dados ainda não dispomos.

#### 4.3 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Figura 4.3.1 – Distribuição dos gastos



Fonte: Siafem.

A execução orçamentária do Programa alcançou níveis muito próximo de 100%, apesar desse percentual não estar sendo visualizado nos quadros de resumo da execução orçamentária, visto que esse percentual só é visível quando é feito o desconto do contingenciamento e das receitas não realizadas.

No quadro abaixo, demonstramos as movimentações orçamentárias do Programa, ampliadas neste exercício em razão do envio para a Assembleia Legislativa, por meio da Secretaria de Planejamento e Modernização da Gestão Pública, de proposta de orçamento em desacordo com o planejamento realizado por este Ministério Público.

Tal situação foi amplamente divulgada pela mídia, quando do processo de votação da Lei Orçamentária Anual, bem ainda, foi noticiada ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Presidente do Tribunal de Contas e, por fim, ao próprio Secretário de Estado de Planejamento e Modernização da Gestão Pública.

O saldo da realização do concurso obteve valor acima do estimado inicialmente, oriundo do grande volume de inscrições realizadas, que superou de longe a previsão do órgão, gerando grande receita.

Temos ainda o valor oriundo da alienação da folha de pagamento, que, conforme explicado anteriormente, fora computado como receita na fonte 0100 – Recursos do Tesouro.

Tabela 4.3.2 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	03.091.1030.1017	-	-	-41.452,00
		03.091.1030.1064	-	-	-276.129,00
		03.091.1030.1098	-	-	-100.799,00
		03.091.1030.1182	-	-	-80.999,00
		03.091.1030.1188	-	-	-54.020,00
		03.091.1030.2012	-	-	-138.107,00
		03.091.1030.2154	-	-	-81.180,00
		03.091.1030.2184	-	-	-34.627,00
		03.091.1030.2251	-	-	-65.000,00
		03.091.1030.2252	-	-	-17.116,00
		03.091.1030.2253	-	-	-36.500,00
	Sub Total	-	-	-	-925.929,00
	Recebidos	03.091.1030.2177	-	-	583.345,00
03.091.1030.2250		-	-	25.470,00	

	03.122.1030.1165	-	-	1.025.768,00
Sub Total	-	-	-	1.634.583,00
<b>Total</b>	-	-	-	<b>708.654,00</b>

Fonte: Siafem

#### 4.4 AÇÕES

##### 4.4.1 Ação 1017: Aparelhamento das unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.1 – Resumo da Ação

Título	1017 - Aparelhamento das unidades do Ministério Público			
Descrição:	Estruturação do Ministério Público do Estado do Tocantins mediante a aquisição de equipamentos de informática, móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação, recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade aparelhada	%	45	45,7	101,56
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 600.000,00	R\$ 558.548,00	R\$ 536.883,80	R\$ 376.118,13	96,12%

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários autorizados na ordem de R\$ 558.548,00 sendo R\$ 464.448,00 na fonte 0100 (recursos do tesouro) e R\$ 94.100,00 na fonte 0226 (alienação de bens).

Destes, foram executados R\$ 536.883,80, o que significa 96,12% dos recursos autorizados pela LOA.

As despesas executadas contribuíram para a adequar o mobiliário das

Promotorias de Justiça, principalmente aquelas recém-inauguradas no interior do Estado e as que por meio de locação de prédio, puderam sair dos fóruns ou de prédios locados que não atendiam as necessidades.

Em menor volume, foram realizadas aquisições de mobiliários pontuais para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça, cite-se especialmente a área de saúde que está em fase de estruturação.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo do detalhamento das aquisições de mobiliários no exercício 2012:

Tabela 4.4.1.1 – Aquisição de equipamentos 2012 (em R\$)

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>(R\$)</b>
<b>24 – aparelhos, equipamentos, utensílios médicos</b>		
Desfibrilador/batimento cardíaco	1	7.800,00
<b>27 – Aparelhos e utensílios domésticos</b>		
Condicionador de ar/condensador de ar	52	116.879,73
Geladeira/refrigerador/frigobar	19	14.754,50
ventiladores em geral	4	262,00
Fogão industrial/residencial	4	1.152,00
Purificador de água em geral	5	3.620,00
Cafeteira elétrica	2	133,66
Forno elétrico/a gás/microondas	7	1.463,00
<b>29 – Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina</b>		
Furadeira/parafusadeira	2	802,80
Esmeril elétrico	1	348,40
Aparelho de solda/máquina de solda	1	363,40
Martelo de inércia	1	540,40
<b>32 – Mobiliário em geral</b>		
Armário	59	41.750,00
Balcão	4	3.882,00
Cadeira em estofado/napa/almofada	32	11.520,00
Cadeira em madeira/compensado	3	1.800,00
Cômoda/penteadeira/gaveteiro	31	18.660,00
Escada em geral	4	1.222,00
Estante/prateleira	29	18.086,00

Mesa de centro/canto	1	306,00
Mesa em fórmica/laminado/mdf	38	29.774,00
Mesa em geral	5	3.700,00
Mesa em madeira/compensado	16	14.248,00
Poltrona em almofadas/estofada/napa/veludo	161	71.167,00
Quadro mural/negro/lousa/celotex	3	172,00
<b>39 – Aparelhos e equipamentos de comunicação</b>		
Fax	7	4.007,50
Aparelho telefônico/pabx/básico telefônico	18	9.704,30
<b>46 – Máquinas e equipamentos gráficos</b>		
Máquina trituradora/fragmentadora de papel	12	8.5232,48
<b>47 – Equipamentos para áudio, vídeo e foto</b>		
Máquina filmadora/microfilmadora/acessórios	60	73.070,00
Máquina fotográfica/acessórios	4	1.464,00
Aparelho de som/toca discos/acessórios	1	397,50
Mesa de som/gerador de áudio/processador digital	1	4.380,00
Tela de projeção/retroprojeção	1	1.588,00
Gravador de imagem	4	32.000,00
<b>48 – Equipamentos hidráulicos, elétricos e enérgicos</b>		
Estabilizador	73	17.346,49
Nobreak	21	11.621,78
<b>57 – Máquinas e utensílios de escritório</b>		
Relógio de ponto/protocolo	8	23.050,00

Fonte: Siafem

As informações acima dispostas mostram a importância de se priorizar a estratégia disposta no Planejamento Estratégico da Instituição, pois claramente se vê um volume de investimentos que certamente trarão uma capacidade operacional muito superior ao Ministério Público, possibilitando um melhor atendimento ao cidadão que procurar a Promotoria, seja ela em Palmas ou em qualquer uma das 42 comarcas do Estado.

#### **4.4.2 Ação 1064: Construção das Promotorias do Ministério Público**

Quadro 4.4.2 – Resumo da Ação

Título	1064 - Construção das Promotorias do Ministério Público
--------	---

Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 80 P-2= 100 P-3= 100 P-4= 100 P-5= 80 P-6= 100	P-1= 84,35 P-2= 99,36 P-3= 0 P-4= 47,85 P-5= 96,35 P-6= 99,31%	P-1= 105,44 P-2= 99,36 P-3= 0,00 P-4= 47,85 P-5= 120,44 P-6= 99,31
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.600.000,00	5.323.871,00	3.725.107,90	2.794.278,35	69,97

Legenda: P-1: Sede das Promotorias de Justiça de Arraias; P-2: Sede das Promotorias de Justiça de Natividade; P-3: Sede das Promotorias de Justiça de Palmas; P-4: Sede das Promotorias de Justiça de Guaraí ; P-5: Sede das Promotorias de Justiça de Taguatinga; e P-6 Sede das Promotorias de Justiça de Peixe.

Em municípios de grande ou pequeno porte, sem distinção, estão sendo erguidos prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, dando, aos olhos da população, a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram uma nova realidade às atividades ministeriais. Ao invés de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do Ministério Público agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Em relação ao projeto arquitetônico, este é adaptado à demanda de cada comarca, seguindo todas as normas de acessibilidade. Os espaços contam sempre com gabinetes para Promotor, salas para analista jurídico, recepção, copa, almoxarifado, banheiros públicos, banheiros e garagens privativas para membros. De acordo com a

necessidade da Comarca, também foram construídos auditórios e salas de reuniões e audiências. Idosos e portadores de necessidades especiais também foram contemplados com vagas específicas nos estacionamentos.

Todos os detalhes foram planejados para um maior conforto, a exemplo da opção de aproveitar a luz e a ventilação natural em todos os ambientes, apesar da climatização. Aliás, todas as novas sedes foram inauguradas contando com aparelhos de ar-condicionado, móveis e equipamentos de informática totalmente novos.

Entre as cidades do Estado contempladas com instalações definitivas está a centenária Arraias, localizada no Sudeste do Estado. O início das obras teve como marco inicial o lançamento da pedra fundamental, ocorrido em outubro de 2011, quando foi anunciado que as instalações contarão com 402 metros quadrados de área construída. Para viabilizar a edificação, foram investidos aproximadamente R\$ 996.183,10.

Em novembro de 2012, os cidadãos do município de Taguatinga comemoraram a inauguração da sede definitiva das Promotorias de Justiça. A solenidade de entrega do prédio reuniu integrantes do MPE, autoridades locais e a comunidade em geral. Além de Taguatinga, a Comarca abrange também o município de Ponte Alta do Bom Jesus, beneficiando 18.639 habitantes.

Portanto, foram inauguradas 04 (quatro) Promotorias de Justiça, localizadas nas cidades de Arraias, Natividade, Peixe e Taguatinga, enquanto as obras do prédio sede das comarcas de Guaraí está em fase de conclusão.

Neste sentido, todas as obras contaram com orçamento total de sua realização no exercício 2012, sendo que aquelas que necessitaram de maior tempo para sua conclusão, seja em razão da complexidade da elaboração dos projetos e do processo licitatório, seja pela também complexa execução.

A construção das sedes definitivas para as Promotorias de Justiça no interior do Estado demandou um investimento de R\$ 5.323.871,00, oriundo do orçamento do próprio Ministério Público – além dos recursos que foram empregados em novos equipamentos e mobiliário.

A construção das sedes das Promotorias de Justiça, maior investimento do Ministério Público no ano de 2012, contou com cerca de 69% de todo o investimento

realizado no período.

Cumpre-nos, pois, detalhar esses investimentos para possibilitar a análise da envergadura destas obras e seus custos principais:

Tabela 4.4.2.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Taguatinga

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Taguatinga - Regional de Taguatinga			
Processo nº:	2011/0701/0175			
Licitação:	Concorrência nº 001/2011			
Contrato nº:	079/2011			
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Área do terreno: 795,50 m<sup>2</sup></li> <li>•Área construída: 508,41 m<sup>2</sup></li> <li>•Área urbanizada: 361,83 m<sup>2</sup></li> <li>•Três gabinetes de promotoria com banheiro privativo</li> <li>•Sala de técnicos e estagiários</li> <li>•Banheiro público com acessibilidade</li> <li>•Garagem privativa para os membros</li> <li>•Plenário</li> <li>•Estacionamento público com vaga especial</li> </ul>			
Inauguração:	09/11/12			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.113.372,31	Valor Aditivado	R\$ 27.326,93	
Valor Total da Obra			R\$ 1.140.699,24	-
Valor Medido			R\$ 1.099.129,30	96,35%
Valor Pago			R\$ 1.099.129,30	96,35%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.243,66	-
Execução no exercício 2012			R\$ 1.099.129,30	96,35%

Tabela 4.4.2.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Arraias

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Arraias - Regional de Arraias			
Processo nº:	2011/0701/0176			
Licitação:	Concorrência nº 001/2011			
Contrato nº:	071/2011			
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Área do terreno: 1.500,00 m<sup>2</sup></li> <li>•Área construída: 408,02 m<sup>2</sup></li> <li>•Área urbanizada*: 1.091,98 m<sup>2</sup></li> <li>•Dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo</li> <li>•Plenário</li> </ul>			

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Banheiro público com acessibilidade</li> <li>•Garagem privativa para os membros;</li> <li>•Estacionamento público com vaga especial</li> <li>•Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos</li> </ul>		
Inauguração:	11/12/12		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 1.172.057,86	Valor Aditivado	
Valor Total da Obra		R\$ 978.035,10	-
Valor Medido		R\$ 824.944,63	84,35%
Valor Pago		R\$ 824.944,63	84,35%
Valor Final por metro quadrado construído		R\$ 2.397,03	-
Execução no exercício 2012		R\$ 824.944,63	84,35%

Tabela 4.4.2.3 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Natividade

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Natividade - Regional de Natividade		
Processo nº:	2011/0701/330		
Licitação:	Concorrência nº 001/2012		
Contrato nº:	035/2012		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Área do terreno: 875,00 m<sup>2</sup></li> <li>•Área construída: 404,41 m<sup>2</sup></li> <li>•Área urbanizada: 470,59 m<sup>2</sup></li> <li>•Dois gabinetes de promotoria</li> <li>•Plenário</li> <li>•Banheiro público com acessibilidade</li> <li>•Garagem privativa para os membros;</li> <li>•Estacionamento público com vaga especial</li> <li>•Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos</li> </ul>		
Inauguração:	06/12/12		Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 823.680,00	Valor Aditivado	
Valor Total da Obra		R\$ 872.451,76	-
Valor Medido		R\$ 866.865,67	99,36%
Valor Pago		R\$ 866.865,67	99,36%
Valor Final por metro quadrado construído		R\$ 2.157,34	-
Execução no exercício 2012		R\$ 866.865,67	99,36%

Tabela 4.4.2.4 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Guaraí

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Guaraí - Regional de Guaraí		
-------	--	--	--

Processo nº:	2012/0701/0073			
Licitação:	Concorrência nº 002/2012			
Contrato nº:	049/2012			
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Área do terreno: 1.500,00 m<sup>2</sup></li> <li>•Área construída: 478,31 m<sup>2</sup></li> <li>•Área urbanizada: 1.021,69 m<sup>2</sup></li> <li>•Três gabinetes de promotoria</li> <li>•Plenário</li> <li>•Banheiro público com acessibilidade</li> <li>•Garagem privativa para os membros;</li> <li>•Estacionamento público com vaga especial</li> <li>•Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos</li> </ul>			
Inauguração:	2012			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 893.863,45	Valor Aditivado	R\$ 152.776,51	
Valor Total da Obra			R\$ 1.046.639,96	-
Valor Medido			R\$ 500.769,27	47,85%
Valor Pago			R\$ 500.769,27	47,85%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.188,20	-
Execução no exercício 2012			R\$ 500.769,27	47,85%

Tabela 4.4.2.5 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Peixe

Obra:	Construção da Promotoria de Justiça de Peixe – Regional de Gurupi			
Processo nº:	2012/0701/138			
Licitação:	Concorrência nº 003/2012			
Contrato nº:	073/2012			
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Área do terreno: 675,00 m<sup>2</sup></li> <li>•Área construída: 286,33 m<sup>2</sup></li> <li>•Área urbanizada: 388,67 m<sup>2</sup></li> <li>•Um gabinete de promotoria</li> <li>•Sala de reuniões</li> <li>•Banheiro público com acessibilidade</li> <li>•Garagem privativa para os membros;</li> <li>•Estacionamento público com vaga especial</li> <li>•Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos</li> </ul>			
Inauguração:	12/12/12			Percentual de execução %
Valor inicial do contrato	R\$ 709.791,45	Valor Aditivado	R\$ 887,56	
Valor Total da Obra			R\$ 710.679,01	-
Valor Medido			R\$ 705.808,02	99,31%

Valor Pago	R\$ 533.431,16	75,06%
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.482,03	-
Execução no exercício 2012	R\$ 533.431,16	75,06%

#### 4.4.3 Ação 1098: Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE

Quadro 4.4.3 – Resumo da Ação

Título	1098 – Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE			
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPE para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender as demandas das Unidades do MPE, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Setor de Tecnologia Estruturado e Desenvolvido	Percentual	61	65,58	107,51
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
610.000,00	509.201,00	360.822,56	351.409,56	70,86

O Planejamento das ações de Tecnologia da Informação - TI na Procuradoria-Geral de Justiça tem como diretriz básica o Planejamento Estratégico 2010-2018 e a principal iniciativa de sustentação dos objetivos estratégicos "Garantir infraestrutura física adequada" e "Ter sistemas integrados que auxiliem no controle e na tomada de decisões".

Além disso, a TI é uma das iniciativas para dar suporte a outros objetivos

estratégicos, quais sejam: "Ter comunicação interna efetiva", "Otimizar a utilização de recursos" e "Ter padrão de excelência nos procedimentos internos".

A Procuradoria Geral de Justiça têm buscado implementar melhorias no ambiente organizacional com o uso estratégico de ferramentas tecnológicas (adesão ao processo eletrônico na área finalística, agilização de processos, estrutura, comunicação e desburocratização).

Neste contexto, as aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento Estratégico 2010-2018, em total obediência à legislação pertinente e aos procedimentos legais.

Assim, com o intuito de possibilitar a completa implementação do programa e de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação efetuou a aquisição de novos equipamentos de informática, além de adquirir o sistema completo de certificação digital, o que está garantindo a completa segurança das informações geradas pelos Promotores e Procuradores de Justiça, conforme relacionado a seguir:

Tabela 4.4.3.1 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2012.

Item	Descrição	Ano	
		2011	2012
01	Computadores	83	80
02	Monitor LCD	82	80
03	Nobreaks	80	80
04	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	-	01
05	Estabilizadores	60	40
06	Impressora a laser	41	03
07	Impressora multifuncional	10	-
08	Scanner profissional	08	24
09	Switch 48 portas 10/100/1000	02	02
10	Datashow	08	-
11	Token	40	130
Total		414	440

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Além da aquisição de equipamentos e da certificação digital, é de fundamental

importância ressaltar as ações que vem sendo empreendidas no sentido de estruturar a base de sistemas.

Um ponto diferencial na atuação do Ministério Público, os sistemas que usamos, tem ganhado notoriedade por diversos fatores, o principal, aliás, o custo, pois quase todos são desenvolvidos pela própria equipe do Departamento de TI e estão sendo compartilhados com outros Ministérios Públicos e com outros Órgãos Públicos.

Outro ponto de exclamação é a integração, pois a construção destes sistemas tem sido feita para que se mantenha um mesmo padrão de dados e que isso possa gerar informações estratégicas. Isso é feito com o cruzamento desses dados através do uso de ferramentas de inteligência, que também já estão disponíveis e serão ampliadas tão logo seja possível.

A seguir, apresentamos um resumo da atuação da Área de desenvolvimento de Sistemas:

Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas, o ano de 2012 foi marcado por importantes entregas, cabendo destaque: o desenvolvimento e implantação do módulo Relatórios de atividades funcionais – Sistema Arquimedes e o Sistema de Diárias, dentre outras inovações implementadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

Portanto, rotineiramente o setor de desenvolvimento de sistemas e banco de dados procura desenvolver novos softwares e realizar a manutenção de sistemas existentes na Procuradoria Geral de Justiça, conforme elencados a seguir:

➤ **Projeto Recursos Humanos**

No decorrer de 2012, o módulo Recursos Humanos do Sistema Athenas sofreu diversas modificações para adequação ao trabalho do departamento de Recursos Humanos. Estas modificações foram necessárias para implantação das folhas de pagamento.

➤ **Movimentação de Pessoal**

Durante o último semestre de 2012 foram feitas diversas melhorias e iniciou-se uma nova forma de gerenciar as movimentações, em especial de promoções para

membros e servidores, com mais informações visuais e unificado. O sistema foi adequado visando atender aos requisitos da nova tabela de cargos e salários.

➤ **Férias**

O sistema de férias não teve muitas modificações, efetuando apenas manutenções de rotina, bem como consultorias para diagnosticar e resolver problemas eventuais que surgiram durante a operacionalização do sistema.

➤ **Folha de Pagamento**

No decorrer de 2012, foram efetuadas alterações no Sistema Folha de Pagamento visando melhorar a gestão nos processos de RH. Assim, conseguimos administrar as complexas e demoradas rotinas, incluindo todos os processamentos e cálculos, assegurando que as necessidades sejam atendidas em tempo hábil.

O resultado é a melhoria da produtividade, com simplificação da administração e redução de custos.

Além disso, obtém-se um processo de folha de pagamento mais eficiente para a Procuradoria-Geral de Justiça e seus membros e servidores, com apresentação de relatórios gerenciais importantes para a administração ao longo do ano.

O ajuste no Layout da DIRPF 2012 foi outra importante realização, o qual ocorreu dentro do prazo estipulado pela Receita Federal do Brasil.

Este processo necessitou da participação de equipes de desenvolvimento de outros órgãos, dentre as quais citamos o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que em trabalho conjunto com a equipe do órgão conseguiram sanar dúvidas que surgiram para o completo entendimento deste novo layout imposto pelo software de geração e transmissão.

➤ **Projeto Portal**

O sistema Portal e sua infraestrutura passam por correções rotineiras, visando melhorar a performance e prover uma maior segurança contra ameaças externas, como os ataques de negação de serviço (também conhecido como DoS Attack), que tentam tornar os recursos de um sistema indisponíveis para seus utilizadores.

Outra importante alteração ao Portal [www.mp.to.gov.br](http://www.mp.to.gov.br), foi o incremento de ferramenta que permiti o gerenciamento de conteúdos de vídeos do sítio: [www.youtube.com](http://www.youtube.com), possibilitando a geração de recursos multimídia.

➤ **Software de Diárias**

Este sistema permite o controle, registro e monitoramento dos trâmites dos processos de concessão de diárias dos membros e servidores, desde a solicitação até a prestação de contas, possibilitando a eliminação do meio físico, dado que a ferramenta atende aos requisitos do Processo Administrativo Eletrônico.

O sistema desenvolvido permite o acompanhamento sistemático e em tempo real da concessão de diárias, além de atender aos requisitos de prestação das informações à sociedade criados pela Lei nº 11.527 – Lei de Acesso à Informação.

A ferramenta vai tornar muito mais ágil o processamento das diárias e, principalmente, possibilitará a redução dos gastos com deslocamentos e correspondências.

O sistema encontra-se em fase de testes, regulamentado pelo Ato nº 121/2012 da Procuradoria Geral de Justiça.

➤ **Arquimedes**

Foi realizada a atualização no módulo Taxonomia utilizado para classificação da atuação dos membros em razão de mudanças promovidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

➤ **Sistema de Eleição Eletrônica Online**

O novo sistema de votação eletrônica, via Internet, foi adotado no processo de elaboração da lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

Esta Ferramenta foi desenvolvida pelo corpo técnico da própria instituição e elaborada com base na segurança, transparência, confiabilidade e sigilo do voto.

Assim como o Sistema de Diárias, o ponto forte desse projeto do voto eletrônico é a possibilidade de se realizar eleições, votações e enquetes, via internet, sem a necessidade de deslocamento à Procuradoria Geral de Justiça, gerando uma enorme economia com o pagamento de diárias, além de possibilitar a participação de membros que se encontrem em período de férias ou licenças, caso estejam aptos a votar.

#### 4.4.4 Ação 1182: Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público

Quadro 4.4.4 – Resumo da ação

<b>Título</b>	2012 – Reforma e ampliação de unidades do Ministério Público			
<b>Descrição:</b>	A reforma e ampliação do ambiente físico das unidades do Ministério Público, obedecendo aos padrões de qualidade, tendo como etapas: Avaliação da estrutura física atual, elaboração do projeto básico, elaboração de edital, abertura de processo licitatório, contratação de empresa para realização da reforma.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Reformada/ampliada	unidade	5	5	100,00%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
150.000,00	69.001,00	68.771,69	64.936,69	99,67%

Durante o ano de 2012, as Promotorias de Justiça de Araguaína, Colméia, Dianópolis, Paraíso do Tocantins e Pium passaram por melhorias e reformas, realizadas a partir de um levantamento das necessidades específicas de cada prédio, visando mantê-los em plenas condições de funcionamento.

As reformas realizadas tem por objetivo promover a melhoria das instalações existentes e adequar os espaços tanto para o cidadão usuário quanto para os membros e servidores do Ministério Público.

Cada Promotoria tem sua peculiaridade, assim, entre os serviços realizados foram feitos a troca das instalações elétricas e hidráulicas, a reforma das instalações, a pintura, a readequação do espaço interno, a ampliação e a construção de novas salas.

Apresentamos, a seguir, um resumo das realizações:

No prédio sede das Promotorias de Araguaína foram executadas divisórias em gesso acartonado para a criação de duas novas salas a fim de atender aos novos servidores.

Quanto ao imóvel de Colmeia foi refeita a pintura, executados reparos no telhado e reconstituição de parte do forro de gesso.

Em Dianópolis, a Promotoria recebeu novas divisórias em gesso acartonado com preenchimento de lã de vidro para solucionar os problemas de acústica que existiam, além de uma nova pintura interna.

A reforma do prédio de Paraíso do Tocantins contemplou a ampliação da recepção com a substituição e relocação dos vidros da fachada. As janelas de vidro fixo foram substituídas por novas esquadrias com folhas de correr. Foram executadas, também, duas novas divisórias.

Em Pium, foi instalada uma divisória com porta em vidro temperado para a separação da sala de analista com a recepção, resguardando a segurança dos processos que são armazenados na primeira sala.

#### 4.4.5 Ação 1188: Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 4.4.5 – Resumo da ação

Título	1188 – Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	6	3	50,00
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				

Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 200.000,00	R\$ 145.980,00	R\$ 145.980,00	R\$ 145.980,00	100,00

No decorrer do exercício de 2012, realizou-se a aquisição de 03 (três) veículos novos, em substituição aos mais antigos da frota. Com essa política, a Instituição priorizou a modernização e redução de despesas operacionais.

#### 4.4.6 Ação 2012: Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público

##### Quadro 4.4.6 – Resumo da ação

Atualmente, a decisão para substituir os veículos ocorre pela antiguidade ou quando se incorre em custos fortemente elevados de manutenção. Nesses casos, a Procuradoria-Geral de Justiça procura realizar uma análise dos gastos com manutenção durante a vida útil do veículo e, caso entenda-se compensador, substitui-se o veículo.

Dentre os veículos adquiridos no exercício de 2012, estão 03 (três) Fiat Linea, os quais substituíram os veículos GM Astra, que foram colocados em Leilão.

Apesar da previsão inicial de aquisição de 6 (seis) veículos, o orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa obrigou o órgão a reduzir várias das ações previstas, prejudicando assim o alcance do objetivo da ação.

<b>Título</b>	2012 – Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público			
<b>Descrição:</b>	Elaboração do planejamento anual de cursos, congressos, seminários e encontros; contratação de empresas especializadas e pessoas físicas de notório saber para ministrar cursos, seminários e outros assuntos relacionados a capacitação; Implementação do programa de formação e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores; Definição de sistemática de controle e acompanhamento de resultados das capacitações realizadas; Apoio a realização das Oficinas de Trabalho (divulgação, logística, estrutura, material, palestrante) e proporcionar subsídios para a graduação de servidores.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Servidores	Porcentagem	61	131,95	216,31%

capacitados				
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
230.000,00	91.893,00	91.137,08	89.377,48	99,18%

Em 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$ 91.893,00, todos na fonte 0100 (recursos do tesouro). Foram empenhados R\$ 91.137,08, o que significa 99,18 % dos recursos autorizados no exercício, assim, podemos notar que a execução orçamentária ficou abaixo do que havia sido inicialmente previsto, R\$ 230.000,00.

Quanto aos recursos dispendidos nesta ação, estes foram utilizados para pagamentos de despesas de membros e servidores em eventos, cursos, seminários, congressos, pagamento de diárias, taxa de inscrição e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Também está inserido na presente ação o custeio de 16 bolsas auxílio de estudo para servidores deste Ministério Público em cursos de graduação, com benefícios de até 30% do valor do curso realizado.

Vale destacar que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF desempenhou um papel indutor e estratégico na identificação das necessidades de treinamento, visando atender ao objetivo estratégico “Assegurar o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público”.

O trabalho realizado buscou avançar e aprimorar as parcerias com outras instituições no intuito de oportunizar a participação de membros e servidores em cursos gratuitos ou com custo acessível.

Para atender à finalidade da presente ação, importantes iniciativas foram realizadas, com destaque para os seguintes treinamentos:

**CURSO OS ATOS CUJA PRÁTICA PELO PODER PÚBLICO FICA PROIBIDO NO PERÍODO ELEITORAL**, promovido pelo CESAF, tendo como palestrante o Dr. Marcelo Albernaz, Juiz Federal e , na época, Corregedor do Tribunal Eleitoral do

Estado do Tocantins.

Período: 23/03/2012

Local : Auditório Térreo - PGJ

Participantes : Membros e Servidores do MPE/TO

**CURSO DE DIREÇÃO DEFENSIVA**, destinado a todos os motoristas da sede e interior do MPE-TO, com objetivo de fazê-los reconhecer a importância em dirigir defensivamente, de modo a identificar as situações que geram acidentes de trânsito, desenvolvendo técnicas para evitá-las e buscando as mudanças de comportamento no trânsito. Ministrado pelo SEST- SENAT, com o seguinte conteúdo programático : Introdução a Direção Defensiva; Condições Adversas; Elementos Básicos na Prevenção de Acidentes; Métodos Básicos de Prevenção de Acidentes; Como Evitar Tipos de Colisão; Imperícia, Imprudência e Negligência no Trânsito; Avaliação da Prática Veicular; Lei Seca sem tolerância e outras Leis Complementares.

Período : 16 a 20/04/2012

Local : Sede SEST-SENAT

Participantes : Motoristas do MPE/TO

**CURSO MEDIA TRAINING BÁSICO**, contratado para 12 membros e ministrado Empresa Oficina da Palavra, tendo em vista que as instituições públicas, a exemplo das empresas privadas, têm buscado o aprimoramento de suas equipes de comunicação, de modo a atualizá-las e qualificá-las para desenvolver procedimentos que permitam às instituições atuarem de forma mais qualificada com a imprensa, melhorar o diálogo com a sociedade e consolidar suas políticas públicas com o conhecimento e reconhecimento da sociedade.

Período : 16 e 17/04/2012

Local : Sala de Reunião da Corregedoria

Participantes : 12 Membros do MPE/TO

**SEMINÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**, destinado a membros e servidores do MPE-TO e instituições parceiras. Teve como palestrantes a Dra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, que ministrou palestra com o tema “A Importância da Lei Maria da Penha na garantia dos direitos

humanos das mulheres”, e o Promotor de Justiça de Ribeirão Preto (SP), Leonardo Leonel Romanelli, que discorreu sobre “Medidas Protetivas e a concretização da Lei Maria da Penha”.

Período : 27/04/2012

Local : Auditório Térreo – PGJ

Participantes : membros e servidores, instituições parceiras e integrantes de todas as redes de combate a essa forma de violência.

**CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO NO COMBATE À CORRUPÇÃO E A LAVAGEM DE DINHEIRO.** O curso faz parte da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) do Ministério da Justiça. Foram quatro dias com uma extensa programação, quando 15 palestrantes abordaram assuntos como Delitos Cibernéticos, Cooperação Jurídica Internacional, Sistema Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, Técnicas Especiais de Investigação, Unidades de Inteligência Financeira, Enriquecimento Ilícito, Fraude à Licitação, entre outros.

Período : 8, 9, 10 e 11/04/2012

Local : Auditório Térreo – PGJ

Participantes : Cerca de 200 pessoas, dentre eles Procuradores e Promotores de Justiça, Delegados de Polícia, Defensores Públicos outros operadores de direito.

**OFICINA RECI-ART** - faz parte do Programa de Gerenciamento Ambiental do Ministério Público (Reciclamp) e foi realizada pelo Centro de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente (Caoma) e Centro de Apoio e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), em parceria com o Naturatins.

*Local* : Auditório do térreo do prédio da PGJ/TO

*Período* : 29/06/12

*Participantes:* Servidores e Membros do do MPE/TO

**OFICINA SOBRE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS** – realizado em parceria com a Associação dos Procuradores do Município de Palmas e teve como instrutor o advogado Júlio César Fucillini Pause, do Instituto de Estudos Municipais do Rio Grande do Sul (IEM), que falou sobre as regras para aposentadoria voluntária, por idade e por tempo de contribuição,

cálculo e correção de proventos e pensões, dentre outros.

Período : 09 e 08/08/2012

Local : Auditório do 1º andar

Participantes: cerca de 70 pessoas, dentre membros, servidores do Ministério Público Estadual (MPE) e da Procuradoria do Município

**OFICINA SOBRE ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DE IRREGULARIDADES NA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS**, ministrada por técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em conjunto com o contador da Subprocuradoria-Geral de Justiça, Sérgio de Oliveira Santos, tendo como objeto principal a análise dos documentos remetidos aos membros do Ministério Público, com demonstrações sobre como proceder e quais os detalhes a observar, para averiguar se o gestor empregou corretamente os recursos da administração pública.

*Local* : Auditório do 1º andar da PGJ

*Período*: 21/09/2012

*Participantes*: Membros do Ministério Público do Estado (MPE), seus analistas e assessores jurídicos.

**SEMINÁRIO CRIMINAL – TEMAS ATUAIS**, teve como palestrantes o Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Éverton Luiz Zanella que abordou o tema “O Ministério Público e seus Meios de Investigação no Combate ao Crime Organizado”, o Promotor de Justiça também de São Paulo, Cristiano Jorge Santos que falou sobre a “Reforma do Código Penal Brasileiro” e o Promotor de Justiça de São Paulo, Dr. Márcio Augusto Friggi, que abordou o tema “Teoria e Prática da Persecução Penal nos Crimes de Homicídio”.

*Local* : Auditório do térreo da PGJ

*Período* : 18 e 19/10/2012

*Participantes*: membros, analistas ministeriais e profissionais da área.

**SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**, promovido pelo Cesaf e Centro de Direitos Humanos, com a participação do Núcleo Maria da Penha e Caop da Mulher, teve como palestrantes, dentre outros, a Dra. Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Dr. José Kasuo Otsuka e o Dr. Juliano Correa da Silva.

Local : Auditório da Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello

Período : 23 a 25 /11/2012

Participantes: membros, servidores e integrantes de todas as redes de combate a essa forma de violência.

**1ª PALESTRA ON-LINE DO I SEMINÁRIO CRIMINAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS** promovido pelo Cesaf, com o tema “O Ministério Público e seus Meios de Investigação no Combate ao Crime Organizado”, teve como palestrante Dr. Éverton Luiz Zanella.

Período : 12 a 30/12/2012

Participantes: membros, analistas ministeriais e profissionais da área.

Outras atividades de caráter educativo com vagas disponibilizadas a esta instituição devido a parcerias firmadas:

- ▶ III FÓRUM ESTADUAL DO JUDICIÁRIO PARA SAÚDE –promovido pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- ▶ CICLO DE DEBATES – DIREITO PENAL PROMOVIDO PELO Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- ▶ FÓRUM DE DIREITO MÉDICO E A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE; - Conselho Regional de Medicina do Tocantins;
- ▶ CICLO DE PALESTRAS – CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA - REFORMA DO CÓDIGO PENAL, parceria com a Coordenadoria de Promotorias de Gurupi e UNIRG;
- ▶ CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS (CEPE), em parceria com Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Delegacia de Tocantins (ADESG-TO)

Outras ações promovidas pelo CESAF durante o ano de 2012 que merecem ampla divulgação foram:

- ▶ **Publicação do 8º número da Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins**, lançada no mês de junho de 2012, com 9 (nove) artigos de autoria de Promotores e Servidores;
- ▶ **Publicação do 9º número da Revista Jurídica do Ministério Público do**

## Tocantins, lançada no mês de dezembro de 2012, com 8 (oito) artigos.

O quadro abaixo traz as informações de eventos realizados e mostra, ainda, a participação dos servidores e membros do Ministério Público:

Quadro 4.4.6.1 – Resumo de eventos de capacitação

EVENTO	TEMA	DATA DE INÍCIO	CARGA HORÁRIA	INSCRITOS	CIDADE
CUR	CEPE – Curso de Especialização de Política e Estratégia	27/02/2012	460	3	Palmas
CUR	Curso de Cálculo de Proventos e Pensões e outros benefícios	08/03/2012	16	1	Palmas
CUR	Atos Vedados ao Poder Público no Período Eleitoral	23/03/2012	04	32	Palmas
EVE	VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental	28/03/2013	40	1	Salvador/BA
CUR	Curso Oficina da Palavra	16/04/2012	12	12	Palmas
CUR	Curso de Direção Defensiva	16/04/2012	30	13	Palmas
SEM	Seminário de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	27/04/2012	08	26	Palmas
SEM	Seminário de Direito e Diversidade Sexual	04/05/2012	16	08	Palmas
REU	1ª Reunião Ordinária do CDEMP	03/05/2012	08	1	Belo Horizonte/MG
CUR	Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro	08/05/2012	32	57	Palmas
EVE	Comemoração ao Dia Internacional da Mulher	08/05/2012	8	27	Palmas
CON	IX Encontro Nacional de Escolas de Governo	24/05/2012	16	1	Brasília/DF
EVE	III Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde	01/06/2012	08	02	Palmas
OFI	Oficina RECI-ART	29/06/2012	04	20	Palmas
EVE	Ecologia de Estradas: Experiência Aplicada	29/07/2012	40	1	Lavras/MG
REU	2º Reunião Ordinária do CDEMP	02/08/2012	08	1	Gramado/RS
CUR	Como Elaborar e Julgar as Planilhas de Custo	07/08/2012	24	1	Palmas
CUR	Retenções na Fonte para Órgãos Públicos em geral	07/08/2012	16	03	Palmas
CUR	Curso Aposentarias e Pensões dos Servidores Públicos	09/08/2012	16	33	Palmas
CUR	Técnicas de Organização de Recepções Sociais	17/08/2012	16	1	Brasília/DF

OFI	Ciclo de debates – Direito Penal	17/08/2012	08	05	Palmas
CUR	III Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público	23/08/2012	12	02	Brasília/DF
OFI	Análise de Documentação Comprobatória de Irregularidades	21/09/2012	08	48	Palmas
EVE	IX Conferência Internacional de Perícias em crimes cibernéticos	26/09/2012	24	1	Brasília/DF
CUR	ITILR V3 fundamentos	26/09/2012	24	5	Palmas
CON	Congresso Foto Innovation 2012	01/10/2012	16	01	Curitiba/PR
EVE	Ciclo de Palestras – Crimes Dolosos contra a Vida na Reforma do Código Penal	08/10/2012	04	02	Gurupi
EVE	XXVII Simpósio Brasileiro de Banco de Dados (SBBDD 2012)	15/10/2012	24	1	São Paulo/SP
SEM	Seminário Criminal temas atuais	18/10/2012	08	65	Palmas
REU	3ª Reunião ordinária do CDEMP	19/10/2012	8	1	Natal/RN
CUR	Desenvolvimento com PHP	05/11/2012	80	1	Palmas
EVE	III Encontro sobre memoriais do MP	07/11/2012	16	1	Brasília/DF
CUR	ITIL Foundation V3	12/11/2012	24	1	Palmas
EVE	1ª Palestra online – I Seminário criminal do MPE-TO	12/11/2012	2	13	Palmas
SEM	Semana de combate à violência contra a mulher	23/11/2012	24	11	Palmas
SEM	Seminário adoção em ação	23/11/2012	4	2	Palmas
REU	4ª Reunião ordinária do CDEMP	28/11/2012	16	1	Rio de Janeiro/RJ
CON	3º Congresso brasileiro de gestão do MP	03/12/2012	24	1	Brasília/DF
EVE	Palestra online - O MP e seus meios de investigação	12/12/2012	2	8	Palmas

#### Legenda para Evento

CON – Congresso  
CUR – Curso  
EVE – Evento  
FEI – Feira  
REU – Reunião  
SEM – Seminário

A restrição de recursos orçamentários foram determinantes para o não alcance da meta prevista no planejamento estratégico 2010-2018 de 17 horas por servidor - h/s, contra somente 15,20 h/s efetivamente alcançadas.

Apesar de abaixo da meta, a média alcançada foi avaliada como extremamente positiva, uma vez que oportunizou 539 (quinhentos e trinta e nove) inscrições nos cursos

disponibilizados pelo CESA F e pelas instituições parceiras, totalizando 8.184 horas em eventos relacionados ao aperfeiçoamento funcional, uma carga horária recorde para este órgão ministerial.

#### 4.4.7 Ação 2154: Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE

Quadro 4.4.7 – Resumo da ação

Título	2154 – Gerenciamento das ações de planejamento e dos programas de qualidade na gestão do MPE			
Descrição:	Realização de atividades dos programas de gestão do Ministério Público do Tocantins, abrangendo: reuniões, eventos, deslocamentos e serviços necessários ao desenvolvimento dos Programas Gespública, Planejamento Estratégico e RECICLAMP.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Gestão aprimorada	Porcentagem	70	131,95	188,50%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
140.000,00	58.820,00	58.820,00	58.820,00	100,00%

O Ministério Público do Estado do Tocantins teve o orgulho de sediar no ano de 2012 a reunião do Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPG) e o Encontro do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais dos Ministérios Públicos.

Os encontros aconteceram no auditório do Hotel Pousada dos Girassóis, em Palmas, entre os dias 30 de maio e 1º de junho, contando com a presença de representantes de todo o País.

Em reuniões distintas, os Procuradores Gerais de Justiça e Corregedores Gerais discutiram assuntos pertinentes ao Ministério Público, entre eles, proposta de uniformização do processo eleitoral da Instituição, situação do Ministério Público de

Contas no País, diagnóstico das Corregedorias Gerais do MP e acúmulo do exercício das funções ministeriais com o magistério.

Durante o encontro, aconteceu também a reunião com membros que integram a Comissão de Acompanhamento dos Processos de Interesse do MP nos Tribunais Superiores, que teve como um de seus temas Probidade Administrativa e Foro Privilegiado.

Neste sentido, coube ao Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme o Regimento de ambos Conselhos, custear toda a estrutura de realização do evento, o que foi feito através da contratação, via procedimento licitatório, de empresa especializada na organização de eventos desse porte.

Além disto, o Ministério Público manteve seu trabalho frente ao Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública – NEGP/TO, que consiste em gerenciar todo o Programa Gespública no âmbito do Estado do Tocantins.

Para este trabalho, foram celebrados novas adesões ao Programa, bem como, através dos servidores do órgão e de voluntários, foram realizados treinamentos e acompanhamento das entidades que realizaram o primeiro ciclo de autoavaliação da gestão, bem ainda, foi realizado no mês de dezembro, um grande evento de conscientização com os prefeitos recém-eleitos das maiores cidades do Tocantins, objetivando capacitá-los no modelo de Gestão com Excelência do Gespública.

Na condução dos trabalhos internos do MPE/TO, o momento foi de cobrança pela realização das oportunidades de melhoria, com intenso trabalho de diversas áreas, reuniões, criação de comissões, produção de atos, implementação de novos sistemas, entre outras ações.

No tocante ao Planejamento Estratégico, novas mudanças nos relatórios de atuação funcional foram implementadas, afim de ampliar o rol de informações para alimentar os indicadores estratégicos, além disto, o órgão avançou em grande medida nos projetos estratégicos de Infraestrutura, tanto administrativa quanto tecnológica, de comunicação, de segurança institucional, do Gespública e do Reciclamp.

O Ministério Público do Tocantins também participou ativamente do Fórum Nacional de Gestão, que no ano de 2012 elaborou o Censo Nacional de Gestão dos MP's,

cujo resultado culminou em diversas ações e na divisão dos trabalhos em três grandes grupos de discussão: Mecanismos de Gestão, Gestão de Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira.

Com essa divisão em grupos, coube ao Ministério Público a honra de presidir o grupo de Mecanismos de Gestão, ao qual cumprirá definir as estratégias de gestão dos planos estratégicos dos Ministérios Públicos e criar um rol de indicadores nacionais.

#### 4.4.8 Ação 2177: Implementação e manutenção das ações de segurança institucional

Quadro 4.4.8 – Resumo da ação

Título	2177 – Implementação e manutenção das ações de segurança institucional			
Descrição:	Aquisição de equipamentos de segurança e vigilância; gerenciamento das medidas de segurança orgânica dos membros e servidores do Ministério Público; levantamento dos pontos de fragilidade no sistema de segurança; estruturação das unidades do MPE com equipamentos de segurança e vigilância; e realização de segurança física das instalações, mediante a contratação de vigilância armada.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação em segurança	Porcentagem	65	65	100
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.888.345,00	R\$ 2.772.773,46	R\$ 2.534.735,71	96,00

Em relação aos recursos previstos na LOA 2012, a Ação contou com recursos orçamentários no valor de R\$ 2.888.345,00. Foram empenhados R\$2.772.773,46, o que significa 96,17% dos recursos autorizados no exercício, tendo sido o orçamento restante

contingenciado por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Dentre os principais resultados alcançados no desenvolvimento da segurança institucional da Procuradoria Geral de Justiça e Promotorias, destaca-se um número considerável de aquisições, reformas e modernizações de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança deste órgão, envolvendo proteção perimetral, proteção contra atos ilícitos, bem como segurança pessoal de membros e servidores.

Para melhorar a segurança interna, foi realizada a instalação de catracas, detectores de metais e outros instrumentos de controle de acesso, o que requereu novas adaptações e reformas estruturais – inclusive para a instalação de uma sala de monitoramento do circuito interno de TV . Este sistema foi ampliado em 2012, ganhando equipamentos mais arrojados em termos de tecnologia – além de uma sala de monitoramento, contempla também 57 câmeras, distribuídas na área externa e em todos os pavimentos e em pontos estratégicos do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Este sistema permite, ainda, gravar, ampliar imagens, detectar rostos, identificar detalhes de objetos, registrar placas de veículos, além de verificar a entrada e saída de pessoas do prédio, entre outras funcionalidades.

Para ter um maior controle na entrada e saída de visitantes e servidores e como medida de segurança, a Procuradoria-Geral de Justiça instalou, na entrada da sede, catracas para controle de acesso de servidores, terceirizados, estagiários e visitantes. Estes equipamentos fazem parte do plano de segurança institucional.

Assim, para ter acesso ao prédio, os servidores, estagiários e terceirizados terão que apresentar e passar na catraca o crachá funcional. Os visitantes deverão se dirigir a recepção e se identificar, através de documento oficial com foto, informar os dados pessoais e, somente após esse procedimento, terão acesso ao prédio com o crachá de visitante.

Além das catracas, voltadas à segurança institucional da sede do Ministério Público, foram instalados na sede do Ministério Público outros equipamentos de leitura biométrica: os marcadores do “ponto eletrônico”, com vistas ao controle digital da frequência dos servidores.

Não só a sede, em Palmas, ganhou o novo dispositivo. As Promotorias de Justiça dos quatro municípios seguintes de maior população do Estado (Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional) também passaram a contar com os leitores de digitais.

Com a mudança, o MPE antecipa-se à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que avalia a normatização de métodos mais rigorosos de registro da entrada e saída dos servidores.

A mudança significa também menores gastos com insumos (papel e tinta) e a redução de procedimentos burocráticos, visto que a frequência era registrada, até então, em papel.

Outra medida adotada para atender o objetivo estratégico “Garantir a segurança institucional”, foi assegurar à presença de vigilantes armados na sede do MPE e nas Promotorias de Justiça . Em 2012, havia 26 postos noturnos, onde atuam 52 agentes . Além disso, foram instalados 20 postos diurnos, totalizando 72 agentes.

Os investimentos para o desenvolvimento da segurança institucional são fundamentais para o funcionamento desta Procuradoria uma vez que garantem a seus usuários uma infraestrutura segura, capaz de gerar confiabilidade nos serviços oferecidos.

#### 4.4.9 Ação 2184: Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público

Quadro 4.4.9 – Resumo da Ação

<b>Título</b>	2184 – Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público			
<b>Descrição:</b>	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes a avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apurar infrações disciplinares.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Corregedoria Mantida	Unidade	1	1	100%

Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
65.000,00	30.373,00	30.372,61	30.372,61	100,00%

A Corregedoria-Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do Ministério Público do Tocantins e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público.

As correições tem buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

Portanto, dentre as atribuições da Corregedoria-Geral, suplanta-se a de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, conforme preconiza a legislação vigente. Em relação às atividades, no decorrer de 2012 foram realizados:

Tabela 4.4.9.1 – Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público no ano de 2012

Descrição de atividades	2011	2012
<b>Correições</b>	<b>75</b>	<b>37</b>
Promotorias	66	37
Procuradorias e Subprocuradoria	9	-
<b>Avaliações de estágios de Membros</b>	<b>4</b>	<b>10</b>
<b>Processos administrativos instaurados</b>	<b>65</b>	<b>86</b>
Procedimentos administrativos	64	79
Súmula de acusação	01	07

<b>Processos administrativos arquivados</b>	<b>53</b>	<b>56</b>
<b>Total</b>	<b>197</b>	<b>189</b>

Fonte: Corregedoria-Geral

Destacamos também, a seguir, as Promotorias que foram correicionadas no ano de 2012:

Tabela 4.4.9.2 – Promotorias Correicionadas em 2012

Item	Comarca	Data
1	Colinas do Tocantins	06 e 07/02
2	Colmeia	08/02
3	Guaraí	09 e 10/02
4	Xambioá	16/04
5	Ananás	17/04
6	Wanderlândia	18/04
7	Tocantinópolis	19/04
8	Novo Acordo	23/4
9	Arraias	18/06
10	Paraná	19/06
11	Palmeirópolis	20/06
12	Natividade	21/06
13	Araguatins	20/08
14	Augustinópolis	21/08
15	Axixá	22/08
16	Porto Nacional	15 e 16/10
17	Paraíso do Tocantins	18 e 19/10
18	Aurora	09/11
19	Taguatinga	10/11
20	Itaguatins	03/12
21	Arapoema	04/12

Fonte: Corregedoria-Geral.

#### 4.4.10 Ação 2250: Manutenção da Sala de Inteligência

Quadro 4.4.10 – Resumo da ação

<b>Título</b>	2250 – Manutenção da Sala de Inteligência
---------------	---

Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; Disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência; Deslocamentos de Integrantes da Diretoria de Inteligência para a realização de atividades de inteligência; Ampliação da Plataforma de Interceptação de Monitoramento de Sinais – Guardiã e de outros sistemas de inteligência e contra inteligência do MPE; Atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com pessoal, equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho de suas atribuições.			
<b>Meta Física</b>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Sala Mantida	Unidade	1	1	100
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
103.000,00	128.470,00	128.434,19	119.365,53	99,97

As principais despesas desta ação foram relacionadas à manutenção das atividades e operações realizadas pela equipe da Diretoria de Inteligência, bem como à manutenção do Sistema Guardiã (interceptação telefônica).

Dentre as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Inteligência, destacaram-se as seguintes:

- ◆ Intermediar e organizar a atuação cooperada entre os membros e o GAECO, visando à obtenção de resultados com maior abrangência no Estado;
- ◆ Intermediar perante outros órgãos da administração pública a viabilização de Força-Tarefa ou a obtenção de informações;
- ◆ Fazer articulação com o setor de informações e inteligência do Ministério Público e de outras instituições públicas ou privadas;

- ◆ Intermediar com outros órgãos de investigação da Polícia Civil para articulação de atuação conjunta do GAECO com as Promotorias de Justiça com atribuições criminais;
- ◆ Fazer articulação com a Assessoria Segurança Institucional para a adoção de medidas preventivas contra as atividades das organizações criminosas investigadas pelo GAECO;
- ◆ Implantar o sistema SIMBA, que realiza análise fiscal e bancária, por meio de convênio com o Ministério Público Federal;
- ◆ Articular e monitorar as iniciativas nas diversas regiões do Estado, visando ao cumprimento da missão institucional estabelecida pela Procuradoria-Geral de Justiça;

Os principais gastos com diárias se justificam pela necessidade de deslocamento de servidores e membros, a fim de participar de reuniões técnicas e levantamento de informações para a Diretoria de inteligência.

Além de manter os serviços de manutenção do sistema guardião, outras ações visando modernizar a Diretoria de inteligência foram implementadas no decorrer de 2012, conforme demonstrado a seguir:

- Aquisição do Talon Forensis, equipamento utilizado para perícia forense computacional em discos rígidos (HDs);
- Treinamento in company (próprio para atender às necessidades institucionais) em procedimentos técnicos de perícia forense computacional, tendo como público os analistas do Gaeco;
- Ampliação do laboratório de computação forense e tecnologia da informação do Gaeco, com móveis projetados e adaptados ao ambiente;
- Disponibilização de link de internet para implantação de rede de dados restrita ao Gaeco.

Em relação às atividades, no decorrer de 2012 foram realizados:

Quadro 4.4.10.1 – Resumo das atividades realizadas

Tipo de Atividade	Quantidade	
	2011	2012
Memorandos	21	27
Ofícios	15	07
Operações do Sistema Guardiã	87	72
Ordem de Missão	03	02
Relatórios do CNMP	11	09
Relatórios de Inteligência	14	08
Relatórios de Operações	08	03
<b>TOTAL</b>	<b>159</b>	<b>128</b>

Fonte: Sala de Inteligência

No ano de 2013, a Diretoria de Inteligência precisará dar continuidade à modernização da estrutura de trabalho, demandando, assim, recursos orçamentários para serem destinados à aquisição de equipamentos das áreas de informática e de segurança, incluindo computadores, rede, servidor e câmeras.

#### 4.4.11 Ação 2251: Realização das ações de combate às organizações criminosas

Quadro 4.4.11 – Resumo da ação

Título	2251 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição:	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
ações de combate	Unidade	192	227	118,23%

ao crime organizado				
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
95.000,00	30.000,00	28.878,73	28.878,73	96,26%

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO tem como missão primordial a identificação, prevenção e repressão das atividades de organizações criminosas no Estado do Tocantins. Conforme disposição legal, este órgão é constituído internamente por 3 departamentos: Coordenadoria juntamente com o suporte administrativo, Delegacia de Polícia e Departamento de Inteligência.

Entre as infrações previstas como campo de atuação do Gaeco está a associação de pessoas ao narcotráfico, redes de prostituição, exploração de jogos de azar, roubo e receptação de cargas, lavagem de dinheiro, pirataria e tráfico de pessoas.

Desse modo, o próprio GAECO fixou como metas para ano de 2012:

- ◆ Combater a influência política de organizações criminosas e recuperar ativos;
- ◆ Combater o tráfico de drogas;
- ◆ Combater os assaltos a bancos;
- ◆ Combater a cartelização de combustíveis;
- ◆ Reprimir os crimes cometidos contra a Administração Pública;
- ◆ Formalizar convênio com a Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, com o fim de possibilitar atuação conjunta no combate aos delitos contra a ordem tributária, econômica e a evasão fiscal.

Quadro 4.4.11.1 – Resumo de atividades do GAECO, em 2011-2012

Tipo de atividade	Quantidade	
	2011	2012
Consultas	6.314	3.829

Convênios	01	-
Medida cautelar	07	02
Memorandos	108	108
Nota técnica	39	67
Ofícios	150	141
Oitivas	46	18
Pareceres	07	02
Peças de informação	16	-
Relatórios	263	06
Reunião	20	47
<b>DELEGACIA DE POLÍCIA</b>		
Boletim de ocorrência/DEPOL	13	09
Carta Precatória	-	01
Inquérito Policial/DEPOL	04	04
IP'S concluídos/DEPOL	17	-
Ofícios expedidos	-	21
Procedimento preliminar investigativo/DEPOL	11	01
Relatório circunstanciado/DEPOL	02	03
Termos de interrogatório, declarações e depoimento/DEPOL	250	100

No decorrer de 2012, o GAECO aperfeiçoou a estrutura de trabalho e reforçou a atuação conjunta com outros órgãos e instituições, do Estado e também de nível nacional, no cruzamento e na troca de informações.

Os principais gastos com diárias se justificam pela necessidade de deslocamento dos integrantes do GAECO no estado do Tocantins e outros estados, a fim de participar de reuniões técnicas e levantamento de informações relativas ao combate às organizações criminosas.

Principais aquisições e modernizações, com recursos de outras ações consignadas na LOA 2012, relacionadas ao Gaeco:

- Aquisição do Talon Forensis, equipamento utilizado para perícia forense computacional em discos rígidos (HDs);

- Treinamento in company (próprio para atender às necessidades institucionais) em procedimentos técnicos de perícia forense computacional, tendo como público os analistas do Gaeco;

- Ampliação do laboratório de computação forense e tecnologia da informação do Gaeco, com móveis projetados e adaptados ao ambiente;

- Disponibilização de link de internet para implantação de rede de dados restrita ao Gaeco.

Entretanto, algumas dificuldades foram enfrentadas no decorrer do ano, principalmente no que se refere ao quadro de pessoal disponibilizado para as ações, sendo necessária a disponibilização de delegado de polícia para auxiliar nas investigações em curso.

Considerando serem inquestionáveis os efeitos físicos e psicológicos advindos da atuação de organizações criminosas, exige-se deste órgão de execução, pronta atuação no intuito de reprimir eficazmente essa modalidade criminosa, especialmente para o estabelecimento de políticas globais de atuação, concentração de dados, tratamento uniforme da matéria e aproveitamento de experiências já empreendidas com resultados positivos.

#### 4.4.12 Ação 2252: Realização das ações de comunicação do Ministério Público

Quadro 4.4.12 – Resumo da ação

Título	2252 – Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição:	Ampla divulgação das ações constitucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos comunicação como TV, rádio, jornal, outdoor, revistas, sites e outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Adequação da comunicação institucional	%	66	66	100,00

Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
80.000,00	62.884,00	62.883,08	61.646,46	100,00%

Para atender a meta estratégica de “Ter Comunicação Institucional efetiva” proposta no Planejamento Estratégico, a principal iniciativa instituída pela Procuradoria Geral de Justiça, desde o final do ano de 2010, foi o “Plano de Comunicação do MP” que visa demonstrar para a sociedade as atribuições do órgão e intensificar a divulgação das ações das Promotorias de Justiça.

O projeto em destaque na presente ação é o “Conheça o MP”, que visa fortalecer o papel institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) junto à sociedade, e em especial, à comunidade escolar, estimulando a participação política do cidadão e sensibilizando a sociedade sobre sua atuação.

Durante a execução deste Projeto foram promovidas visitas da comunidade escolar à sede do MPE, onde foram ministradas palestras formativas e informativas acerca das atividades e do papel desenvolvido pela Instituição.

Também foram apresentados a estrutura física e as noções básicas dos direitos do cidadão, além da realização de atividades culturais/artísticas e de integração como incentivo à cidadania dos sujeitos sociais.

O projeto culminou no “Concurso de Pocket Vídeos”, que são vídeos feitos em aparelhos celulares, pelos alunos que visitaram o órgão, cujos vencedores receberam prêmios que iam desde netbooks a aparelhos celulares e câmeras fotográficas digitais.

O Ministério Público do Tocantins procura, também, divulgar conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenham uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse essa intenção, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.

A ação orçamentária atende ainda ao Objetivo Estratégico de “Ter

Comunicação Interna efetiva”, e nesta seara foram implementamos a publicação de Boletins Informativos periódicos, como forma de incrementar a disseminação das principais notícias da Procuradoria e facilitar a disseminação de informações relevantes e atos normativos, mediante a organização das notícias com os respectivos instrumentos legais de caráter interno.

Portanto, o Ministério Público tem procurado facilitar o acesso a informações relativas a suas atividades e resultados obtidos, utilizando, para isso, diferentes instrumentos e mecanismos. Podemos visualizar a evolução destes serviços durante o ano de 2012 por meio da análise das tabelas a seguir:

Tabela 4.4.12.1 – Publicações na mídia por área de atuação em 2012

Área de atuação	Site	Jornais	Total
Cidadania	238	134	372
Consumidor	207	58	265
Criminal	362	139	501
educação	130	26	156
Eleitoral	138	24	162
Execuções penais	150	10	160
Infância	161	24	185
Institucionais	288	67	355
Meio ambiente	86	14	100
Probidade administrativa	508	96	604
Saúde	133	37	170
Outros	190	59	249

Fonte: Assessoria de Comunicação- \* dados referentes aos meses de jan. a set.

Tabela 4.4.12.2 – Quantidade de visualizações do portal do MPE – TO em 2012

Área de visualização	Quantidade
Acesso à informação	1.966
Concurso	118.030
Gestão estratégica	602
Institucional	-----
Licitação	-----
Mapa da corrupção	4.767
Ouvidoria	-----
Portal da transparência	5.707
Procuradoria e Promotorias	-----

Outros	552.160
TOTAL	683.232

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Tabela 4.4.12.3 – Publicações

Descrição	Quantidade de Exemplares	Quantidade de Edições
Revista MP	8.000	04
Comunica MP	2.400	12
Revista Jurídica	800	02
Guia de Relacionamento com a Imprensa	-	-
Calendário Cesaf	400	01
Estatuto da Criança e do Adolescente	2.000	01

Fonte: Assessoria de Comunicação

#### 4.4.13 Ação 2253: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial

Quadro 4.4.13 – Resumo da ação

<b>Título</b>	2253 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário			
<b>Descrição:</b>	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público da Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, através de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Ação do MPE realizada	Unidade	123.000	140.754	114,43
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
691.400,00	654.900,00	425.408,52	416.790,94	64,96

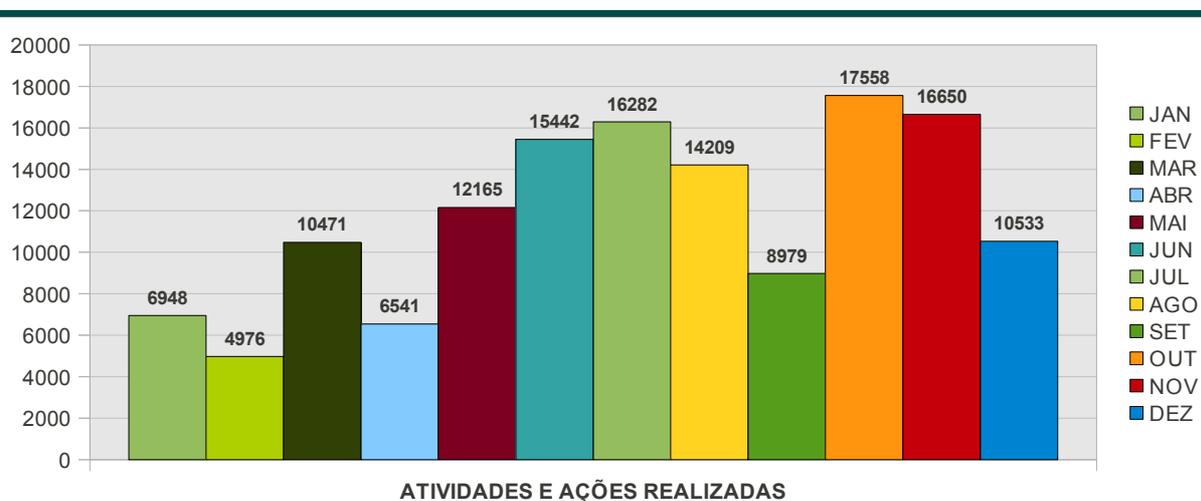
Mesmo com um número de membros inferior ao patamar do ano de 2010, no decorrer de 2012 o Ministério Público conseguiu novamente superar a meta de atuação estabelecida para o período.

Com um quadro de membros que encerrou o ano de 2012 com apenas 116 membros, contra 122 em meados de 2010, o órgão saltou de pouco mais de 76 mil ações naquele ano, para 140.754 no exercício de 2012, o que representa um crescimento da ordem de 83%. Esse número certamente poderia ser superior, caso o concurso público tivesse sido concluído em tempo hábil, e novos membros assumissem as diversas promotorias que se encontram vagas, com especial carência nas cidades do norte do Estado.

Outro fator que tem servido de freio à atuação ministerial é o baixo orçamento destinado ao Ministério Público, que está atrasando o alcance das metas em diversas áreas da atuação, as quais precisam de projetos específicos, que acabam sendo adiados por ausência de recursos.

Apresentamos, a seguir, o quadro mensal da atuação dos membros do MPE-TO, que mostra um início de ano tímido, resultado de mudanças promovidas no Sistema do Relatório da Atuação Funcional, que durante um período dividiu espaço com o sistema antigo, prejudicando a alimentação e análise das informações. Porém, a partir do mês de março, o número de ações experimentou um crescimento que superou as expectativas da Gestão.

Figura 4.4.13 – Processos de 1ª instância devolvidos ao Judiciário com manifestação



Além do ganho de produtividade, o órgão experimentou um salto qualitativo na atuação, que resultou na indicação de diversos membros para compor comissões em organismos estaduais e nacionais.

No saldo das ações finalísticas, cumpre ressaltar que algumas áreas de atuação superaram sua meta inicialmente estabelecida, com destaque para as seguintes:

- Patrimônio Público

Com previsão inicial de realização de 141 ações e com o objetivo estratégico de “Combater a improbidade e recuperar ativos”, a área de Patrimônio Público promoveu no decorrer do exercício 2012, 4.772 ações.

Entre as importantes ações iniciadas ou concluídas em 2012, destacavam-se aquelas contra gestores e ex-gestores, tanto no âmbito municipal quanto estadual, que visam, além do esclarecimento das denúncias recebidas, a condenação dos responsáveis pelos crimes comprovadamente praticados e a devolução dos recursos desviados dos cofres públicos.

Apresentamos a seguir, um resumo da Geografia da Corrupção desde 2010, que é apresentada no link “Mapa da Corrupção” do site [www.mp.to.gov.br](http://www.mp.to.gov.br) e traz informações sobre a atuação do órgão frente aos municípios:

- Mais de 140 Ações Cíveis Públicas e Ações Penais foram postuladas;
- 62 Prefeitos respondem a algum tipo de processo;
- 18 Prefeitos estão sendo investigados atualmente;
- 19 Prefeitos foram afastados, 12 só em 2011;
- 8 Prefeitos permanecem afastados;
- 2 Prefeitos estiveram presos.

Neste exercício de 2012, também foi apresentado o resultado de uma ampla investigação dos membros deste MPE-TO sobre desvios de recursos em obras do Governo Estadual, cujas cifras somam mais de R\$ 16 milhões, até o momento, cuja conclusão pede a condenação dos envolvidos, entre eles, Ex-Governador, Ex-Secretários de Estado e autoridades envolvidas nas obras.

- Saúde

De uma só vez, em Dezembro de 2012, o MPE-TO anunciou a instauração de 139 inquéritos civis públicos para apurar denúncias na área de saúde, cujas falhas na atenção básica estão presentes em todos os municípios do Estado.

No total, foram realizadas no ano, 1320 ações de membros do órgão, superando a meta inicial de 117 ações, um crescimento de quase 1300% em relação à 2011.

- Violência Doméstica

O objetivo estratégico de “Combater a violência doméstica” também teve atuação destacada no decorrer de 2012, com 4.760 ações realizadas, assim o Ministério Público mostra que se preocupa em deter o crescimento desse tipo de crime no Estado.

Além da atuação dos membros, outra ação que mostra o comprometimento do órgão em reduzir a violência doméstica no Estado foi a criação do Núcleo Maria da Penha, que irá acompanhar cada caso de violência doméstica na cidade de Palmas, objetivando encontrar mecanismos eficazes para reduzir o número de casos. Cumpre ao citado núcleo, desenvolver campanhas educativas com a população feminina, para provocar quanto à necessidade de denúncia.

A instituição da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) culminou com a necessidade de execução do novo diploma legal, fazendo-se necessária a criação de um espaço institucional para a troca de experiência que servisse de auxílio aos Promotores de Justiça que atuam nessa área de proteção à mulher vítima de violência doméstica.

Assim, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos da Mulher – CAOP da Mulher foi idealizado em razão dos índices de violências cometidas contra as mulheres, dentro e fora do Estado do Tocantins, demandando uma tomada de posição dos membros do Ministério Público, dadas as consequências perniciosas para sociedade como um todo.

Segue abaixo, as ações do CAOP da Mulher no ano de 2012, conforme tabela 4.4.13.1:

Tabela 4.4.13.1 – Realizações CAOP Mulher

Tipo de atividade	Quantidade
Estudos	—
Vistoria	—
Visita técnica	1
Ofícios	38
Atendimentos via telefone	315
Atendimentos ao público	—
Coleta de exame para DNA	23
Palestras	2
Total	379

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Mulher

- Consumidor

O Combate aos Crimes contra o Consumidor, área onde o MPE tem atuado principalmente através das Operações Pró-Consumidor, fiscalizações da venda clandestina de Gás e do abate clandestino de animais (frigoríficos), sob a coordenação do CAOP do Consumidor, está gerando resultados expressivos para a sociedade (vide resumo da atuação, páginas 83/84).

Durante o ano de 2012, foram deflagradas três operações da Força-tarefa Pró-consumidor nas seguintes cidades: Paranã, Jaú do Tocantins, São Valério da Natividade, Miranorte, Pedro Afonso, além da capital.

Todas essas operações fizeram surtir efeitos nas cidades onde ocorreram, visto que foram apreendidas toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos e autuações foram lavrados, pelos Bombeiros, Vigilâncias Sanitárias Estadual e Municipal.

Como resultados das ações do CAOP do Consumidor no ano de 2012, podemos destacar os seguintes:

Tabela 4.4.13.2 – Estabelecimentos visitados área consumidor

Estabelecimentos Visitados	
Supermercados	68
Restaurantes, lanchonetes e panificadoras	31
Açougues	32
Postos de Combustíveis	09
Revendedores de GLP	18
Outros	15
Total	160

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 4.4.13.3 – Termos e autuações área consumidor

Termos e Autuações					
Órgãos Parceiros	Relatórios de visitas	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão
Procon	112	01	-	20	18
Vigilância Sanitária Municipal	-	102	04	21	65
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros		73	01	09	-
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>176</b>	<b>05</b>	<b>50</b>	<b>83</b>

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 4.4.13.4 – Demonstrativos das ações por cidade

Demonstrativo das Ações por cidade - 2012				
Cidade	Foco da Ação	Estabelecimentos Vistoriados (unid)	Autuações (unid)	total das Apreensões (kg)
Paraná	Supermercados, Açougues, Panificadoras, Restaurantes, Postos de Combustíveis e Revendedores de GLP	22	77	2.059
Jaú do Tocantins São Valério da Natividade	Supermercados, Açougues, Panificadoras, Restaurantes, Postos de Combustíveis e Revendedores de GLP	26	86	4.500
Miranorte	Supermercados, Açougues, Panificadoras, Restaurantes, Postos de Combustíveis e Revendedores de GLP	62	151	8.000
Pedro Afonso	Supermercados, Açougues, Panificadoras, Restaurantes, Postos de Combustíveis e Revendedores de GLP	49	110	11.000
Palmas	Extra Supermercado	1	2	312

Total	112	160	426	25.871
-------	-----	-----	-----	--------

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

No que se refere às medidas para regularizar o setor de revenda de GLP, foram executadas fiscalizações em conjunto com o Corpo de Bombeiros em diversos estabelecimentos nas cidades do interior do estado do Tocantins.

Além da regularização dos pontos de revenda GLP, o Ministério Público preocupou-se também com a questão da conformidade do transporte do GLP com a legislação, especificamente em relação ao serviço de entrega, visto tratar-se de um produto perigoso e que por isso necessita de cautelas em seu manejo e transporte para evitar acidentes.

Para atingir tal finalidade foram realizadas reuniões e assim foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta com o Sindicato de Revendedores e Transportadores de Gás Liquefeito de Petróleo do Tocantins – SIRTRAGÁS, pelo qual o mesmo se encarregou de orientar a todos os sindicalizados a seguirem a legislação que regula o transporte de GLP.

Também foram expedidas recomendações para que os órgãos de fiscalização se atentem para a entrada em vigor de novas resoluções do Contran, a fim de que procedam com o dever de ofício de verificar o cumprimento das mesmas por parte dos empresários.

No decorrer de 2012, o MPE manteve, também, a ação iniciada no ano anterior com o objetivo de adequar o funcionamento dos frigoríficos do estado com as normas sanitárias, assim, foi expedida uma recomendação conjunta com as Promotorias do Consumidor de Porto Nacional, de Araguaína e da Capital para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC.

Tal recomendação conjunta determina que a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC fiscalize e aplique as sanções administrativas necessárias ao cumprimento da legislação sanitária e do termo de ajustamento de conduta assinado pelos frigoríficos no ano de 2011.

Segue, abaixo, o comparativo das realizações do Caop do Consumidor nos

anos de 2010 a 2012.

Tabela 4.4.13.5 – Realizações Caop Consumidor

Atividades finalística	Quantidade		
	2010	2011	2012
Pareceres	-	-	-
Processos de acompanhamento	7	13	6
Relatórios	3	5	4
Vistorias	114	309	160
Recomendações	-	4	5
TACs	4	6	1
Promoção de eventos			
Seminário	-	1	-
Oficinas	-	-	-
Pesquisas	-	-	-
Participações em eventos			
Audiências públicas	-	2	-
Cursos	-	-	-
Oficinas	-	-	-
Reuniões	19	19	9
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-
Atividades Meio			
Ofícios e Memorandos			
Expedidos	142	369	164
Recebidos	61	85	55
E-mail			
Expedidos	18	39	42
Recebidos	-	-	61
Outros (Convite, comunicado, portarias, etc...)	-	-	-

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

Tabela 4.4.13.6 – Outras atuações realizadas com órgão parceiros

Órgãos Parceiros	Relatórios de visitas	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão
Procon	112	01	-	20	18
Vigilância Sanitária Municipal	-	102	04	21	65
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros		73	01	09	-
Total	112	176	05	50	83

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor - CAOMA

Quanto à atuação na área do Meio Ambiente, continuam sendo realizadas as

fiscalizações para o correto tratamento dos resíduos sólidos, as ações para regularização das Áreas de Preservação Permanente, as ações preventivas contra queimadas, a fiscalização dos serviços públicos de tratamento de água e saneamento, além do acompanhamento da instalação de grandes empreendimentos, visando evitar os danos ambientais.

Seguem, abaixo, algumas ações implementadas no ano de 2012:

- Educação Ambiental

No que diz respeito à educação ambiental, o MPE promoveu um trabalho de educação ambiental nos municípios de Araguaianã, Araguatins, Caseara, Filadélfia, Mateiros, Pedro Afonso, Peixe, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins. O Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental é realizado desde 2009 e trabalha de forma continuada a sustentabilidade ambiental, mediante, dentre outras ferramentas, a orientação à construção dos planos municipais de educação ambiental e avaliação dos resultados das ações implementadas pelos municípios.

- Resíduos Sólidos

O CAOMA, após ter realizado vistoria nos depósitos de resíduos sólidos de todos os 139 municípios tocaninenses durante os anos de 2010 e 2011, realizou, em atendimento às solicitações oriundas dos órgãos de execução, ações de acompanhamento e monitoramento dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre o MPE e os gestores municipais.

- Proteção à Cobertura Vegetal

Foi realizado com acompanhamento do Laboratório de Geoprocessamento do CAOMA o mapeamento do uso do solo do município de Palmas, que permitirá a implementação do Programa Propriedade Legal, cuja finalidade é a regularização das propriedades rurais da capital. Para tanto, foi assinado, em março de 2012, Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério Público Estadual, Município de Palmas, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Instituto Natureza do Tocantins, Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, Saneatins e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil.

- Valoração do Dano Ambiental

Em relação à valoração do dano ambiental, foi celebrado, em março de 2012, Termo de Cooperação Técnica destinado a instituir um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Estudo e Desenvolvimento da Valoração Ambiental no Estado do Tocantins. Participam do Grupo, além do Ministério Público Estadual, os técnicos indicados pela Universidade Federal do Tocantins, Ministério Público Federal, Instituto de Criminalística da Polícia Civil, Instituto Natureza do Tocantins, IBAMA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos e a Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins.

- Recursos Hídricos

No que concerne aos recursos hídricos, o MPE passou a ocupar a suplência da Secretaria da Agricultura, Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso. Além da citada representação, parte dos técnicos do CAOMA participaram de cursos de aperfeiçoamento relacionados à qualidade da água, o que refletirá positivamente nos trabalhos realizados pelo centro.

Segue abaixo, o comparativo das realizações do Caop do Meio Ambiente nos anos de 2010 a 2012.

Tabela 4.4.13.7 – Outras autuações realizadas CAOMA

Atividades realizadas – CAOMA			
Atividades Finalísticas	Quantidade		
	2010	2011	2012
Vistorias	132	123	65
Relatórios	90	179	45
Pareceres	11	15	10
Mapas e Croquis	135	262	68
Processos de Acompanhamento	144	98	60
Promoção de Eventos			
Seminário	2	0	0
Oficinas	4	1	2
Cursos	--	--	1
Pesquisas	4	0	1
Participação em Eventos			
Audiências Públicas	4	2	4

Reuniões	110	79	25
Cursos	2	5	6
Oficinas	2	2	0
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2
Atividades Meio			
Ofícios			
Expedidos	181	231	175
Recebidos	218	199	158
Memorandos			
Expedidos	130	122	113
Recebidos	22	28	26
E-mail			
Expedidos	225	271	849
Recebidos	428	587	605
Diversos, convite, ata, comunicados, portarias, etc.			
Expedidos	5	0	0
Recebidos	8	1	0

Fonte: Caoma – Centro de apoio operacional meio ambiente.

- Infância e juventude

Em relação à infância e juventude, os destaques ficaram por conta da expressiva demanda pela instalação de Centros de Atendimento Socioeducativo e pelo correto cumprimento das medidas socioeducativas, das fiscalizações referentes ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e à oferta do transporte escolar.

- Criminal

Recentemente, ganhou notabilidade a implantação o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco), um canal permanente de colaboração entre os órgãos que desempenham atividades ligadas ao repasse, controle e fiscalização de recursos públicos.

No âmbito da área criminal, o Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais (CAOCrim) vem prestando auxílio aos Promotores de Justiça, com fornecimento de material de estudo, informações atualizadas, doutrina, jurisprudência e pesquisas sobre legislação. Nesse sentido, mensalmente é editado um informativo, repassado eletronicamente a todos os membros.

Também são executadas atividades de expediente como memorandos, ofícios, atualização de notícias e jurisprudências, divulgação de Boletins Informativos de outros CAOPs no site e por e-mail, além de estudos e pesquisas sobre temas da área criminal.

Destacam-se, ainda, respostas às consultas solicitadas pelos Promotores de Justiça e respectivos Analistas e Assessores Jurídicos, com o intuito de localizar o endereço, telefone, dados cadastrais (CPF, título de eleitor, nome da mãe e data de nascimento, além de consultas a veículos, condutores e armas) e antecedentes criminais de pessoas (acusados, investigados e/ou testemunhas), bem como dados de pessoas jurídicas.

Na área criminal, foram realizadas várias ações visando à repressão à criminalidade desenvolvida no âmbito do MPETO, a exemplo das listadas a seguir:

- META 02 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – ENASP:

No dia 13 de junho de 2012 o Dr. Marco Antônio Alves Bezerra participou, em Brasília, da apresentação do Relatório Nacional de Conclusão da Meta 02, sendo destacado que no Estado do Tocantins foram finalizados 774 inquéritos policiais, do total de 1.108 levantados no ano de 2010.

No decorrer de 2012 a Meta 02 englobou, além do estoque remanescente de inquéritos de 2007, aqueles instaurados até 31 de dezembro de 2008 e sem conclusão, devendo ainda ser feita a alimentação do Inqueritômetro.

- METAS 03 e 04 – ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Meta 03 tem por objetivo superar a fase de pronúncia nas ações penais por crime de homicídio doloso ajuizadas até 31 de dezembro de 2008 e a Meta 04 visa concluir as ações penais por homicídio doloso ajuizadas até 31 de dezembro de 2007.

Conforme deliberação do Comitê Gestor da ENASP, foi acolhida a proposta de prorrogação de prazo, ficando o termo final do prazo para cumprimento das Metas fixado

em 31 de dezembro de 2012.

Por iniciativa do Ministério Público foram promovidas reuniões com o Gestor de Metas para o Poder Judiciário, com a Corregedora-Geral de Justiça e com a Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com o objetivo de discutir e definir ações voltadas à consecução das referidas Metas.

- INSTALAÇÃO DO GECEP

No mês de Fevereiro de 2012 foi instalado o GECEP – Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial, Criado por resolução da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) em dezembro de 2011, o grupo atuará junto às Polícias Civil e Militar, na busca pela adequação da segurança pública e ideal aparelhamento estrutural das polícias. Na ocasião, foram discutidos os procedimentos que serão adotados no cumprimento das metas delineadas.

- CAMPANHA “CONTE ATÉ 10 – PAZ ESSA É A ATITUDE”.

Trata-se de campanha promovida pela Estratégia Nacional de Segurança Pública – ENASP, que tem por objetivo reverter a situação trágica de violência no Brasil, já que o país ocupa o primeiro lugar no ranking de violência entre os países de maior PIB do mundo.

A campanha pretende realizar várias ações visando estimular a reflexão acerca dos homicídios cometidos por ímpeto, em situações como brigas de bar, de trânsito ou entre vizinhos, etc. A ideia é fomentar a cultura de paz e de não-reação nos casos que podem gerar violência.

No dia 27 de novembro de 2012 foi realizado o lançamento regional da campanha em evento ocorrido no Colégio Estadual Rachel de Queiroz, no Setor Jardim Aurenny III, em Palmas.

No evento também foram firmados os Termos de Cooperação Técnica entre o Ministério Público e as Secretarias Estaduais da Educação, de Segurança Pública e da Justiça e de Direitos Humanos, com o objetivo de promover a divulgação da campanha e realizar ações juntos as Escolas e professores, propondo a realização de atividades pedagógicas relacionadas à reflexão sobre o atual quadro de violência e sobre os crimes

praticados por impulso ou motivos fúteis.

#### 4.4.14 Ação 1165: Realização de concursos públicos para membros e servidores público

Quadro 4.4.14 – Resumo da ação

Título	1165 – Realização de concursos públicos para membros e servidores público			
Descrição:	Definição de número de vagas; elaboração de edital para contratação empresa especializada para realização de concurso; licitação/contratação de empresa para realização de certame; elaboração do edital de concurso; realização das inscrições e realização do concurso.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso realizado	Unidade	1	2	200
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
200.000,00	1.225.768,00	1.225.767,81	950.567,81	100

As despesas autorizadas na Lei Orçamentária Anual (LOA 2012) para a ação em tela foram de R\$ 1.025.768,00. Deste total, foi suplementado o montante de R\$ 825.768,00, valor proveniente de arrecadação de inscrições de concursos para membros e servidores desta Procuradoria Geral de Justiça.

Destaca-se, que no decorrer de 2012, por meio de concursos públicos realizados com o máximo de transparência, o quadro de membros e servidores da Procuradoria Geral de Justiça foi reforçado em duas ocasiões.

A primeira ocorreu, com a abertura de 81 vagas para cargos de nível superior e intermediário, às quais concorreram mais de 23 mil inscritos. Este certame oportunizou os candidatos nas especialidades de Administração, Analista de Sistemas, Assistente Social, Direito e Psicologia, Com isso, o MPE abriu a possibilidade de continuar a crescer,

reforçando o número de servidores auxiliares.

Este concurso foi realizado pela regional Comissão Permanente de Seleção (Copese), integrante da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e buscou preencher os cargos citados anteriormente nas regiões: Central (Palmas), Norte (Araguaína) e Sul (Gurupi) do Estado, assim, o MPE reforçou sua capacidade operacional, de modo que a Procuradoria Geral de Justiça passou a contar com melhor suporte às suas ações, com maior eficiência e eficácia.

A segunda oportunidade foi a realização de concurso para agregar novos membros, visando cobrir vagas abertas com a aposentadoria e vagas de substituto não providas, com disponibilização de 15 vagas para Promotor de Justiça Substituto.

Este certame, em andamento desde agosto de 2012, está sendo realizado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB) e conta com cinco etapas, visando o rigor necessário na seleção dos novos membros.

Todavia, sob alegação de que a análise dos recursos deveria ter sido feita pela Comissão do Concurso e não pela empresa que realizou o certame, o Ministério Público do Tocantins atendeu recomendação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e suspendeu o concurso. Assim, o recurso desta ação passará em restos a pagar, aguardando o retorno do andamento do certame para posterior conclusão.

## 5. PROGRAMA 1058: Gestão e Manutenção do Ministério Público

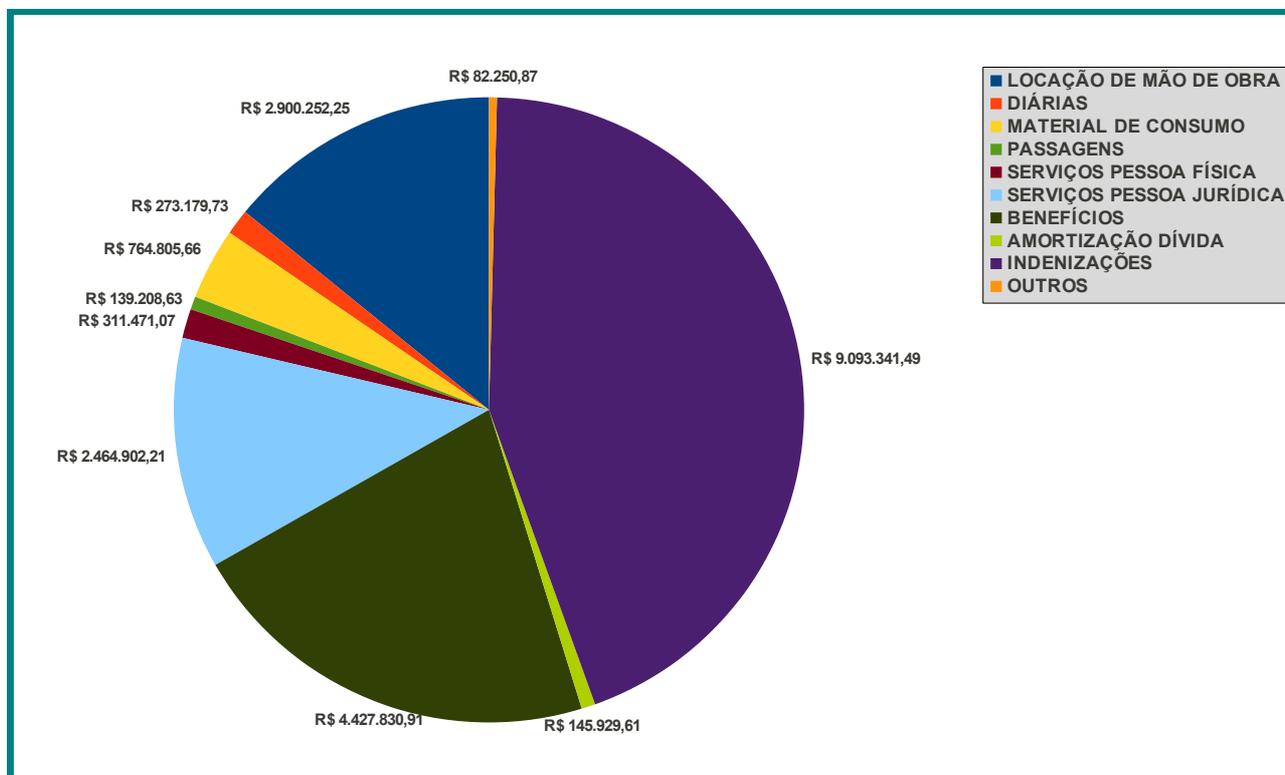
### 5.1 APRESENTAÇÃO

<b>DENOMINAÇÃO:</b>	<b>Gestão e Manutenção do Ministério Público</b>	
<b>Objetivo</b>	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
<b>Público-Alvo</b>	Membros, Servidores e Sociedade tocantinense	
<b>Dotação Orçamentária</b>	<b>Inicial:</b> <b>106.919.622,00</b>	<b>Autorizado:</b> <b>106.908.148,00</b>

### 5.2 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para facilitar a visualização do comparativo dos valores alocados no Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público, utilizou-se como referência o valor dos gastos por elemento de despesa relativo ao ano de 2012, conforme figura a seguir:

Figura 5.2.1 Distribuição das principais despesas do Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (exceto ação de Manutenção de Recursos Humanos).



Fonte: Siafem

O Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público, de caráter contínuo e multissetorial, tem por objetivo prover os meios para a implementação e gestão dos programas finalísticos do órgão, sua composição engloba os recursos destinados ao pagamento de Pessoal e Encargos Sociais dos servidores públicos e pagamento de auxílios.

Também fazem parte do rol de despesas de natureza tipicamente administrativa aquelas que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos Programas finalísticos e demais Programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação, no momento, para aqueles Programas, como as despesas de manutenção de serviços administrativos gerais, de bens imóveis, de transportes e de administração de recursos humanos.

Assim, além, da manutenção de recursos humanos este programa visa garantir, ininterruptamente, o suprimento e a infraestrutura material e patrimonial para a Procuradoria Geral de Justiça e as demais promotorias distribuídas pela capital e interior do Estado, com contratos de limpeza e conservação, vigilância, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente, para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

A tabela a seguir destaca o perfil de execução orçamentária e financeira no exercício de 2012, demonstrando o comportamento, por ação, ressaltando que maioria das ações de gestão obteve sua execução total dos recursos dotados inicialmente, exceto aquelas que, por erro na alocação de recursos pela Secretaria de Planejamento, precisaram ser complementadas ou reduzidas no decorrer do exercício para atender ao Planejamento do Órgão.

Tabela 5.2.1 – Metas financeiras por ação, em (R\$)

Programa Gestão e Manutenção do Ministério Público				
Descrição da Ação	Tipo	Dotação Atual (A)	Realizado (B)	% (B/A)
Manutenção de recursos humanos	Físico	-	-	-
	Financeiro	82.279.884,00	86.176.596,00	104,74
Manutenção de auxílios a servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	3.980.000,00	4.435.055,00	111,43
Coordenação e manutenção de serviços administrativos gerais	Físico	-	-	-
	Financeiro	7.568.338,00	5.456.357,00	72,09
Manutenção de serviços de transportes	Físico	-	-	-
	Financeiro	661.000,00	411.823,00	62,30
Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público	Físico	-	-	-
	Financeiro	30.000,00	30.107,00	100,35
Concessão de direitos a membros e servidores	Físico	-	-	-
	Financeiro	9.006.000,00	9.091.292,00	100,95
Manutenção de serviços de informática	Físico	-	-	-
	Financeiro	3.394.400,00	1.306.918,00	38,50

Fonte: Siafem

Tabela 5.2.2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito	Classificação da ação	Despesas Correntes			
		Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	
	04.122.1058.2333	-	-	-2.111.981,00	
Concedidos	04.126.0195.2418	-	-	-249.177,00	
	04.122.1058.2380	-	-	-2.087.482,00	
Sub Total	-	-	-	-4.448.640,00	
Movimentação	04.122.1058.2294	-	-	3.896.712,00	
	04.122.1058.2306	-	-	455.055,00	
	Recebidos	04.122.1058.2434	-	-	107,00
	04.122.1058.6015	-	-	85.292,00	
Sub Total	-	-	-	4.437.166,00	
<b>Total</b>	-	-	-	<b>-11.474,00</b>	

Fonte: Siafem

No tocante às movimentações orçamentárias do programa, cumpre esclarecer que tal medida somente foi necessária neste volume realizado, em razão da alocação incorreta dos recursos na Lei Orçamentária Anual, fato este, que foi comunicado quando da aprovação da Lei ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Secretário de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

No comunicado encaminhado, o Ministério Público solicitava a correção das ações conforme planejamento realizado por este órgão e, caso isso não fosse possível, seriam necessários remanejamentos vultosos durante o exercício, o que de fato ocorreu, para seguir o planejamento elaborado.

## 5.3 AÇÕES

### 5.3.1 Ação 2294: Manutenção de Recursos Humanos

Quadro 5.3.1 – Resumo da ação

Título		2294 – Manutenção de Recursos Humanos		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
82.279.884,00	86.176.596,00	86.172.277,22	86.172.277,22	100

Fonte: Siafem.

As despesas obrigatórias, destinadas a atender gastos com pessoal, encargos e benefícios aos membros e servidores, compreendem 73,63 % do total autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA 2012), representando um montante autorizado de R\$ 86.176.596,00. Deste total, foi suplementado o montante de R\$ 3.896.712,00.

Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa no período de 2012, é importante ressaltar que o incremento ocorrido nos dispêndios com pessoal decorre do efeito da política adotada pela PGJ nos últimos anos, que procurou sempre conceder revisões anuais de salários para a carreira de técnicos e analistas, com impacto, também, nos gastos para o custeio do regime de previdência dos servidores.

Portanto, ao longo dos quatro últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MPE). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal. Tudo viabilizado após rígidos estudos da realidade orçamentária e da disponibilidade financeira da Instituição.

Exemplo dessa atenção à permanente manutenção do poder aquisitivo dos servidores ocorreu em 2009, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 4,31%, ao passo que a remuneração dos servidores foi revisada em 8%.

Destaca-se, ainda, o implemento na remuneração dos servidores com a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), instituído em

2012. Além de incorporar a produtividade e corrigir distorções entre os diferentes cargos, o Plano proporcionou um aumento real de 7,5% com relação ao padrão inicial da carreira.

Segue abaixo, o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2009 a 2012, conforme tabela 5.3.1.1 revisões anuais de 2009 a 2012:

Tabela 5.3.1.1 – Revisões anuais de 2009 a 2012

Ano	Mês	Percentual
2009	Maio	8%
2010		5%
2011		7%
2012		7,5%*

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

\*Aprovação do novo PCCR.

Os servidores comissionados do MPE também têm sido valorizados com reajustes. Em junho de 2011, o implemento em seus salários foi de 7%. Em 2012, o percentual foi de 7,5% concedido por meio da lei nº 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo e o plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores dos quadros auxiliares do Ministério Público do Estado do Tocantins.

É importante ressaltar, ainda, em agosto de 2012, os membros e servidores do Ministério Público do Estado (MPE), efetivos e não efetivos, tiveram um aumento do adicional de férias, passando de um terço para 50% do valor do subsídio ou remuneração.

A resolução do Colégio de Procuradores que estabeleceu o aumento no adicional tem como referência o período aquisitivo de férias do ano 2011/2012, para servidores; e a partir do primeiro semestre de 2012, para membros. Os beneficiados, que já haviam recebido o benefício referente a esse período com os percentuais anteriores, receberam a diferença no contracheque de agosto.

O aumento no adicional de férias é uma novidade que o MPE trouxe para o Estado. Para concedê-lo, foi verificada a disponibilidade financeira, o impacto no orçamento e realizado um completo estudo sobre a viabilidade jurídica do benefício,

considerando a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).

No que tange a rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade; comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo de 114 novos servidores.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores nos anos de 2009 a 2012, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.3.1.2 – Movimentação de servidores 2009 a 2012

Descrição	2009	2010	2011	2012
Posse	20	91	15	58
Exoneração/inatividade	19	21	13	17
Saldo	1	70	2	41

Fonte: Folha de Pagamento.

Em relação à carreira de apoio, houve um incremento de 44 (quarenta e quatro) novos servidores, em relação ao exercício de 2012, representando uma variação de 11,19% sobre o total existente, preenchidos no decorrer do exercício, conforme demonstrado na Tabela 5.3.1.3 Carreira de apoio:

Tabela 5.3.1.3 – Carreira de apoio em 31/12/2012

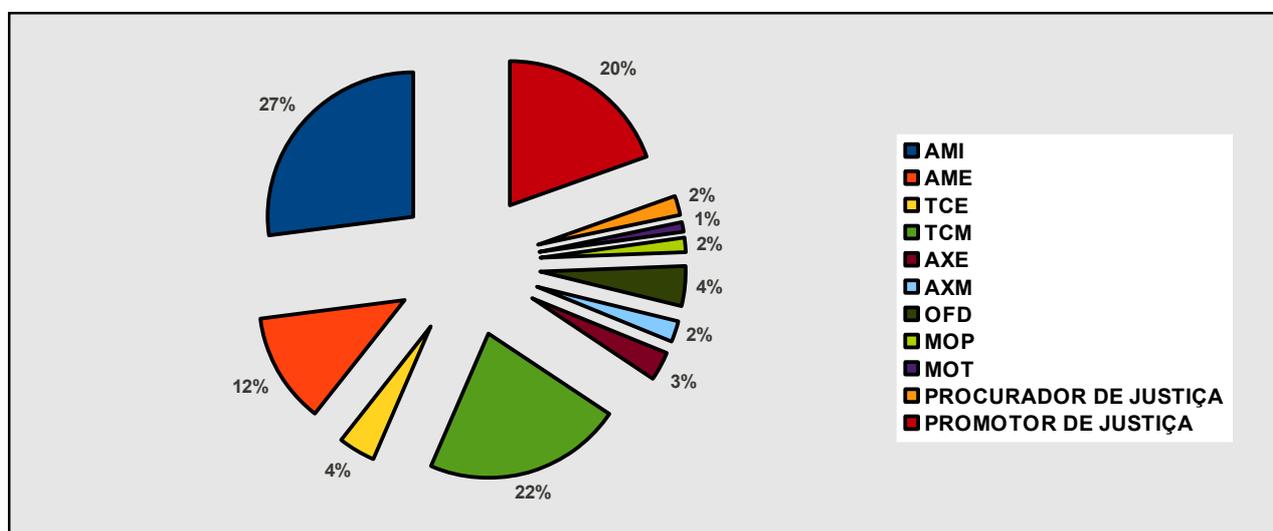
Nível Funcional	Existente 2011	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Existente 2012	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)	Var (%)
AMI – Analista Ministerial	139	133	151	144	8,63
AME – Analista Ministerial Especializado	64	56	69	59	7,81
TME – Técnico Ministerial Especializado	18	16	23	22	27,77
TCM – Técnico Ministerial	114	106	123	112	7,89
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	15	18	14	0,0
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	13	0,0
OFD – Oficial de Diligências	12	12	25	25	108,33
MOP – Motorista Profissional	9	9	9	9	0,0

MOT - Motorista	6	5	6	5	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>393</b>	<b>365</b>	<b>437</b>	<b>403</b>	<b>11,19</b>

Fonte: Folha de Pagamento. \*(inclusive cedidos, licenciados e afastados)

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins conta com 628 colaboradores, a carreira de apoio contempla 437 efetivos (69,58%) do total, conforme tabela acima. Destes, 220 (duzentos e vinte) colaboradores, que correspondem ao percentual de 50,34% do quadro efetivo, distribuídos nas áreas de apoio e finalística, têm curso superior, fato que denota o alto grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição, conforme demonstrados na figura 5.3.1.1 Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2012.

Figura 5.3.1.1 – Distribuição dos cargos efetivos por nível de escolaridade 2012.



Fonte: Folha de Pagamento.

Tabela 5.3.1.4 – Distribuição de servidores efetivos por nível de escolaridade 2009 – 2012

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012
Fundamental	36	37	37	37
Médio	138	158	152	180
Superior Completo	145	192	202	220
<b>Total</b>	<b>319</b>	<b>387</b>	<b>391</b>	<b>437</b>

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Tabela 5.3.1.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2012

Descrição	2009	2010	2011	2012
Efetivos do MPE	56	53	63	63
Efetivos requisitados	13	13	11	11
Exclusivamente comissionados	35	38	42	42

Fonte: Departamento de Recursos Humanos

Portanto, para atingir sua missão institucional “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, em 2012, a Procuradoria Geral de Justiça contava com o efetivo de 626 profissionais, sendo que 36 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual.

Segue abaixo, o comparativo das movimentações de servidores em 2012:

Tabela 5.3.1.6 - Movimentação de membros e servidores em 2012

Nível Funcional	Existente 31/12/2011	Movimentação					Existente 31/12/2012
		Nomeados	Exonerados	Aposent/faleci dos	Promo vidos	Cedidos/ Licenciados	
							2
Procuradores	12	1	0	1	0	0	12
Promotores	110	0	2	1	1	2	106
Servidores	391	62	14	2	0	34	437
Comissionados	42	3	3	0	0	0	42
Requisitados	26	4	1	0	0	0	29
TOTAL	538	70	20	4	1	36	626

Fonte: Departamento de recursos humanos

As tabelas anteriores demonstram as informações relativas à gestão de recursos humanos, possibilitando uma análise da gestão do quadro de pessoal em relação à dimensão operacional e estratégica da unidade. As informações estão estruturadas de maneira que são observadas a composição, rotatividade e o grau de escolaridade do quadro de recursos humanos, tanto efetivos, comissionados e terceirizados.

Em relação aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, novamente podemos observar que a despesa continua muito abaixo do limite prudencial de 1,60% da RCL, como mostra a tabela 5.3.1.7 limites de Gasto de Pessoal com a LRF.

Tabela 5.3.1.7 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>86.172.277,22</b>	0,00
Pessoal ativo	86.172.277,22	
Pessoal inativo e pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.348.322,54	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	283.697,84	
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)		
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária		
Decorrentes de decisão judicial	6.064.624,70	
Despesas de exercícios anteriores		
Inativos e pensionistas com recursos vinculados		
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>79.823.954,68</b>	0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,60%</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	<b>99.829.507,36</b>	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	<b>94.838.031,99</b>	

FONTE: SIAFEM, Contabilidade PGJ/SEFAZ-TO, 10/01/2013, 14:35h.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento o exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

## Ação 2306: Manutenção de Auxílios a Servidores

### Quadro 5.3.2 – Resumo da ação

<b>Título</b>	<b>2306 - Manutenção de Auxílios a Servidores</b>			
<b>Financeiro</b> <b>(Valor em R\$ 1,00 )</b>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
R\$ 3.980.000,00	R\$ 4.435.055,00	R\$ 4.427.830,91	R\$ 4.427.830,91	99,84%

Fonte: Siafem

Os valores oriundos desta ação foram utilizados para a concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos servidores ativos, de acordo com ato nº 188/2007, e posteriores alterações, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, e pago diretamente, mediante depósito em conta-corrente, até o último dia útil do mês.

Outras despesas custeadas são: Auxílio-Funeral devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ; Auxílio-Reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-Natalidade devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-Creche devido ao dependente do servidor.

No decorrer de 2012, foram beneficiados, em média mensais, 580 servidores com os recursos da Ação. Cabe ressaltar, ainda, que houve um aumento ocorrido no valor do benefício, que passou de R\$ 651,00 para R\$ 700,00 a partir do mês de agosto.

No período de 2009-2012, o auxílio-alimentação passou por sucessivos reajustes, ganhando maior importância no orçamento doméstico dos servidores e proporcionando-lhes mais qualidade de vida.

Para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi

instituído em 2011 o auxílio creche no valor de R\$ 250,00 por criança.

Além dos filhos, o benefício é extensivo a dependentes. Em casos de portadores de necessidades especiais, não há limite de idade para a concessão do auxílio.

Com a nova vantagem, resultado da política de valorização dos servidores instituída pela Procuradoria-Geral de Justiça, é proporcionada aos pais a opção de custear despesas com creche, pré-escola ou com profissionais que cuidem das crianças.

Assim, no decorrer de 2012 esta contou com recursos orçamentários no valor de R\$ 4.435.055,00 e foram executados R\$ 4.427.830,91 o que significa 99,84% dos recursos autorizados no exercício.

### 5.3.3 Ação 2333: Coordenação e manutenção dos servidores administrativos gerais

Quadro 5.3.3 – Resumo da ação

Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )				
Título	2333 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
7.568.338,00	5.456.357,00	5.412.106,87	4.953.251,13	99,19

Os recursos destinadas nesta ação visam atender às necessidades administrativas do Ministério Público, sendo as principais relacionadas a energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção, correios, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom desempenho das atividades meio e fim desenvolvidas pelo Ministério Público.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas na tabela 5.3.3.1, e detalha o comparativo das principais despesas continuadas executadas de 2010 a 2012.

Tabela 5.3.3.1 – Comparativo de despesas 2010 -2012, em (R\$).

Descrição	2010	2011	2012
Energia elétrica	240.515,70	575.183,25	673.286,40
Locação de imóveis	246.158,24	231.924,12	228.736,20
Serviços de água e esgoto	60.018,86	73.503,85	77.743,17
Serviços de limpeza, higiene e outros.	1.394.651,55	2.199.418,38	2.900.252,25
Serviços de postagens	90.620,59	137.326,15	142.288,17
Serviços de telefonia fixa	329.815,34	572089,12	558.899,57
Serviços de telefonia móvel	15.986,19	34.805,84	24.058,95

Fonte: Siafem

Durante o ano 2012, os recursos empenhados foram de R\$ 5.412.106,87, conforme tabela anterior, sendo que boa parte destes recursos, que compreendem R\$ 2.900.252,25, deve-se à alocação de serviços terceirizados (serviços de limpeza, higiene e outros), retratada na tabela 5.3.3.2, distribuída em Promotorias da capital e interior, visando viabilizar a manutenção do órgão. Outra despesa que merece destaque – energia elétrica – vem apresentando uma elevação exponencial nos últimos anos devido à expansão das instalações e equipamentos existentes, resultado da ampliação da estrutura operacional do órgão.

Tabela 5.3.3.2 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2012, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade média	Valor em R\$	(%)
Artífice	8	349.276,00	12,87
Copeiro	9	195.300,00	6,75
Jardineiro	1	25.802,00	0,89
Recepcionista	19	408.162,00	14,12
Porteiro	9	222.744,00	7,70
Servente	62	1.649.072,00	57,06
Encarregado	1	39.225,00	1,35
Outras despesas	1	10.671,25	0,33
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>2.900.252,25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Departamento administrativo.

O Ministério Público vem buscando ampliar a sua estrutura física para o bom andamento das ações ministeriais, a construção de novas sedes para as Promotorias de Justiça representa também o fortalecimento institucional do Ministério Público, alcançado com o crescimento de seu patrimônio imobiliário: o que inclui a incorporação de lotes urbanos onde foram erguidos os prédios das Promotorias de Justiça, todos doados pelas prefeituras – à exceção do terreno de Porto Nacional, a ser repassado pela União.

Entre os anos de 2009 e 2012, 11 Promotorias de Justiça do interior que funcionavam em espaços cedidos em Fóruns do Poder Judiciário passaram a contar com instalações próprias, ainda que alugadas.

Ainda em relação a gestão de bens imóveis de uso especial, segue tabela 5.3.3.3, organizada em três quadros: distribuição espacial de bens de uso especial de propriedade da Procuradoria Geral de Justiça; locados de terceiros e dos bens imóveis cedidos pelo poder judiciário do estado do Tocantins ao Ministério Público.

Tabela 5.3.3.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2012.

Localidades	Situação
Almas	1
Alvorada	2
Ananás	2
Araguacema	1
Araguaçu	1
Araguaína	3
Araguatins	3
Arapoema	2
Arraias	3
Augustinópolis	2
Aurora do Tocantins	1
Axixá	1
Colinas do Tocantins	3
Colméia	2
Cristalândia	2
Dianópolis	3
Figueirópolis	1
Filadélfia	1

TOCANTINS	Formoso do Araguaia	2
	Goiatins	1
	Guaraí	2
	Gurupi	3
	Itacajá	1
	Itaguatins	2
	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
	Palmeirópolis	1
	Palmas (20ª Promotoria)	1
	Palmas (Shopping da Cidadania )	1
	Palmas (Secretaria Criminal )	1
	Palmas (Promotoria Eleitoral )	1
	Palmas (PGJ e Promotorias)	3
	Paraíso do Tocantins	3
	Paraná	3
	Pedro Afonso	2
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	2
	Taguatinga	3
Tocantínia	2	
Tocantinópolis	3	
Wanderlândia	2	
Xambioá	2	
Total de Prédios Cedidos		14
Total de Prédios Locados		17
Total de Prédios Próprios		15

Fonte: Depto Administrativo

Legenda:

1 – Cedido

2 – Locado

3 – Próprio

No que concerne aos procedimentos licitatórios, no exercício de 2012, a Comissão Permanente de Licitação – CPL procurou alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, assim como obedecer toda a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. Assim, as tabelas 5.3.3.4 e 5.3.3.5, procuram visualizar o comparativo de procedimentos de aquisição no período de 2010 – 2012.

Tabela 5.3.3.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

<b>Modalidade</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Concorrência	03	02	04
Pregão Presencial - Tradicional	27	20	23
Pregão Presencial - SRP	14	20	24
Pregão Eletrônico - Tradicional	09	08	09
Pregão Eletrônico - SRP	-	-	01
Dispensa de Licitação	136	72	72
Inexigibilidades	16	21	19
Suprimento de Fundos	04	04	04
<b>TOTAL</b>	<b>209</b>	<b>147</b>	<b>156</b>

Fonte: Siafem e CPL

Tabela 5.3.3.5 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP.

<b>Tipo</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Atas de Registro de Preços (ARP)	14	19	28
Adesões a ARP	06	01	03
Pedidos de adesão a ARP	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>22</b>

Fonte: CPL

As tabelas anteriores mostram que no decorrer de 2012 foram processados 61 (sessenta e um) procedimentos licitatórios dos quais 57 (cinquenta e sete) foram homologados; 03 (três) foram declarados desertos, e 01 (um) arquivado.

A seguir a tabela 5.3.2.6 mostra os pregões realizados, bem como a economicidade alcançada em cada certame.

Tabela 5.3.3.6 – Pregões realizados em 2012

Edital nº	Processo nº	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
001/2012	0273/11	Aquisição de mobiliário sob medida para estruturação da sala de Informática do GAECO.	4.549,33	4.000,00	12,07%
002/2012	0248/11	Registro de Preços para aquisições futuras de scanners profissionais de alta velocidade de digitalização.	118.759,92	71.880,00	39,47%
003/2012	0300/11	Registro de Preços para contratação de empresa para execução de serviços de reformas de cadeiras, poltronas e longarinas.	109.016,30	107.892,60	1,03%
004/2012	0284/11	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	21.860,10	21.720,00	0,64%
005/2012	0315/11	Registro de preços para contratação de empresa especializada na confecção de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em PVC, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas e mastros.	191.622,15	139.393,00	27,26%
006/2012	0292/11	Registro de Preços para aquisição de mesas de apoio multiuso em laminado com rodas.	13.098,60	12.000,00	8,39%
007/2012	0038/12	Registro de Preços para Aquisição de suprimentos de Informática – toners e cartuchos.	707.607,90	379.527,00	46,36%
008/2012	0318/11	Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	53.348,90	24.588,00	53,91%
009/2012	0304/11	Registro de Preços para Aquisição de materiais de manutenção.	180.396,41	136.350,77	24,42%
010/2012	0323/11	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de pneus novos de 1ª linha de fabricação nacional (radial), para a manutenção da frota de veículos oficiais.	44.484,97	27.830,80	37,44%
011/2012	0040/12	Aquisição de equipamentos de Informática – 80 (oitenta) computadores.	113.445,60	61.078,40	46,16%
012/2012	0064/12	Aquisição de equipamentos de Informática: rack, estabilizador, nobreak, impressora, computador, servidor.	102.040,32	61.306,78	39,92%
013/2012	0090/12	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tintas e materiais para pintura.	94.905,70	80.644,40	15,03%
015/2012	0124/12	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização de eventos e serviços	61.350,00	56.000,00	8,72%

		correlatos.			
016/2012	0106/12	Registro de Preços para a prestação de serviços de buffet.	211.615,00	146.600,00	30,72%
017/2012	0056/12	Aquisição de materiais de reposição para o laboratório de Informática.	56.780,99	44.590,00	21,47%
018/2012	0093/12	Aquisição de licenças de softwares.	12.459,00	7.959,90	36,11%
019/2012	0086/12	Contratação de empresa para gerenciamento de manutenção (preventiva e corretiva), operada através da utilização de sistema via WEB próprio da Contratada, compreendendo orçamento dos materiais e serviços especializados de manutenção e serviço de lava-jato (exclusivo em Promotorias de Justiça do Interior) através de uma rede de empresas credenciadas pela Contratada para atender a frota de veículos na sede da PGJ e Promotorias de Justiça do Interior do Estado do Tocantins.	104.330,00		100,00%
020/2012	0113/12	Aquisição de Relógios Eletrônicos de Ponto – REP e de licença de uso de software para Relógio Eletrônico de Ponto.	44.380,31	40.623,33	8,47%
021/2012	0126/12	Registro de Preços para Aquisição de Mobiliários.	913.374,21	477.000,00	47,78%
022/2012	0060/12	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas utilizadas pelo Setor de Saúde.	909,45	860,00	5,44%
023/2012	0129/12	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso (catracas, sistemas de computador e portinholas de acesso, assim como outros itens que o compõe), com fornecimento de peças de reposição, bem como fornecimento mensal de 10 cartões de acesso (cartão compatível com as catracas existentes).	26.907,00	26.580,00	1,22%
024/2012	0102/12	Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	27.520,17	26.420,66	4,00%
026/2012	0143/12	Aquisição de equipamentos de Informática e eletrônicos para premiação de alunos da rede pública de ensino (municipal e estadual) vencedores do concurso cultural que integra o projeto “conheça o MP”.	9.924,32	8.577,48	13,57%
027/2012	0140/12	Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de tapetes em algodão e tapetes capachos personalizados e vulcanizados.	33.988,26	33.834,40	0,45%

028/2012	0125/12	Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças e componentes, em equipamentos de Informática.	46.000,00 – Materiais/peças 41.000,00 – Serviços		
029/2012	0148/12	Contratação de empresa para gestão de frota (abastecimento), que permita a aquisição de combustíveis (gasolina comum, gasolina aditivada, álcool e diesel comum ou aditivado), lubrificantes e filtros automotivos (óleo e ar) a serem utilizados por veículos da Procuradoria Geral de Justiça lotada na Capital e Promotorias do Interior.	183.150,00		100,00%
030/2012	0171/12	Aquisição de equipamentos de Informática – 124 notebooks e aquisição de HDs (discos rígidos) para os storages de armazenamento e backups.	261.417,60	190.016,80	27,31%
032/2012	0178/12	Registro de preços para aquisição de equipamentos de comunicação – fax e transformadores.	12.803,40	12.803,00	0,00%
033/2012	0217/12	Aquisição de materiais gráficos – envelopes e capas para processo.	16.800,00	8.745,00	47,95%
034/2012	0149/12	Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de equipamentos de segurança e demais materiais necessários.	100.000,88	45.390,00	54,61%
035/2012	0245/12	Aquisição de Smartphones para premiação de concurso cultural que integra o projeto “Conheça o MP”.	2.172,96	1.894,98	12,79%
036/2012	0226/12	Aquisição de equipamentos e materiais de informática, cinegrafia e eletrônicos.	34.056,57	29.040,98	14,73%
037/2012	0152/12	Registro de preços para aquisição de veículos para a frota da PGJ.	384.604,00	259.000,00	32,66%
038/2012	0147/12	Aquisição de toners destinados à operacionalização do “Núcleo Maria da Penha”.	1.257,24	424,32	66,25%
039/2012	0175/12	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de porta de vidro temperado, porta de madeira, parede de gesso acartonado, sancas de gesso, grades de proteção e demais materiais necessários.	36.880,74	36.276,44	1,64%
040/2012	0279/12	Registro de preços para aquisição de água mineral e vasilhames para água mineral.	63.063,20	46.921,00	25,60%
041/2012	0224/12	Contratação de serviço de renovação de seguro total para veículos.	78.944,09	36.500,00	53,76%
042/2012	0278/12	Registro de preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	235.670,55	227.671,90	3,39%

043/2012	0260/12	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de vidro temperado fixo em fachada, porta de vidro temperado, divisória interna de vidro temperado, parede de alvenaria, divisória em chapa de fibra de madeira, janelas de vidro temperado móvel e demais materiais necessários – Adequações nas P. J de Pium e Araguaína e Reforma na P. J de Paraíso.	28.971,02	28.940,00	0,11%
044/2012	0298/12	Registro de Preços para Aquisição de suprimentos de Informática – toners para impressoras coloridas LEXMARK.	18.923,40	18.923,40	0,00%
045/2012	0335/12	Aquisição de equipamentos de Informática.	492.176,16	297.702,08	39,51%
046/2012	0277/12	Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	116.455,55	71.309,80	38,77%
048/2012	0325/12	Contratação de empresa para prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio do tipo gás carbônico (CO <sup>2</sup> ), água pressurizada (H <sup>2</sup> O), pó químico seco (PQS) e suporte de solo para extintores.	9.705,76	5.926,18	38,94%
049/2012	0247/12	Aquisição de materiais e equipamentos de uso médico e fisioterápico.	12.804,83	11.900,90	7,06%
050/2012	0319/12	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	448.914,35	410.186,61	8,63%
051/2012	0354/12	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	27.816,00	27.070,00	2,68%
054/2012	0297/12	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	35.522,28	35.522,28	0,00%
055/2012	0384/12	Contratação de empresa especializada na locação de máquinas reprográficas, prestação de serviços de reprografia, impressão, encadernação e plastificação.	368.904,00	192.894,00	47,71%
001/2012	0330/11	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da Promotoria de Justiça da comarca de Natividade-TO.	892.156,45	823.680,00	7,68%
002/2012	0073/12	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da Promotoria de Justiça da comarca de Guaraí-TO.	953.929,52	893.863,45	6,30%
003/2012	0138/12	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra do prédio sede da Promotoria de Justiça da comarca de Peixe-TO.	743.595,58	709.791,45	4,55%

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

A tabela anterior detalha as licitações ocorridas no ano de 2012, retrata o valor

inicial, final, bem como a economicidade obtida em cada certame. Entre esses processos, cabe destacar os certames ocorridos visando contratação de empresas especializadas para construção das sedes das Promotorias de Justiça de Natividade, Guaraí e Peixe.

Além da aquisição de grande vulto, ocorrido na modalidade concorrência (construção das sedes das Promotorias de Justiça de Natividade, Guaraí e Peixe), durante o ano de 2012, a CPL prosseguiu com o esforço concentrado para aquisição via registro de preços, dos quais se destacam o Pregão nº 002/2012 – aquisição de scanners; o Pregão nº 021/2012 – aquisição de mobiliários e o Pregão nº 037/2012 – aquisição de veículos.

Quanto ao volume de aquisição de bens e a contratação de serviços destaca-se o montante de R\$ 9.147.681,78 (nove milhões, cento e quarenta e sete, seiscentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), na modalidade pregão. A tabela a seguir, detalha ainda, o montante de R\$ 3.713.721,70 (três milhões, setecentos e treze, setecentos e vinte e um reais e setenta centavos) via concorrência, bem como o montante aplicado mediante dispensa de licitação de R\$ 2.436.687,10 (dois milhões quatrocentos e trinta e seis seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos).

Tabela 5.3.3.7 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de contratação	2009	2010	2011	2012
Modalidade de licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	84.111,62	2.711.518,50	2.564.003,00	3.713.721,70
Pregão	450.484,53	5.252.500,80	7.520.521,34	9.147.681,78
Contratações Direitas				
Inexibibilidades	4.851,00	230.158,30	189.701,68	283.159,95
Dispensa de Licitação	46.617,05	928.598,90	1.389.373,58	2.436.687,10
Regime de Execução Especial				
Suprimentos de Fundos	15.858,97	17.419,16	9.376,67	7.193,65
Não Aplicável	5.714.950,66	80.165.234,40	91.027.209,01	100.849.046,90

Fonte: Siafem

### 5.3.4 Ação 2418: Manutenção de serviços de transporte

Quadro 5.3.4 Resumo da ação

Título	2418 – Manutenção dos serviços de transporte			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
661.000,00	411.823,00	384.182,80	343.526,21	93,29

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça possui uma frota de 43 (quarenta e três) veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição. O controle de manutenção desta frota é realizado através de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

A utilização desta ferramenta de gestão viabiliza não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para a administração. São fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

A dotação orçamentária empenhada para manutenção de transportes no ano de 2012 foi de R\$ 384.182,80, dos quais, cerca de R\$ 141.813,77, são referentes ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel e lubrificantes), derivados e peças, R\$ 41.142,56 e R\$ 107.017,34, relativos a diárias, para manter os serviços de manutenção e outras atividades do setor.

As despesas de maior vulto financeiro estão relacionadas na tabela 5.3.4.1, e detalha o comparativo das principais despesas com manutenção de serviços de transportes executadas de 2010 a 2012.

Tabela 5.3.4.1 – Principais despesas de manutenção de serviços de transportes 2010 – 2012.

Despesas	Despesas (R\$)		
	2010	2011	2012
Combustíveis e lubrificantes automotivos	120.924,78	109.618,28	141.813,77
Material para manutenção de veículos	58.900,89	52.732,03	41.142,56
Seguros	40.329,00	44.631,87	48.679,42
Diárias no país	79.595,00	74.944,22	107.017,34
Serviços de Lava a jato	6.568,00	7.234,00	10.801,41

Fonte: Siafem

Em relação a manutenção corretiva de veículos, vale destacar que apesar da política de substituição da frota, via aquisição de novos veículos, observa-se que uma grande parcela da frota de veículos já ultrapassou os 05 anos de uso, acarretando uma elevação nas despesas operacionais, por parte de veículos obsoletos que ainda compõem a frota desta Procuradoria Geral de justiça. Entretanto, verifica-se um sucesso na política de controle de gastos efetivada pela gestão, uma vez que, ao longo do exercício, conseguiu manter os gastos com atividade relacionada à frota de veículos utilizada pelo órgão equivalentes aos patamares de 2010.

Além disso, a Instituição mantém um sistema informatizado de abastecimento e de manutenção da frota, que possibilita fazer o seu gerenciamento, bem como a gestão de toda a frota por meio de um sistema “on-line”, possibilitando uma melhor administração e maior economia.

A área de transportes tem como atribuição o gerenciamento da frota de veículos, referente à manutenção, abastecimento e documentação dos veículos. No âmbito de suas atribuições, são realizadas as manutenções preventivas como troca de óleo e filtros, lavagem em geral e lubrificação dos veículos.

Segue abaixo a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ.

Os referidos veículos estão sendo utilizados na sede, bem como nas Promotorias do interior.

Quadro 5.3.4.2 – Frota de veículos MPE-TO

Item	Veículo	Placa	Ano/Modelo	Local
01	GM/Astra	MWA-1149	2005/2006	PGJ
02	Ford/Ranger XLT	MXG-8010	2007/2008	PGJ
03	GM/Astra	MWA-1159	2005/2006	PGJ
04	GM/Astra	MVY-1442	2005/2006	PGJ
05	Renault/Clio	MWD-2228	2005/2005	PGJ
06	VW/Parati	MWD-6184	2006/2006	PGJ
07	Ford/Fiesta	MXG-9020	2007/2008	PGJ
08	Ford/Fiesta	MXG-8020	2007/2008	Porto Nacional
09	Ford/Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Gurupi
10	Ford/Fiesta	MXG-8050	2007/2008	Araguaína
11	Ford/Fiesta	MXG-8090	2007/2008	Paraíso do Tocantins
12	Honda/Cg 150 Job	MWH-0961	2007/2007	PGJ
13	Honda/Cg 150 Job	MWH-0812	2007/2007	Augustinópolis
14	Honda/Cg 150 Job	MWH-0832	2007/2007	PGJ
15	Honda/Cg 150 Job	MWH-0963	2007/2007	PGJ
16	Honda/Cg 150 Job	MWI-1307	2007/2007	PGJ
17	Honda/Cg 150 Job	MWL-9208	2007/2007	PGJ
18	Honda/Cg 150 Job	MWL-9228	2007/2007	PGJ
19	Honda/Cg 150 Job	MWL-9188	2007/2007	Araguaína
20	Ford/F 350	MWQ-9397	2009/2009	PGJ
21	Ford/ Ranger	MWY-6100	2008/2009	PGJ
22	Fiat/Siena	MWY-6110	2008/2009	PGJ
23	Fiat/Siena	MXG-3014	2010/2011	PGJ
24	Fiat/Siena	MXG-3114	2010/2011	PGJ
25	Fiat/Siena	MWA-8957	2010/2011	PGJ
26	Fiat/Siena	MWO-6906	2011/2012	PGJ
27	Fiat/Siena	MWQ-8096	2011/2012	PGJ
28	Fiat/Siena	MWQ-8396	2011/2012	PGJ
29	Fiat/Siena	MWQ-8536	2011/2012	PGJ
30	Fiat/Siena	MWQ-8416	2011/2012	PGJ
31	Fiat/Siena	MWQ-8246	2011/2012	PGJ
32	Fiat/Siena	MWQ-8386	2011/2012	PGJ
33	Fiat/Linea	MWP-0214	2012/2012	PGJ
34	Fiat/Linea	MWP-0224	2012/2012	PGJ

35	Fiat/Linea	MWP-0244	2012/2012	PGJ
36	Toyota/Hilux	MWS-0429	2010/2011	PGJ
37	Fiat/Uno	MWM-1936	2011/2012	Tocantinópolis
38	Fiat/Uno	MWM-1966	2011/2012	Araguatins
39	Fiat/Uno	MWM-1976	2011/2012	Miracema do Tocantins
40	Fiat/Uno	MWM-1986	2011/2012	Araguaína
41	Fiat/Uno	MWM-1996	2011/2012	Miranorte
42	Renault/Logan	MWZ-7708	2011/2012	PGJ
43	Carreta reboque	MXG-9010	2007/2007	PGJ

Fonte: Área de Transportes

### 5.3.5 Ação 2434: Manutenção dos serviços da área de saúde do Ministério Público

#### Quadro 5.3.5 Resumo da ação

Título	2434 – Manutenção da área de saúde			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
30.000,00	30.107,00	26.390,74	23.206,17	87,66

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que membros e servidores possam desempenhar suas atividades. Com esta visão, a Procuradoria-Geral de Justiça, no decorrer de 2012, procurou incentivar e oportunizar a participação de servidores e membros em atividades que atendessem a estes objetivos.

Com o intuito de identificar os fatores que interferem na qualidade de vida, no nível de satisfação, e também, preocupado com o bem-estar e a saúde dos membros e servidores, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou a 3ª edição da Semana da Saúde. Com uma programação de atividades diversificadas, que foram desde ações relativas à saúde e estética, até atividades culturais e de integração.

Os integrantes participaram, também, de sessões de acupuntura, massagem corporal e ioga, aulas de jump e muay thai, técnicas para cuidados faciais e de maquiagem, aferição de pressão arterial, verificação de glicemia, cálculo de IMC, orientações com nutricionista, entre outros.

Durante a semana da saúde, foi desenvolvida a Campanha de Doação de Leite, com apoio dos integrantes da Instituição, e posteriormente doada à entidade Lar Batista F. F. Soren, localizada no distrito de Luzimangues. A casa abriga, atualmente, mais de 35 internos, além de assistir cerca de 100 crianças e adolescentes da comunidade, durante o dia, em atividades como acolhimento psicológico, atendimentos na área de saúde, artes, esportes, cursos e oficinas.

A seguir serão apresentados alguns resultados obtidos na 3ª Semana da Saúde e na ginástica laboral.

Tabela 5.3.5.1 – Ações de melhoria do clima organizacional

Atividade de Promoção de Saúde	Participantes/Atendimentos
loga	12
Verificação de glicemia	109
Cálculo de índice de massa corpórea	109
Aferição de pressão arterial	109
Medidas da circunferência abdominal	109
Atividades odontológicas de prevenção	278
Maquiagem	51
Dança - Zumba	10
Massagem corporal	51
Cuidados faciais	56
Muay Thai	9
Orientações com nutricionista	33
Shiatsu terapia	22
Acupuntura	6
Jump	5
Dinâmica de relaxamento	13
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12
Ginástica laboral	2560
Total	3554

Fonte: Setor de Saúde

Ainda na visão de melhoria do clima organizacional e realização de ações de garantia da saúde, também foram realizados, no decorrer de 2012, vários atendimentos a

membros e servidores, conforme destacado abaixo:

Tabela 5.3.5.2 – Quantidade de atendimentos

Especialidade/Ação	Atendimentos, em (unid)
Enfermagem	1357
Fisioterapia	1260
Médica	962
Odontologia	805
Psicologia	29
Visitas técnicas - Enfermagem	10
Visitas técnicas - Médica	8
Visitas técnicas - Psicologia	17
Perícias médicas	4
Pareceres médicos	4
Total	4456

Fonte: Setor de Saúde

Convém destacar que as políticas de valorização do servidor adotadas pela Procuradoria-Geral de Justiça vêm buscando proporcionar uma maior qualidade de vida e incentivar a frequência ao trabalho por meio de práticas gerenciais e culturais.

Assim, cabe ao Setor de Saúde a fiscalização dos procedimentos ligados à concessão: remoção por motivo de saúde, readaptação, licença para tratamento de saúde, licença para tratamento de pessoa da família, aposentadoria por invalidez, licença de gestação, emissão de laudo de posse, exame pré-admissional, e outros. Além disso, especificamente na área de saúde ocupacional, há procedimentos para caracterização de acidentes em serviço, de atividades insalubres, penosas e que impliquem em risco de vida.

A seguir serão apresentados alguns dos resultados obtidos com a análise dos dados relacionados à quantidade de afastamentos.

Tabela 5.3.5.3 – Quantidade de afastamentos

Descrição	Quantidade
Absenteísmo por motivo de saúde	595 **
Absenteísmo por faltas não justificadas	57
Acidentes de Trabalho	---

Doenças Ocupacionais	---
Total	652

Fonte: Setor de Saúde até 10/10/2012

### 5.3.6 Ação 6015: Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.3.6 – Resumo da ação

Título	6015 – Concessão de direitos a membros e servidores do Ministério Público			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
9.006.000,00	9.091.292,00	9.091.291,19	9.091.291,19	100,00

Os recursos alocados para a execução da ação no exercício 2012 serviram para cobrir o pagamento de direitos reconhecidos, em razão de decisões oriundas de órgãos do Judiciário e do Conselho Nacional do Ministério Público, que geraram a necessidade de recalcular os processos administrativos para incluir no cômputo dos direitos dos integrantes deste parquet os valores referentes a quinquênio, anuênio, entre outros benefícios, os quais, segundo as decisões citadas, também deveriam ser considerados para cálculo dos direitos referentes à Parcela Autônoma de Equivalência.

Além disto, foram realizados pagamentos referentes ao reconhecimento de direitos administrativos de integrantes do MPE-TO, oriundos, principalmente, de redução de teto constitucional.

### 5.3.7 Ação 2380: Manutenção de serviços de informática

Quadro 5.3.7 – Resumo da ação

Título	2380 – Manutenção de serviços de informática			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00 )				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
3.394.400,00	1.306.918,00	1.261.369,92	1.099.287,64	96,51%

No decorrer de 2012, foram prestados 2.815 atendimentos de manutenção e suporte em informática, em Palmas e Promotorias localizadas no interior do Estado. Com este resultado, manteve-se próximo ao número atingido em 2011, superando-se o alcançado em 2010, conforme pode ser observado na tabela comparativa abaixo:

Tabela 5.3.7.1 – Comparativo de atendimentos em 2010-2012

Local	Ano		
	2010	2.011	2012
Capital	2.062	3.045	2.792
Interiores	49	71	23
Total	2.111	3.116	2.815

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Outra atividade desempenhada pelo Departamento de TI, no âmbito da seção de redes foi a reestruturação e manutenção da integridade dos dados, visando proporcionar maior segurança aos seus usuários. Para tanto, foram implantadas políticas de segurança com novos serviços em nossos servidores de rede, o que possibilitou uma maior eficácia contra vírus, invasões e perda de informações e um melhor controle de nossa estrutura, conforme demonstra o quadro abaixo.

Tabela 5.3.7.2 – Comparativo de processos de segurança, em 2010-2012

Tipo de Processos	Ano		
	2010	2011	2012
Implementações de Segurança	20	25	38
Implantações de Novos Sistemas	13	15	10
Total	<b>33</b>	<b>40</b>	<b>48</b>

Fonte: Depto. de Tecnologia da Informação

Vale destacar que as *implementações de segurança* são todas as configurações utilizadas para melhorar o desempenho da estrutura de dados e as *implantações de novos sistemas* são sistemas utilizados pela área de rede e segurança para facilitar e melhorar o monitoramento da estrutura e facilidades de recursos para os membros e servidores, como o novo e-mail institucional.

Assim, rotineiramente são executadas ações que possibilitam a identificação e minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa da Procuradoria Geral de Justiça. No decorrer ano de 2012, foram realizadas diversas ações neste sentido, dentre as quais, cabe destacar:

I. Implantação de backup das caixas de e-mail utilizando recursos do ZIMBRA;

II. Estudo para implementação de ferramentas para monitoramento de ativos de rede;

III. Upgrade e configuração do openfire (mensageiro institucional);

IV. Implantação de software para monitoramento dos ativos de rede;

V. Estudo para implantação do servidor RADIUS;

VI. Configuração e implantação da solução de segurança SONICWALL;

VII. Configuração das redes sem fio;

VIII. Atualização do sistema de backup (bacula);

IX. Instalação e configuração de uma nova interface web para o sistema de backup Bacula;

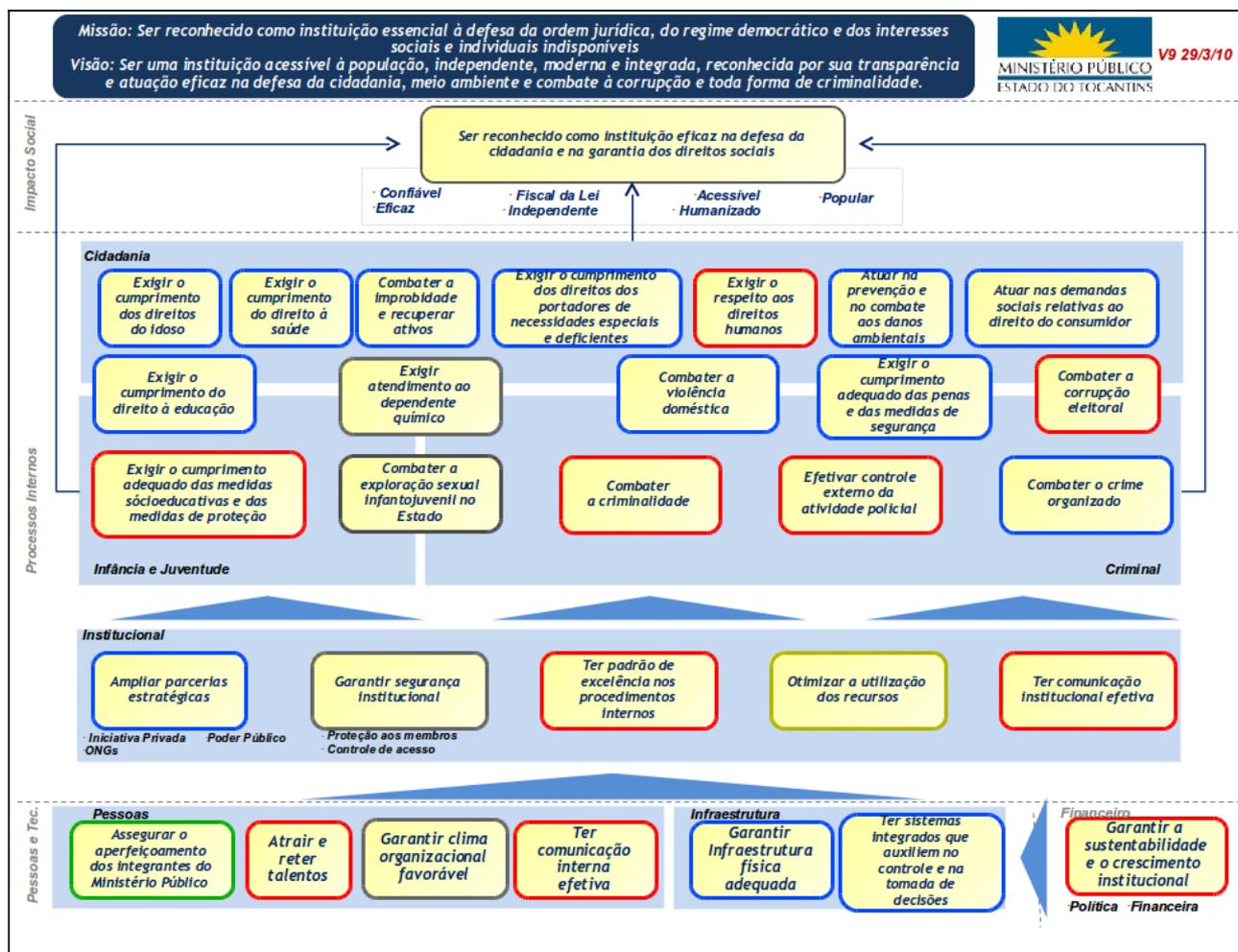
X. Implantação de backup de e-mail por usuário;

XI. Atualização dos servidores de log (registros de ação de usuário);

XII. Teste com servidor ASTERIX com LDAP (para utilização de telefonia IP).

## 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Figura 6.1 – Mapa Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins



O Planejamento Estratégico 2010-2018 continua sendo o motor das mudanças institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins que visam ao alcance dos objetivos estratégicos.

Dentre estas mudanças, podemos ressaltar o esforço para cumprimento das metas e alcance dos objetivos, pois em praticamente todos os pontos de análise houve avanços significativos.

Outro passo importante foi a ativação de diversos indicadores, que somente foi possível pelo avanço na coleta de dados e pela significativa evolução do Relatório de Atuação Funcional.

Para melhor ilustrar o assunto, apresentamos a seguir o quadro completo dos

indicadores estratégicos do Ministério Público:

Quadro 6.1 – Indicadores estratégicos do Ministério Público

Legenda – Situação da Cumprimento da Meta:

 Acima da meta
  De 95% a 100%
  De 65% a 94%
  Abaixo de 65%
  Não iniciada

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2011	Resultado 2012	Meta 2012
Pesquisa de satisfação	Bienal	- 	-* 	60%
Pesquisa de satisfação no atendimento	Mensal	-* 	-* 	70%
Total de Ações dos membros do Ministério Público	Anual	119.592 	140.754 	123.000
Ações para o cumprimento das medidas socioeducativas	Trimestral	4.189 	2.406 	1.590
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	Trimestral	782 	89 	320
Ações para o cumprimento da política pública de educação	Trimestral	1 	236 	136
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	Trimestral	13 	-* 	70
Ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.	Trimestral	-* 	-* 	60
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Mensal	62.840 	52.713 	115.000

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2011	Resultado 2012	Meta 2012
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Mensal	-*☒	-*☒	65,00%
Palestras de combate à criminalidade	Semestral	4 ☒	-*☒	176
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades policiais	Mensal	-*☒	132 ☒	900
Recomendações de melhorias requisitadas	Mensal	5 ☒	-* ☒	1.000
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	Mensal	235 ☑	2.316 ☑	280
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades prisionais	Mensal	4 ☒	139 ☑	117
Ações de fiscalização da execução da política pública voltadas ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	Trimestral	1.814 ☑	4.375 ☑	550
Ações de combate ao crime organizado	Trimestral	297 ☑	227 ☑	192
Ações de combate à violência doméstica	Trimestral	5.495 ☑	4.760 ☑	2.556
Ações de fiscalização da execução da política para pessoas com necessidade especiais e pessoas com mobilidade reduzida e deficientes.	Trimestral	3 ☒	93 ☑	70

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2011	Resultado 2012	Meta 2012
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Trimestral	51 <input checked="" type="checkbox"/>	258 <input checked="" type="checkbox"/>	70
Ações de fiscalização da execução da política pública da saúde	Trimestral	101 <input checked="" type="checkbox"/>	1320 <input checked="" type="checkbox"/>	117
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	Trimestral	2.009 <input checked="" type="checkbox"/>	4.772 <input checked="" type="checkbox"/>	141
Ações de execução (eleitoral)	Semestral	2349 <input checked="" type="checkbox"/>	10.610 <input checked="" type="checkbox"/>	26.400
Ações de conscientização (eleitoral)	Semestral	-* <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	60
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	Trimestral	4.157 <input checked="" type="checkbox"/>	4.316 <input checked="" type="checkbox"/>	176
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	Trimestral	192 <input checked="" type="checkbox"/>	4 <input checked="" type="checkbox"/>	14
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	Trimestral	823 <input checked="" type="checkbox"/>	630 <input checked="" type="checkbox"/>	176
Parcerias realizadas	Semestral	15 <input checked="" type="checkbox"/>	28 <input checked="" type="checkbox"/>	5
Adequação em segurança	Mensal	50% <input checked="" type="checkbox"/>	-* <input checked="" type="checkbox"/>	65%
Nota GesPública	Anual	209 <input checked="" type="checkbox"/>	209 <input checked="" type="checkbox"/>	350

Nome do Indicador	Periodicidade	Resultado 2011	Resultado 2012	Meta 2012
Abrangência GesPública	Semestral	33,65% ☒	33,65%	50%
Custo médio por processo (Em R\$)	Trimestral	861,12 ☑	827,24 ☑	771,88
Cumprimento do plano de comunicação	Trimestral	30% ☒	66,00% ☒	1
Horas de aperfeiçoamento	Trimestral	15,59 ☑	15,20 ☑	17
Melhorias implementadas / aperfeiçoadas após capacitação	Trimestral	-* ☒	-* ☒	71%
Rotatividade	Mensal	0,33% ☑	3,08% ☑	1,5%
Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional	Semestral	-* ☒	-* ☒	71%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Trimestral	30 ☑	3.554 ☑	10
Adequação da comunicação interna	Bimestral	30% ☒	66% ☒	100%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mensal	28,00% ☑	45,70% ☑	45%
Adequação da infraestrutura física	Mensal	31,43% ☑	69,00% ☑	45%
Percentual de sistemas integrados	Bimestral	59,28% ☑	65,58% ☑	61,00%
Participação orçamentário-financeira	Mensal	2,95% ☑	2,36% ☑	2,70%

• O sistema de coleta de informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF vem sofrendo constantes adaptações, com o objetivo de mensurar as atividades com maior detalhamento, por área de atuação.

## 7. GESPÚBLICA – ATIVIDADES DE 2010

O ano de 2012 foi marcado pelo cumprimento das Oportunidades de Melhoria elencadas no 2º ciclo de Autoavaliação da Gestão do Ministério Público, dentre as quais ressaltamos a implementação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), o Mapeamento dos Processos e as ações para adequação do Regimento Interno.

A continuação dessa busca pela melhoria da gestão está melhor demonstrada no relatório de execução das oportunidades de melhoria que segue:

Quadro 7.1 – Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Legenda – Situação da Execução:

 <b>Concluída</b>	 <b>Em andamento</b>	 <b>Atrasada</b>	 <b>Não iniciada</b>
--	---	---	---

Liderança				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Dar publicidade plena das soluções adotadas	Diretoria de Expediente	2010	2012	 <i>Concluída</i>
Estabelecer relatórios padronizados sobre a atuação de cada departamento, a serem apresentados nas reuniões periódicas, visando auxiliar a alta administração na tomada de decisões pró-ativamente	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	 <i>Concluída</i>
Divulgar a missão e atuação do Ministério Público nas Escolas e Universidades para que a sociedade possa conhecer e buscar os serviços	Assessoria de Comunicação	2011	2012	 <i>Concluída</i>
Definir a organização do trabalho a partir das estratégias estabelecidas e alinhada ao mapa estratégico do MP	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	 <i>Concluída</i>
Melhorar os requisitos mínimos para a ocupação de funções de confiança e cargos comissionados	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	 <i>Concluída</i>
Reconhecer publicamente o servidor que, no caso de alcance de recordes, obtenção de certificações, prêmios ou outros fatos significativos, multiplique conhecimento ou prática que resulte na melhoria institucional	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	 <i>Em andamento</i>
Proceder à alteração do Regimento Interno do órgão para dirimir as interpretações pessoais sobre as atividades a serem desempenhadas por cada setor	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	 <i>Em andamento</i>

Estratégias e Planos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar as estratégias, metas, planos de ação e parcerias existentes;	Assessoria de Comunicação	2010	2011	😊 Concluída
Criar o do “Dia D do GESPÚBLICA” na instituição	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	😊 Concluída
Montar times de projetos que acompanhem a efetiva implementação das decisões tomadas	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	😞 Em andamento
Estabelecer a criação de benchmarking para os indicadores estratégicos, bem como o desenvolvimento de métodos capazes de sugerir metas que sejam ao mesmo tempo factíveis e desafiadoras (aperfeiçoar os indicadores para adequá-los aos de outros MPs e ao CNMP)	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2012	😞 Em andamento
Proceder à alteração do Regimento Interno visando aprimorar as funções e a forma de gestão	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	😞 Em andamento
Alinhar o planejamento estratégico com os programas e ações do PPA	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	😊 Concluída
Implantar o Sistema Gerencial	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	😞 Em andamento
Criar metas para os programas sociais existentes e assegurar o seu cumprimento	Área de Saúde	2010	2011	😊 Concluída
Revisar periodicamente os objetivos da instituição no campo da responsabilidade socioambiental	Comissão de Gestão Ambiental	2011	2012	😊 Concluída
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	😊 Concluída
Implantar o sistema de informações gerenciais integrado	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	😞 Em andamento
Constituir grupos de trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiência, como forma de otimização do esforço	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	😊 Concluída

## Cidadão e Sociedade

Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão;	Assessoria de Comunicação	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Especializar os profissionais da recepção para que o atendimento inicial do cidadão seja encaminhado aos setores com a devida competência no menor prazo possível;	Assessoria de Cerimonial	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Definir três representantes da equipe do Gespública para acompanhar a implementação da pesquisa de satisfação do atendimento	Equipe do GESPÚBLICA	2011	2011	😊 <i>Concluída</i>
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	😊 <i>Concluída</i>
Sistematizar e realizar pesquisa de satisfação	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	😞 <i>Em andamento</i>
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	😞 <i>Em andamento</i>
Sistematizar a realização da pesquisa de satisfação do cidadão-usuário com aplicação contínua e/ou periódica (possibilidade de utilização telemarketing)(deve-se levar em conta a simplicidade e a individualidade dos cidadãos atendidos para que a pesquisa tenha resultados verídicos)	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	😞 <i>Em andamento</i>
Implantar terminal(is) eletrônico(s) para aplicação das pesquisas de satisfação ao cidadão, acompanhamento de processos e informações sobre os serviços oferecidos na recepção do órgão	Gabinete do P.G.J.	2010	2013	😊 <i>Concluída</i>
Qualificar os servidores responsáveis pelo atendimento na recepção, para realizar uma triagem, verificando se a questão é de atribuição do MP ou de outro órgão, de modo que se torne mais ágil e eficiente o encaminhamento a promotoria ou departamento adequado para resolução do problema do cidadão	Assessoria de Cerimonial	2011	2012	😊 <i>Concluída</i>
Desenvolver pesquisas de satisfação direcionadas aos cidadãos-usuários	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	😊 <i>Em andamento</i>

Informação e Conhecimento				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Divulgar a estratégia nas revistas e relatórios da Instituição	Assessoria de Comunicação	2011	2011	😊 <i>Concluída</i>
Disseminar a metodologia e os resultados alcançados pelo GESPÚBLICA para os servidores, através de reuniões, vídeos e apresentações com áudio em momentos de grande fluxo, inserção de notícias no contra cheque, rodapé de memorandos, entre outros, ao longo de todo o ano, visando manter o interesse pelo programa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	😊 <i>Concluída</i>
Padronizar a comunicação interna em todos os níveis da administração possibilitando transparência nas ações de gestão	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2011	😞 <i>Em andamento</i>
Dar publicidade às campanhas e projetos institucionais	Assessoria de Comunicação	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão	Assessoria de Comunicação	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Aperfeiçoar o Portal de Transparência, de forma que facilite o acesso do usuário às informações	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2013	😊 <i>Concluída</i>
Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	😞 <i>Em andamento</i>
Dar maior divulgação às atividades que estão sendo desenvolvidas pela Instituição	Assessoria de Comunicação	2010	2011	😊 <i>Concluída</i>

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação	Assessoria de Comunicação	2010	2011	😊 <i>Concluída</i>
Realizar palestras que abordem os temas: responsabilidade social, ética no serviço público e papel do agente público	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	😊 <i>Concluída</i>
Revisar o PCCS e criar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público, no intuito de atrair e reter talentos na instituição e valorizar a execução das tarefas	Gabinete do P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>

Pessoas				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Distribuir a força de trabalho para designação de atribuições, observado o perfil e desempenho individual para ampliação da satisfação no trabalho e melhoria nos resultados	Gabinete do P.G.J.	2010	2013	😊 <i>Concluída</i>
Implementar o incentivo Auxílio-Creche para valorização profissional dos servidores em exercício e garantia de assistência aos filhos e dependentes até 6 anos de idade em creches e pré-escolas	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	😊 <i>Concluída</i>
Criar o sítio eletrônico do CESAFA, para divulgar as atividades de aperfeiçoamento e concentrar as ferramentas de coleta e divulgação das informações de capacitação	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	😊 <i>Concluída</i>
Definir estratégias de capacitação, metas a serem alcançadas e áreas críticas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2013	😞 Em andamento
Implantar e acompanhar os exames periódicos de saúde dos Integrantes para os casos de risco detectados pela Área de Saúde	Área de Saúde	2011	2012	😞 <i>Em andamento</i>
Reaplicar e avaliar sistematicamente a pesquisa de Clima Organizacional, para mensuração do grau de bem-estar e da satisfação das pessoas que compõem a força de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	😞 <i>Em andamento</i>
Desenvolver palestras, seminários e reuniões onde serão levantadas e discutidas questões relacionadas à satisfação, bem-estar e motivação das pessoas	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Criar um instrumento de avaliação das condições de trabalho	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2011	😊 <i>Concluída</i>
Reaplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação da força de trabalho, sem vinculação com outros instrumentos	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2011	2011	😞 Em andamento
Implementar o Curso de Integração no ingresso dos integrantes do MP	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantar sistema gerencial administrativo e financeiro, que proporcione comunicação de dados entre os diversos departamentos, permitindo unificação do banco de dados e aglomeração de relatórios, objetivando maior interatividade, menor tempo gasto na sua alimentação, eliminação do retrabalho e garantia da confiabilidade das informações	Comissão Permanente de Licitação	2010	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Exigir que os projetos e ações da instituição deem informações detalhadas do seu impacto no cumprimento das metas estratégicas, com anuência das partes envolvidas, subsidiando a tomada de decisões	Gabinete do P.G.J.	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implantar sistema eletrônico de comunicação interna e externa, com certificação digital, que tenha abrangência entre membros e servidores, para o envio de correspondências, memorandos, ofícios, entre outros documentos, com vistas à economia, preservação do meio ambiente e melhoria do alcance da comunicação	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Implementar a divulgação dos serviços através de cartilhas explicativas sobre os processos internos (utilizar experiências de outros Ministérios Públicos)	Assessoria de Comunicação	2011	2012	☹ <i>Em andamento</i>
Disseminar ações Educação Ambiental em todos os setores	Comissão de Gestão Ambiental	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Desenvolver e aperfeiçoar mecanismos para a formação de uma rede de informações e intercâmbio entre as entidades de controle social, visando à moralização dos poderes públicos constituídos e à divulgação de boas práticas administrativas de transparência	Gabinete do P.G.J.	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Implementar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público	Gabinete do P.G.J. / Colégio de Procuradores de Justiça	2010	2012	😊 <i>Concluída</i>
Implantar protocolo HTTPS para acesso ao webmail	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	☹ <i>Em andamento</i>
Implantar mecanismos criptográficos para garantir a confidencialidade na autenticação de usuários na rede local	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2011	😊 <i>Concluída</i>

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Padronizar as rotinas e a elaboração de documentos, facilitando a localização futura	Diretoria de Expediente	2010	2012	☹ Em andamento
Implantação de um sistema de gestão de documentos físicos e eletrônicos, tipo GED (Gestão Eletrônica de Documentos)	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento
Normatização e Ampliação da divulgação de documentos no sítio eletrônico (portal da transparência e outros acervos pertinentes)	Diretoria de Expediente	2010	2012	😊 Concluída
Conhecer o que as outras Procuradorias de Justiça e demais órgãos têm realizado para alcançar a excelência	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2011	😊 Concluída
Firmar convênios/acordos de cooperação na área de práticas de excelência e processos internos	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2011	😊 Concluída
Normatização dos procedimentos para controle do aperfeiçoamento funcional	Centro de Estudos e Aperf. Funcional	2011	2012	😊 Concluída
Revisar e adequar o Regimento Interno do órgão, levando-se em conta a opinião dos diversos departamentos, visando contemplar as atividades do órgão que surgiram após a aprovação do regimento atual	Gabinete do P.G.J.	2010	2011	☹ Em andamento
Instituir sistema de controle de entrada e saída de pessoas ao prédio da PGJ	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	😊 Concluída
Instalação de detectores de metais e de catracas nas dependências da PGJ e Promotorias com respectiva regulamentação de uso	Gabinete do P.G.J.	2011	2011	😊 Concluída
Priorização da elaboração de sistema gerencial para a parte administrativa	Departamento de Tecnologia da Informação	2011	2012	☹ Em andamento
Criação de um fluxograma de processos e divulgação plena para orientação e não sobreposição de ações	Departamento de Planejamento e Gestão	2010	2012	☹ Em andamento
Mensurar o tempo gasto nos processos, de forma a ampliar os resultados	Departamento de Planejamento e Gestão	2011	2013	☹ Em andamento

Processos				
Ações	Responsável	Período de Elaboração	Prazo para Conclusão	Situação
Implantar sistema informatizado que possibilite um banco de dados único para controle de contratos e processos que poderá ser acessado e alimentado pelos departamentos responsáveis pela gestão e execução da atividade a ser controlada	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento
Disseminar a prática de avaliação do serviço prestado ou produto adquirido entre os fiscais de contrato e setores envolvidos no processo de aquisição para acompanhamento efetivo da execução dos contratos e estrita formalização de qualquer descumprimento às obrigações contratadas	Departamento Administrativo	2010	2013	☹ <i>Em andamento</i>
Criar e implementar sistema de controle gerencial para orçamento e planejamento	Departamento de Tecnologia da Informação	2010	2013	☹ Em andamento
Fazer uso racional do material de expediente	Departamento Administrativo	2010	2011	😊 <i>Concluída</i>

## 8. SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Conforme detalhado em cada ação constante do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 8.1 – Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010 – Implementação de Núcleo Maria da Penha	Em andamento – Aditivado o prazo de execução (Vide quadro 8.1.1)
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardião: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Em andamento

Quadro 8.1.1 – Informações sobre transferências de Recursos

Valores em R\$ 1,00

**Informações sobre as transferências**

Concedente: Ministério da Justiça

Modalidade	Nº do instrumento	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência
		Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado	
1 - Convênio	067/2010	268.775,00	3.000,00	0,0	268.775,00	26/04/2013

**LEGENDA**

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 – Contrato de Repasse
- 3 – Termo de Parceria
- 4 – Termo de Cooperação
- 5 – Termo de Compromisso

Fonte: Siafem

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o detalhamento de ações e programas de gestão, resta apenas citar um breve resumo das realizações do exercício 2012 no âmbito da Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins:

→ O percentual de execução do orçamento, observado o recurso financeiro repassado ao Ministério Público, foi de 99,45%;

→ Índice de gasto com pessoal dentro do previsto, segundo os critérios expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal, alcançou 1,60% da Receita Corrente Líquida;

→ Inauguração de quatro novas Promotorias de Justiça nas cidades de Taguatinga, Natividade, Arraias e Peixe, além do estágio avançado de obras em Guaraí, com previsão de término em março de 2013;

→ Ampliação dos projetos de busca pela excelência na gestão, o Gespública e o Planejamento Estratégico;

→ Conclusão e aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) para os servidores do MPE-TO;

→ Conclusão do Mapeamento de todos os processos do Ministério Público;

→ Implementação do Sistema de Processamento Eletrônico de Diárias;

→ Participação efetiva nos Fóruns e Comitês Nacionais;

→ Cumprimento das resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e atuação destacada no Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG;

→ Garantia dos direitos dos Integrantes.